PROTOCOLO GERAL

NUP
64411.002274
2022-06

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 0007/2022
Alterado 25/2022
e 29/2022
UG 160022

VOLUME II

ANO: 2022

INTERESSADO:
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

SEÇÃO RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:
PELOTÃO DE EQUIPAMENTOS

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E GÁS GLP DE USO DOMÉSTICO (RECARGA DE 13KG)

ANEXOS:
CONFORME ÍNDICE

MOVIMENTO DO PROCESSO									
ORD	DESTINO	DATA			ORD	DESTINO	DATA		
1					11				
2					12				
3					13				
4					14				
5					15				
6					16				
7					17				
8					18				
9					19				
10					20				

21ª Cia E CNST
FL Nº 01

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Companhia Guilherme Carlos Lassance)

TERMO DE ABERTURA DO VOLUME II

ABRO, nesta data, o 2º volume dos autos do Processo Administrativo NUP 64411.002274/2022-06, que tem como assunto o Pregão Eletrônico nº 07/2022 alterado pelo nº 25/2022 e com complemento nº 29/2022, do tipo Menor Preço para Eventual Aquisição de combustíveis (gasolina, diesel e gás glp de uso doméstico), que visa atender o Plano de Trabalho 21.001.18.20.05.43.05, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) sob responsabilidade da 21ª CIA E CNST, que se **inicia nesta folha** de número 201, em decorrência do encerramento do 1º volume à folha número 200.

São Gabriel da Cachoeira, 17 de outubro de 2022

[redacted]

Pregoeiro da 21ª Cia E Cnst

76. Compete ao gestor motivar, de forma clara e precisa, o quantitativo dimensionado no Termo de Referência, em atenção ao planejamento voltado a suprir a carência do órgão, evitando, ao máximo, estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciam a exata correlação entre a quantidade contratada e a demanda prevista (TCU. Acórdão n. 1380/2011-Plenário), conforme, aliás, determina a legislação de regência (art. 7º, § 4º, da Lei n. 8.666/93).

77. Neste sentido, o TCU estabelece que a "definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão" (Súmula n. 177).

78. Quanto aos quantitativos, a justificativa da relação entre a demanda e a quantidade a ser contratada deve vir acompanhada, no que couber, dos critérios de medição utilizados, documentos comprobatórios, fotografias e outros meios probatórios que se fizerem necessários.

79. A estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos aplica-se também no sistema de registro de preços, consoante entendimento recente do TCU:

> (...) 9.3. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU que oriente suas unidades, especialmente a Secretaria de Controle Externo das Aquisições Logísticas (Selog), sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços:
>
> 9.3.1. planejamento da contratação, incluindo os procedimentos relativos à intenção de registro de preços e **à estimativa de quantidades a serem adquiridas, devidamente justificada e baseada em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos** - arts. 6º, inciso I, e 10, § 7º, do Decreto-Lei 200/1967, art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993, arts. 4º, 5º, inciso V, e 8º do Decreto 7.892/2013 e Acórdãos 1.100/2008, 392/2011 e 3.137/2014, do Plenário, 612/2004 e 559/2009, da 1ª Câmara, e 1.720 e 4.411/2010, da 2ª Câmara;" (g.n) Acórdão TCU n. 757/2015-Plenário (*g.n.*)

80. No presente caso, não se apresenta objeção à documentação que se encontra anexada no processo, vez que - aparentemente - contém os requisitos necessários à definição dos quantitativos que serão licitados porquanto o órgão assessorado documentou a estimativa das quantidades, utilizou parâmetros de estimativa e incluiu as memórias de cálculo que dão suporte aos quantitativos. Deve-se ressalvar que não compete a esta Consultoria adentrar em questões técnicas, mas apenas verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

81. Consta no item 7. do Estudo Técnico Preliminar, acerca da estimativa das quantidades a serem contratadas (ID 1594377709, fl. 15) a informação abaixo transcrita:

> 7.1. Em cumprimento ao que descreve o inciso VI do Art. 7º da IN nº 40/2020 e do §7º do inciso II do Art. 515 da Lei 8.666/93, a equipe que abaixo subscreve este estudo fez levantamento preliminar, com base nas previsões futuras para o correto atendimento ao Plano de Trabalho nº 21.001.18.22.05.43.05, a fim de qualificar e quantificar as necessidades da 21ª Cia E Cnst.
>
> 7.2. No caso, o relatório retromencionado possibilitou estimar o perfil de consumo desta Unidade Administrativa, a partir dos registros levantamentos sobre as viaturas e equipamentos que serão empregadas nesta obra.
>
> 7.3. Segue abaixo a relação dos itens que serão objeto de consumo por esta Administração, contendo o código de cadastro de material junto catalogo de materiais do Portal de Compras do Governo, as descrições detalhadas, as respectivas estimativas de quantitativo total e de requisição mínima e máxima por pedido:

82. Deste modo, foi apresentada tabela com a estimativa das quantidades (ID 1594377709, fls. 15/17), que encontra-se também no subitem 1.1. do Termo de Referência (1594377741, fl. 21/23) com a descrição e os quantitativos

dos itens a serem licitados.

21ª Cia E CNST FL 03

f) Da adjudicação por itens

83. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, em conformidade com o art. 23, §1º da Lei nº 8.666/93.

84. Sobre o tema, convém citar a doutrina:

> Mas a adoção do fracionamento dependa da presença de requisitos de ordem técnica e econômica. 4.1.3) O requisito de natureza técnica Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável nem, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado. Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatório. Se a Administração necessitar adquirir um veículo, não teria sentido licitar a compra por partes (pneus, chassis, motor, etc). Mas seria possível realizar a compra fracionada de uma pluralidade de veículos. Em suma, o impedimento de ordem técnica significa que a unidade do objeto a ser executado não pode ser destruída através do fracionamento.
>
> 4.1.4.) O requisito de natureza econômica Já o impedimento de ordem econômica se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento de quantitativos produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar o aumento de seus custos. Como se extrai, o fundamento jurídico do fracionamento consiste na ampliação das vantagens econômicas para a Administração. Adota-se o fracionamento como instrumento de redução de despesas administrativas. A possibilidade de participação de maior número de interessados não é o objetivo imediato e primordial, mas via instrumental para obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 17ª edição, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 440)

85. Importante lembrar que o TCU entende como obrigatória a adjudicação por item, nos editais das licitações, cujo objeto é divisível, desde que não haja prejuízo à contratação ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitante. Sempre bom lembrarmos sua sedimentada **Súmula 247**:

> **Súmula 247 do TCU** - É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

86. Realmente, em tese, a reunião de diversos objetos em um único grupo pode gerar perda da competitividade, pelo impedimento à participação de empresas que atuem no mercado, com apenas parte do objeto contratual ampliado.

87. Por outro lado, por vezes, a reunião pode servir positivamente à Administração, pelo ganho em economia de escala ou pela vantagem no gerenciamento contratual, elementos que permitem o alcance de uma melhor proposta econômica.

88. Indubitável que a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos.

89. No caso em análise, o edital indica no subitem 1.2 que a adjudicação será dividida em itens (ID 1594377735, fl. 29), opção que atende as recomendações do Tribunal de Contas da União.

21ª Cia E. CNST FL. 04

VII. PARTICIPAÇÃO HÍBRIDA

90. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, a administração pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00.

91. Como é cediço, o Decreto nº 8.538, de 2015, com redação dada pelo Decreto nº. 10.273, de 2020, regulamentando o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal. Além de ser assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, o supracitado Decreto preconiza a possibilidade, sob condições estabelecidas em seu art. 5º.

92. O art. 6º do referido diploma estabelece que as licitações para contratações cujo valor esteja abaixo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) deverão ser destinadas exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (estendendo-se tal benefício em favor das cooperativas com receita bruta equivalente à das empresas de pequeno porte, por força do art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007), a não ser que esteja presente alguma das justificativas do artigo 10 do Decreto n° 8.538, de 2015.

93. Registre-se, todavia, que não se aplica às regras previstas nos art. 6º a 8º do novo regulamento, que preveem tratamento diferenciado para contratação de ME e EPP aos casos estabelecidos no art. 10, *in verbis*:

> **Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).**
>
> (...)
>
> **Art. 8º Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.**
>
> (...)
>
> **Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:**
>
> I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
>
> II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;
>
> III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do **caput** do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do **caput** deste artigo; ou
>
> IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.
>
> Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do **caput**, considera-se não vantajosa a contratação quando:
>
> I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
>
> II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
>
> Art. 11. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório. (negritei)

94. Dos dispositivos acima, conclui-se que as licitações para bens e serviços com valores inferiores a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) devem ser destinadas exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte, devendo ser observado cada item ou grupo/lote separadamente e não o valor total da eventual contratação, conforme, inclusive, asseverado pela Orientação Normativa nº 47 da Advocacia-Geral da União, a seguir transcrita:

95

> **Orientação Normativa nº 47 da Advocacia-Geral da União**
> "Em licitação dividida em itens ou lotes/grupos, deverá ser adotada a participação exclusiva de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007) em relação aos itens ou lotes/grupos cujo valor seja igual ou inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), desde que não haja subsunção a quaisquer das situações previstas pelo art. 9º do Decreto nº 6.204, de 2007"

95. Em caso de licitação por itens, cumpre observar que a junção de vários itens num único certame é medida de conveniência administrativa, mas não significa que se trate de uma contratação única. Ao contrário, cada item é passível de competição independente e pode ser vencido por uma empresa diferente, com a celebração de contratações individuais.

96. O mesmo raciocínio vale para licitação que englobe grupos (compostos de vários itens diferentes), caso em que o limite será aferido com base no valor global de cada grupo, resultante do somatório dos valores totais de cada item que o compõe.

97. No que tange a incidência do valor limite da licitação exclusiva por item de contratação, independentemente do valor global do certame, o inciso I do artigo 48 da **LC 123/2006** é claro ao informar que a licitação exclusiva deverá ser realizada nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

> **Art. 48.** Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
> **I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);** **(Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)**
> II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
> III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
> § 1o (Revogado). (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)
> § 2o Na hipótese do inciso II do caput deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da administração pública poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.
> § 3o Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

98. Quando a licitação possuir itens que são inferiores ao teto normativo, cabe ao órgão assessorado destinar tais itens a participação exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e demais pessoas equiparadas. Consequentemente, os demais objetos licitados devem ser destinados à ampla participação de empresas, ressalvada a reserva de cotas, hipótese prevista no art. 48, III da Lei Complementar n. 123, de 2006.

99. É recomendável, porém, que o órgão se certifique quanto à não incidência de qualquer das hipóteses do art. 10 do Decreto nº 8.538, de 2015 e art. 49 da LC 123, de 2006, o que imporia, como consequência, o afastamento do tratamento diferenciado, e a abertura da competição a todas as empresas interessadas, independentemente de seu porte. Note-se que tal cuidado se revela importante a fim de serem evitadas eventualidades no decorrer do processo licitatório, tal como sua deserção ou frustração, ante eventual ausência de licitantes ou de propostas válidas.

21ª Cia E CNST
FLS 96

100. Destaque-se que é possível, ainda, a realização de licitação híbrida, composta de alguns itens/grupos/lotes com valores que não ultrapassem R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), restrita às ME, EPP e cooperativas equivalentes, e outros em que os valores superem esse limite, de ampla participação.

101. Quanto aos itens destinados à ampla participação, vejamos ainda o que prevê o Decreto nº 8.538, de 06/10/2015, sobre a necessidade da reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, para disputa exclusiva por microempresas e empresas de pequeno porte, como segue:

> **Art. 8º** Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes **deverão reservar cota de até vinte e cinco por cento** do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
>
> § 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.
>
> **§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.**
>
> § 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
>
> § 4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.
>
> § 5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor estimado de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 6º.
>
> **Art. 9º** Para aplicação dos benefícios previstos nos arts. 6º a 8º:
>
> I - **será considerado**, para efeitos dos limites de valor estabelecidos, **cada item separadamente** ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item; (negritei)

102. Importante observar que o texto da LC 123/2006, com posteriores alterações, relativizou a facultatividade de concessão das licitações diferenciadas, definindo que as Licitações exclusivas (art. 48, I) e a cota de até 25% (art. 48, III), devem ser utilizadas, em regra.

103. Por outro lado, em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso.

104. Em primeiro, a adoção da cota de até 25%, apenas, será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva, em licitações para contratação de serviços ou obras.

105. Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

106. Neste sentido, segundo o Decreto federal nº 8.538/2015, no § 2º de seu artigo 8º, o edital deverá prever que, não havendo vencedor para a cota reservada (até 25%), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado. Outrossim, o § 3º firma que, se a mesma empresa vencer a cota reservada (25%) e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo menor preço. Obviamente, o cumprimento dessas regras regulamentares apenas é possível quando a cota principal e a cota reservada se relacionam ao mesmo objeto (ou item).

107. Quando adotado tal mecanismo, seguindo a sistemática do Portal de Compras Governamentais, os itens originais são subdivididos em itens menores. Os itens originais (cotas principais) permanecem destinados à ampla

participação, ao passo que os novos itens criados (cotas reservadas) tornam-se exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte.

108. No caso dos autos, observa-se que o edital dispôs no subitem 4.1.2. (ID 1594377735, fl. 30) que apenas o item 06 a ser licitado, foi destinado à exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte, em atendimento ao artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006. O item mencionado representa a cota reservada referente ao item 05, que juntamente com os itens 01, 02, 03 e 04 são destinados à ampla participação. Sendo certo, que houve o efetivo atendimento à cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) quanto ao item 5 do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme regra de licitação diferenciada (itens exclusivos) admitida expressamente pelo inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e da exigência prevista no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015. Porém, em relação aos itens 1, 2, 3 e 4, para os quais também caberiam a adoção da cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) à exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte, foi apresentado nos autos no item 4. do Documento intitulado JUSTIFICATIVAS (ID 1594377715, fl. 06) declaração por parte do ordenador de despesas, na qual entende que não seja vantajoso para a administração a adoção do tratamento diferenciado para ME/EPP, trazendo os principais motivos que amparam a sua decisão, em conformidade com o art. 49, inciso I da Lei Complementar 123/2016.

109. Portanto, a opção do órgão assessorado foi pela realização de licitação com participação híbrida.

VIII. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

110. O artigo 3º, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, dispõe que as contratações governamentais devem estabelecer critérios e práticas que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, inclusive por meio da priorização de aquisições de produtos reciclados e/ou recicláveis (art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

111. Assim, no planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios e práticas de sustentabilidade, a verificação de incidência de exigências de sustentabilidade em obrigações da contratada (logística reversa, destinação das embalagens, por exemplo) ou como requisito previsto em lei especial (de acordo com o art. 28, V, segunda parte, ou art. 30, IV, ambos da Lei nº 8.666, de 1993), bem como o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PGLS) do órgão, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 2012, c/c o artigo 2º, § 1º, do **Decreto nº 10.024, de 2019**, que assim estabelece:

> **Art. 2º** O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.
>
> § 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

112. O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos nos processos administrativos. O compromisso com a sustentabilidade melhora a qualidade do gasto público, combate o desperdício, promove a redução de consumo, além de melhoria no ambiente de trabalho.

113. Nos termos do artigo acima transcrito, observa-se que as dimensões a serem consideradas são: econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo. Nesse sentido, cumpre ressaltar que o órgão assessorado deve: a) avaliar se há incidência de critérios e práticas de sustentabilidade no caso concreto; b) indicar a(s) dimensão(ões) dessa incidência; e c) definir condições para sua aplicação (artigo 2º, § 1º, Decreto nº 10.024, de 2019). Sobre as diversas dimensões, há subsídios orientadores no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, disponível no site da AGU.

114. Na escolha de produtos sustentáveis, segundo os termos do inciso XI do artigo 7º da Lei nº 12.305, de 2010, deve-se priorizar: produtos que podem gerar menos perdas; ser recicláveis; ser mais duráveis; que possuam menos

substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde; e que gastem menos energia na sua produção.

21º Cia E CNST
FL Nº 08

115. Na especificação técnica do objeto a ser adquirido, recomendamos, como subsídio, a utilização do Catálogo de Materiais Sustentáveis do Ministério da Economia. O CATMAT permite identificar itens de materiais sustentáveis que poderão ser adquiridos em substituição a itens similares.

116. Acresça-se que é obrigação do gestor público, antes do encaminhamento do processo administrativo para parecer jurídico, a consulta e a inserção nas minutas correspondentes das previsões legais constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 94. Sobre a utilização do Guia, manifestou-se o Tribunal de Contas da União:

> 203. Como boa prática pode-se citar a publicação do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (BRASIL, 2016c) , pelo Núcleo Especializado em Sustentabilidade, Licitações e Contratos (NESLIC), integrante da Consultoria-Geral da União - CGU, da Advocacia-Geral da União.
>
> 204. A obra tem como objetivo oferecer segurança jurídica aos gestores públicos na implementação de práticas socioambientais, de acordo com o art. 3º da Lei 8.666/1993 (BRASIL, 1993) . O guia apresenta critérios, práticas e diretrizes de sustentabilidade e traz orientações sobre planejamento e avaliação da necessidade de contratação. **(TCU – Acórdão 1056/2017 – Plenário)**

117. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo administrativo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além das legalmente previstas e constantes do Guia, desde que observados os demais princípios licitatórios.

118. Além do Guia Nacional, podem ser inseridos critérios de sustentabilidade nos pregões, com base no art. 5º da IN nº 01/2010 do MPOG. Ressalte-se, entretanto, que a indicação genérica de normas ambientais não supre o comando legal, pois os critérios de sustentabilidade devem constar detalhadamente nas especificações técnicas, no edital e/ou no contrato, devendo tal detalhamento ser providenciado.

119. Por vezes, a exigência de determinado requisito ambiental deriva de imposição normativa, editada pelos órgãos de proteção ao meio ambiente (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, etc.). Nesses casos, a especificação técnica do objeto deve ser definida de acordo com as determinações da norma vigente, a depender do tipo de produto, recomendando-se o foco nos seguintes temas, quando cabíveis: promoção do descarte, coleta e reciclagem dos materiais, gerenciamento de resíduos, redução no índice de emissão de gases e poluição (vide o Guia Nacional para uma lista abrangente de objetos sujeitos a disposições normativas de caráter ambiental).

120. Deve-se mencionar, ainda, que a Lei nº 12.187, de 2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima, em especial, em seu artigo 6º, XII, adotou o uso do poder de compra do Estado como um importante instrumento para implementar a política de mudanças climáticas.

121. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável previsto no artigo 3º, "caput", da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

> a) definir os critérios e práticas sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial combinado com o art. 28, V, segunda parte, ou art. 30, IV, ambos da Lei nº 8.666, de 1993;
>
> b) verificar se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame; e,
>
> c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável (obrigatório nos casos de pregão eletrônico e boa prática nos demais casos).

122. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos. Se a Administração entender que os bens objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e

práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

123. No presente caso, verifica-se que quanto aos critérios de sustentabilidade, o órgão assessorado informou no subitem 5.1 do Termo de Referência (ID 1594377741, fl. 26) que: "*Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial*".

124. **Recomenda-se** que o órgão assessorado, consulte o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaborado pela AGU, para que o Termo de Referência esteja em consonância com o disposto neste documento, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, nas diretrizes da Agência Nacional de Petróleo - ANP, no que for pertinente.

125. Quanto ao Cadastro Técnico Federal, que é um tema que costuma ter muita incidência nos objetos licitados e é tema previsto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, que é periodicamente atualizado, assim como as minutas. Houve nova legislação sobre o CTF, que ainda não consta do Guia, mas que fará parte da nova revisão. Assim, cabe informar que a Instrução Normativa IBAMA n° 06, de 15/03/2013 foi revogada pela IN IBAMA nº 13, de 23 de agosto de 2021 (esta última teve redação modificada pela IN IBAMA nº 06, de 27 de janeiro de 2022).

126. Nesse contexto, **recomenda-se** ao setor técnico responsável verificar se ainda há ou não o enquadramento de cada item do termo de referência no **Anexo I da IN IBAMA nº 13**, de 23 de agosto de 2021 e estipular se a exigência do Cadastro Técnico Federal é aplicável ou não, **fazendo constar a exigência, quando devida, tanto no Termo de Referência como no Edital**, na forma indicada pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, alterando a referência a IN IBAMA nº 06/2013 para a IN IBAMA nº 13/2021.

127. Cabe ressaltar a observação do Guia Nacional: "Obs.: Conforme ressaltamos na primeira parte deste Guia, cabe ao gestor, na fase do planejamento da contratação, verificar a possibilidade de comprovação dos critérios de sustentabilidade e a sua disponibilidade no mercado. Neste caso, por se tratar de registro do fabricante, deve-se atentar para essas cautelas, e, caso não seja possível a obtenção do produto com o cumprimento da exigência do registro no CTF/APP do seu fabricante (licitação deserta ou fracassada), deve-se acostar a justificativa ao processo e proceder à licitação sem a referida exigência."

IX. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO PROCEDIMENTO

128. Foi recentemente aprovada a **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, visando substituir as normas precedentes que tratam de contratações públicas. Tal norma, em suas disposições transitórias, dispõe o seguinte:

> **Art. 189**. Aplica-se esta Lei às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, à Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e aos arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.
>
> Art. 190. O contrato cujo instrumento tenha sido assinado antes da entrada em vigor desta Lei continuará a ser regido de acordo com as regras previstas na legislação revogada.
>
> Art. 191. **Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.**
>
> Parágrafo único. Na hipótese do **caput** deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do **caput** do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.
>
> (...)
>
> Art. 193. Revogam-se:
>
> I - os arts. 89 a 108 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na data de publicação desta Lei;
>
> II - a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e os arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, **após decorridos 2 (dois) anos da publicação**

21ª Cia E CNST
FL Nº 10

oficial desta Lei.

129. Desta forma, até 1º de abril de 2023, podem os órgãos federais realizar suas contratações com fundamento na legislação anterior à nova lei, indicando expressamente tal opção no Edital ou aviso/instrumento de contratação direta, conforme o caso.

130. Isto posto, mostra-se possível a contratação ainda com fundamento na Lei nº 8.666/93 e demais normas mencionadas no art. 193, II supra.

X. ADEQUAÇÃO DA MODALIDADE LICITATÓRIA ELEITA - PREGÃO ELETRÔNICO

131. O objeto da licitação no caso ora telado é a aquisição de combustíveis (gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico carga em botijão de 13kg), para atender a demanda do Comando da 21ª Companhia de Engenharia de Construção - CMDO 21ª Cia E Cnst e órgão participante (2ª Brigada de Infantaria de Selva).

132. A contratação em questão contempla a aquisição de bens, nas definições elencadas no **art. 6º, III, da Lei nº 8.666/93**, abaixo transcrito, *verbis* :

> **Art. 6º** Para os fins desta Lei, considere-se:
> (...)
> **III** - Compra - toda **aquisição** remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente;
> (...) (negritei)

133. Quanto a aquisição, importante destacar os **artigos 14 e 15 da Lei nº 8.666/1993,** abaixo transcritos:

> **Seção V**
> **Das Compras**
>
> **Art. 14**. Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
> **Art. 15.** As compras, sempre que possível, deverão: (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento) (Vigência)
> I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;
> II - ser processadas através de sistema de registro de preços;
> III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;
> IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;
> V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.
> § 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
> § 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
> § 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:
> I - seleção feita mediante concorrência;
> II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;
> III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

§ 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;

III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

134. Compete à administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilizar a modalidade pregão. A Orientação Normativa nº 54, de 2014, da Advocacia-Geral da União, dispõe:

"Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável."

135. Vale salientar, em reforço, que o **Decreto nº 10.024, de 2019,** passou a dispor, nesse mesmo sentido:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

§ 1º A classificação de bens e serviços como comuns depende de exame predominantemente fático e de natureza técnica.

136. Na concepção de Marçal Justen Filho, *"bem ou serviço comum é aquele que se apresenta sob identidade e características padronizadas e que se encontra disponível, a qualquer tempo, num mercado próprio*" (Pregão – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. Editora Dialética, São Paulo, 2005, pág. 30).

137. Igualmente, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da **Lei nº 10.520, de 2002**:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

138. Outrossim, o **Decreto nº 10.024, de 2019**, além de reiterar essa definição de bem comum, também estabeleceu o que deve ser entendido por bens e serviços especiais:

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

(...)

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III - bens e serviços especiais - bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados bens e serviços comuns, nos termos do inciso II;

139. Ademais, segundo o §1º, do artigo 1º, do **Decreto nº 10.024, de 2019**, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida, obrigatoriamente, através da modalidade Pregão, na forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

> **Art. 1º** Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
>
> § 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

140. Ainda quanto a este aspecto, o Decreto nº 10.024, de 2019, no §2º, do artigo 3º, passou a dispor que "os bens e serviços que envolverem o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, caso possam ser definidos nos termos do disposto no inciso II do caput, serão licitados por pregão, na forma eletrônica."

141. O presente procedimento licitatório é destinado à aquisição de bens comuns, conforme classificação empreendida pelo órgão no subitem 4.1 do Termo de Referência (ID 1594377741, fl. 25).

142. Atestada a natureza comum dos bens destinados à aquisição pretendidos, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.520, de 2002, julga-se adequada a opção do órgão pela contratação mediante pregão.

143. Ademais, segundo o art. 1º, §1º, do Decreto nº 10.024, de 2019, a aquisição de bens e serviços comuns na Administração Pública deve ser empreendida obrigatoriamente através da modalidade Pregão em sua forma eletrônica, de maneira que a escolha do Administrador se encontra em conformidade com o regime jurídico pertinente.

XI. DA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

144. Em relação à adoção do Sistema de Registro de Preços, necessário sempre pontuar que ele é um procedimento auxiliar permitido pela Lei, que facilita a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e aquisição gradual de bens. Utilizando esse procedimento, pode-se abrir um certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados, para que posteriores necessidades de contratação sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços aferidos.

145. No que concerne ao Sistema de Registro de Preços - SRP considera-se que, a par da modalidade concorrência prevista no art. 15, § 3º, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993, o art. 11 da Lei nº 10.520, de 2002, admitiu a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

146. A adoção do Sistema de Registro de Preços deve ser sempre justificada e fundamentada em um dos quatro incisos do artigo 3º do **Decreto nº 7.892, de 2013,** de seguinte teor:

> **Art. 3º** O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
>
> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
>
> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
>
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
>
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

147. A adoção do SRP não deve ser tida como regra obrigatória, embora seja providencial nas situações em que há necessidade de contratações frequentes, efetivações segmentadas da contratação, conveniência administrativa na

reunião de pretensões contratuais de diversos órgãos licitantes ou certa imprecisão na estimativa do quantitativo a ser demandado.

FL Nº 13

148. Não identificamos óbice à adoção dessa sistemática, na presente contratação; pelo contrário, tendo em vista a pretensão contratual, o SRP pode ser uma ferramenta útil à obtenção de contratações mais eficientes.

149. No presente caso, o órgão assessorado optou pela adoção do sistema registro de preços, fundamentado nos incisos II, III e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, conforme consta no documento intitulado "Justificativas", em seu item 2 - para utilização do Sistema de Registro de Preços (ID 1594377715, fl. 5).

XI.I. Da divulgação da Intenção de Registro de Preços - IRP

150. O art. 4º, do Decreto 7.892, de 2013, que regulamenta o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, o qual deve ser seguido tanto pelo órgão gerenciador da licitação para registro de preços, quanto pelos possíveis órgãos participantes, traz regras jurídicas bem definidas sobre o tema, conferindo segurança jurídica aos ordenadores de despesa dos órgãos administrativos envolvidos.

151. Como um dos primeiros atos a serem praticados nesse procedimento, tem-se o necessário registro da Intenção de Registro de Preços no Portal de Compras do Governo Federal (comprasnet), o qual só poderá ser dispensado mediante justificativa do órgão gerenciador, conforme se depreende a análise do art. 5º, I combinado com o art. 4º, §1º, ambos do **Decreto 7.892, de 2013**, a seguir transcritos:

> **Art. 4º** Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do **caput** do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e **caput** do art. 6º.
>
> **§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador**.
>
> (...)
>
> **Art. 5º** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
>
> **I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo federal;** (negritei)

152. Feitos os esclarecimentos, observa-se que órgão assessorado juntou aos autos o detalhamento e divulgação da IRP (ID 1594377725, fls. 19/24).

XI.II. Incumbências do órgão gerenciador no registro de preços

153. Conforme o inciso III do artigo 2º do Decreto nº 7.892, de 2013, o órgão gerenciador é definido como o órgão ou entidade da administração pública federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

154. Por sua vez, no Capítulo III do Decreto, foram estabelecidas as suas incumbências:

> CAPÍTULO III
>
> **DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR**
>
> **Art. 5º** Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:
>
> I - registrar sua intenção de registro de preços no Portal de Compras do Governo federal;

II - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

III - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto;

V - confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

VI - realizar o procedimento licitatório;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e

X - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

XI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 22 deste Decreto, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 1º A ata de registro de preços, disponibilizada no Portal de Compras do Governo federal, poderá ser assinada por certificação digital.

§ 2º O órgão gerenciador poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos pa

rticipantes para execução das atividades previstas nos incisos III, IV e VI do caput.

155. Nesse sentido, além daquelas já apontadas em outros tópicos, cabe-lhe, ainda:

a) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização;

b) Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto; e

c) Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico.

156. Além disso, também lhe compete exigir que o órgão que tenha manifestado interesse em participar do registro de preços, o faça observando as disposições do Capítulo IV do Decreto:

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

Art. 6º O órgão participante será responsável pela manifestação de interesse em participar do registro de preços, providenciando o encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte, devendo ainda:

I - garantir que os atos relativos a sua inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

II - manifestar, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório; e

III - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições.

(...)

§ 5º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novos itens, o órgão participante demandante elaborará sua especificação ou termo de referência ou projeto básico, conforme o caso, e a pesquisa de mercado, observado o disposto no art. 6º.§ 6º Caso o órgão gerenciador aceite a inclusão de novas localidades para entrega do bem ou execução do serviço, o órgão participante responsável pela demanda elaborará, ressalvada a hipótese prevista no § 2º, pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais ou regionais.

157. Ou seja, os órgãos participantes deverão apresentar os seguintes documentos: a) Autorização de participação no certame e concordância com o objeto, expedidos pelo Ordenador de Despesas; b) Justificativa sobre a necessidade da contratação e sobre o quantitativo estimado; c) Minuta de Termo de Referência, devidamente aprovado e; d) No caso de inclusão de novos itens, deve ser realizada pesquisa de mercado, assim como na hipótese de o órgão participante demandar serviços que impliquem em variação de custos locais ou regionais.

158. Oportuno registrar, ainda, o entendimento consubstanciado na seguinte Orientação Normativa da AGU:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 64, DE 29 DE MAIO DE 2020:

i) no âmbito do sistema de registro de preços, as competências do parágrafo único do art. 38 da lei 8.666, de 1993; e do art. 11, inciso vi, alínea "a", da lei complementar nº 73, de 1993; relativas à aprovação da minuta de edital e contrato administrativo, são da exclusiva alçada da unidade consultiva que presta assessoramento jurídico ao órgão gerenciador do certame.

ii) o órgão participante e o órgão não participante do sistema de registro de preços poderão solicitar manifestação das respectivas consultorias jurídicas que lhes prestam assessoramento acerca da juridicidade do processo de contratação ou adesão, especialmente nos casos em que haja dúvida de ordem jurídica objetivamente exposta.

159. Ressalta-se:

a) Encaminhamento ao órgão gerenciador de sua estimativa de consumo, local de entrega e, quando couber, cronograma de contratação e respectivas especificações ou termo de referência ou projeto básico;

b) Atos relativos à inclusão no registro de preços formalizados e aprovados pela autoridade competente; e

c) Manifestação, junto ao órgão gerenciador, mediante a utilização da Intenção de Registro de Preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório.

160. Nesse ponto, considerando-se a necessidade de se orientar o órgão gerenciador da licitação a fim de que se tenha a correta instrução processual, cabe mencionar as falhas em que incorreu o órgão que participa do presente procedimento licitatório, passando por cada um dos incisos mencionados. Deve-se observar que as falhas encontradas no Estudo Técnico Preliminar, uma vez sanadas, podem conduzir à necessidade de elaboração de um novo Termo de Referência, que demanda nova aprovação por parte da autoridade competente.

161. Verifica-se nos presentes autos que será órgão participante a 2ª Brigada de Infantaria de Selva, sendo sua documentação acostada aos autos, dentre as quais citamos: Resumo da Manifestação de Interesse (ID 1594377725, fls. 25/26), DIExNr 234 - Almox/Ba Adm/2ª Bda (ID 1594377725, fls. 01/03), Relação de itens (ID 1594377725, fl. 04), Documento de formalização da demanda (ID 1594377725, fls. 05/06), Gerenciamento de riscos (ID 1594377725, fls. 07/08), Justificativa da contratação (ID 1594377725, fl. 09), Mapa de Riscos (ID 1594377725, fls. 10/11), Estudo Técnico Preliminar (ID 1594377725, fls. 12/16) e Termo de Referência (ID 1594377725, fls. 17/27).

XI.III. Da utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidades não participantes do SRP

162. Adesão a ata de registro de preços decorre da possibilidade de um órgão ou entidade que não participou do procedimento licitatório aderir à ata e adquirir os bens e serviços licitados por órgão diverso. Vejamos o que reza o art. 22, e seu § 3º do **Decreto nº 7.892/2013**:

> **Art. 22**: Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.
>
> (...)
>
> **§ 3º** As aquisições ou as contratações adicionais em relação aos entes não participantes do SRP não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

163. De qualquer forma, tendo em vista decisões recentes do Tribunal de Contas da União, sugerimos que "eventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes esteja devidamente motivada no processo administrativo (TCU. Acórdão 2037/2019 Plenário).

164. Outrossim, convém lembrar que, segundo o TCU, "é indevida a utilização da ata de registro de preços por quaisquer interessados – incluindo o próprio gerenciador, os órgãos participantes e eventuais caronas, caso tenha sido prevista a adesão para órgãos não participantes – para aquisição separada de itens de objeto adjudicado por preço global de lote ou grupo para os quais o fornecedor convocado para assinar a ata não tenha apresentado o menor preço na licitação" (TCU.Acórdão 1893/2017Plenário).

165. Assim, a possibilidade de adesão só deve ser mantida se, efetivamente, através de estudos técnicos relacionados especificamente ao objeto, reste demonstrada, de forma clara e objetiva, a pertinência da permissão, o que deve ser amplamente justificado.

166. As aquisições ou as contratações adicionais em relação aos entes não participantes do SRP não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

167. O órgão não participante, em regra, só poderá aderir à ata de registro de preços após a primeira aquisição ou contratação realizada por órgãos integrantes da ata, sendo que, depois de autorizado pelo órgão gerenciador, terá 90 dias para realizar a aquisição ou contratação do bem ou serviço, observado o prazo de vigência da Ata.

168. Por fim, o órgão assessorado optou pela possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgão ou entidades não participantes do SRP, conforme o disposto no subitem 4.1 da Ata de Registro de Preços (ID 1594377742, fl. 7). **Recomenda-se** ao órgão assessorado que providencie e acoste aos autos a devida justificativa e fundamentação para sua escolha.

XII. ANÁLISE DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

169. A seguir, passa-se à verificação do atendimento dos requisitos previstos no Decreto nº. 10.024, de 2019, conjugados com as regras da Lei nº. 10.520, de 2002 e da Lei nº. 8.666, de 1993, necessários à instrução da fase preparatória do pregão, sendo certo que cabe ao Administrador observar as demais exigências concernentes à fase externa do procedimento em momento oportuno, posterior a presente manifestação jurídica.

170. Assim, serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do ordenamento jurídico, em face do caso vertente, com a ressalva de que os textos das minutas anexadas serão analisados em tópicos especialmente abertos para essa finalidade.

XII.I. Autorização para abertura da licitação

171. A autorização para abertura da licitação devidamente assinada pela autoridade competente decorre da exigência do art. 21, inciso V do Decreto nº 3.555/2000 e com o que dispõe o art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93 c/c arts. 8º, inciso V e 13, inciso III, do Decreto nº 10.024/2019 (pregão eletrônico).

172. Foi verificado nos autos a autorização específica para abertura do processo licitatório no Despacho do OD (ID 1594377742, fl. 17), assinada pelo Ten Cel Ricardo Peterson Cordoba Roberto, Ordenador de Despesas da 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

XII.II. Termo de referência com a aprovação da autoridade competente

173. O Termo de Referência é o documento que deverá conter as informações e os elementos técnicos necessários para assegurar a viabilidade da contratação, com fundamento no Estudo Técnico Preliminar, sobretudo em relação à avaliação do custo, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia e suprimento, e o prazo da execução do contrato. Tal documento deverá ser aprovado motivadamente pela autoridade competente, ainda que a motivação conste na forma do art. 50, §1º, da **Lei n. 9.784, de 1999**:

> **Art. 50.** Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:
>
> (...)
>
> § 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

174. No caso em exame, consta o Termo de Referência acostado ao autos apenas como Anexo I do Edital apresentado (ID 1594377709, fls. 27/36; ID 1594377715, fls. 01/03; ID 1594377741, fls. 21/30 e ID 1594377742, fls. 01/04), o qual encontra-se devidamente aprovado no processo pela autoridade competente (ID 1594377742, fl. 05).

XII.III. Critério De Julgamento - Maior desconto

175. Com base nos Decretos 7.892/2013 e 10.024/2019, o órgão assistido poderá adotar o critério de julgamento do menor preço, por meio do maior desconto

176. Assim, conforme o art. 9º, § 1º do Decreto nº 7.892/2013, ao optar pelo critério de julgamento do menor preço aferido com base no maior desconto, orienta-se sempre ao órgão consulente indicar sobre qual tabela incidirá o desconto.

177. No caso vertente, o critério de julgamento será o maior desconto por item, aplicado sobre a média da Tabela da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nesse sentido, dispõe o subitem 1.3 da minuta de Edital (ID 1594377735, fl. 29).

178. Ao que se nos parece, o critério de julgamento adotado é o que melhor se coaduna com a espécie, dada a volatilidade do preço dos combustíveis e do gás liquefeito de petróleo - GLP. Nesse cenário, caso se cogitasse do registro de um preço fixo, a viger pelo prazo de validade da Ata, certamente não acudiriam interessados ao certame, conquanto se torne impossível assegurar a manutenção do preço dos combustíveis e gás natural por um determinado período de tempo.

179. Ressalte-se, a propósito, que esse critério pode implicar até mesmo na redução do preço expresso em Reais, toda vez que a ANP estabelecer uma redução no preço dos combustíveis e do gás liquefeito de petróleo - GLP.

180. Nesse cenário, não haverá necessidade de estipulação de índice de reajuste de preços, haja vista que o preço final irá variar de acordo com o valor médio dos combustíveis e do gás liquefeito de petróleo - GLP, semanalmente divulgado pela ANP.

181. Entretanto, tendo em vista tratar-se no caso vertente de questão que envolve aspectos técnicos que escapam ao conhecimento desta Consultoria Jurídica, trazendo sistemática diferenciada de aquisição, e portanto, sujeita ao escrutínio dos órgãos de controle, a recomendação é a de que a autoridade instrua o feito com todos os documentos que embasem a decisão pela contratação com maior desconto sobre a tabela da ANP, demonstrando sua adequação.

21ª Cia E CNST
FL Nº 18

XII.IV. Pesquisa de Preço

182. É requisito essencial de validade do Sistema de Registro de Preços a ampla **pesquisa de mercado**, consoante prevê o art. 5º, IV, do Decreto nº 7.892, de 2013, c/c o art. 3º, XI, "a", 2., do Decreto nº 10.024/2019. A ausência desta pode ensejar a nulidade do SRP.

183. A realização de uma pesquisa de mercado é exigência também prevista no art. 40, inc. X, da Lei nº 8.666, de 1993, cujo resultado poderá, inclusive, servir de fixação do preço máximo admitido. Sem a realização da citada pesquisa não é possível verificar se as propostas de preços apresentadas pelos licitantes estão compatíveis com o preço corrente no mercado. Consequentemente, não terá a Administração parâmetro válido e seguro para avaliar se o **princípio da economicidade**, preconizado no art. 70 da Constituição Federal, foi respeitado.

184. A Administração Pública federal deve seguir com zelo as orientações constantes da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020**, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços, para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

185. A Administração deve sempre realizar a pesquisa com base nas prescrições indicadas no art. 5º e §§ da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020**, supra citada, que prescreve o seguinte:

> *"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
>
> *I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*
>
> *II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;*
>
> *III - **dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou*
>
> ***IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.***
>
> *§1º **Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.***
>
> *§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:*
>
> *I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;*
>
> *II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:*
>
> *a) descrição do objeto, valor unitário e total;*
>
> *b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;*
>
> *c) endereço e telefone de contato; e*
>
> *d) data de emissão.*
>
> *III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput";*

(destaque nosso)

21ª Cia E CNST
FL Nº 19

186. Consta no documento intitulado "Justificativas" (ID 1594377715, fls. 05/06), acerca da pesquisa de preço, as seguintes informações:

> 1) PARA PESQUISA DE MERCADO - PAINEL DE PREÇOS, PESQUISA EM LICITAÇÕES LOCAIS, BUSCA DA TABELA COMPATÍVEL COM O VALOR PRATICADO.
>
> A fim de vislumbrar o sucesso do processo licitatório, foi realizado o levantamento de potenciais fornecedores, aptos a fornecer o objeto deste certame, no portal da ANP onde a pesquisa retornou consulta pública com 8 (oito) Distribuidores Autorizados ao Exército da Atividade.
>
> Para a elaboração do orçamento estimado desta licitação, a Administração amparou-se nos incisos I, do art. 5º da IN Nº 73/2020, utilizando a média para obtenção de um valor base da realidade local, por retratar de maneira fidedigna a realidade dos preços praticados no mercado local, haja vista as particularidades ímpares de logística geradas pelo isolamento geográfico do município de São Gabriel da Cachoeira-AM, localizado na Região da Cabeça do Cachorro, a cerca de 1.000 km da capital Manaus, acarretando aumento nos valores finais de bens e serviços locais pela dependência do transporte de insumos/materiais diversos, realizados pelo único meio regularmente disponível/acessível (balsa/barcos). Essa logística indispensável gera para o mercado local acréscimos nos preços finais de bens e serviços, não existindo planos alternativos que possam melhor atender a necessidade da Administração, conforme a realidade dos preços locais; assim, para o não comprometimento do processo administrativo licitatório, ratifico a relevância da pesquisa de mercado conjunta através do Painel de Preços, do site da Agência Nacional de Petróleo - ANP, e com pesquisa em empresas locais, tendo em vista que estas retratam fielmente a realidade dos preços finais no mercado local, por já inserirem nos seus orçamentos todos os gastos com transporte/deslocamentos para o fornecimento de bens na área da "Região da Cabeça do Cachorro". Portanto, para a(s) futura(s) contratada(s) estes gastos INEVITÁVEIS não podem ser ignorados, o que restaria no dimensionamento inadequado dos custos, ensejando a elaboração de propostas imprecisas, pondo em risco todo o processo administrativo. Por estes fundamentos defendo plenamente a pesquisa de preço por filtro das aquisições realizadas nessa Região, por retratar a realidade dos gastos que envolvem o fornecimento de bens.
>
> Por fim, a escolha da tabela ANP para aplicação do desconto, foi realizada após o levantamento de preços, o que permitiu a escolha de tabela com preço aproximado ao praticado no mercado local, de forma a oportunizar a ampla participação, disputa e aplicação de desconto no valor da tabela escolhida. Essa metodologia foi utilizada, considerando que a cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM não faz parte das localidade que possuem acompanhamento da ANP.

187. No caso em tela, para deflagrar o presente procedimento licitatório, a Administração procedeu a uma pesquisa, conforme o inciso I do art. 5º da IN SEGES/ME nº 73/2020, apresentando a justificativa e juntados o Mapa Comparativo - Pesquisa de Preços (ID 1594377715, fls. 37/38) e Pesquisa de Fornecedores e Preços (ID 1594377715, fls. 07/36), acostando a síntese dos preços do Gás Liquefeito de Petróleo - GLP/ 13 Kg, praticados pela tabela da ANP, no Estado do Amazonas e no município de Parintins/AM.

188. Concernente à Pesquisa de Preços, **recomenda-se** que o órgão assessorado avalie a pesquisa realizada no sentido de aferir se as cotações obtidas se referem a aquisições ou contratações firmadas no período de 01 (um) ano anterior à data de publicação do instrumento convocatório (art. 5°, inc. I, II da IN SEGES/ME n° 73/2020), no caso de cotações realizadas através do Painel de Preços e aquisições e contratações similares de outros entes públicos. Para o caso de pesquisa realizada direta com fornecedores ou através de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, deve aferir se os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório (art. 5°, inc. III e IV da IN n° 73/2020), **sendo de responsabilidade do setor técnico, promover nova pesquisa para aquelas cotações que perpassam tal período.**

189. No tocante à possibilidade da utilização dos preços divulgados pela ANP, nos termos do que consta na página https://preco.anp.gov.br, uma das atribuições da ANP é implementar a política nacional de petróleo e gás natural e garantir a proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta de produtos (Lei n° 9.478/97,

artigo 8º). Cumprindo essa determinação, a Agência promove uma pesquisa de preços semanal para acompanhar os preços praticados pelas distribuidoras e postos revendedores de combustíveis.

21 COMSUP ECNST
FL Nº 20

190. Ao que se infere, trata-se de ampla pesquisa de mercado promovida pelo órgão regulador do setor, presumindo-se sua adequada precisão em revelar os preços efetivamente praticados no âmbito local ou regional na revenda de derivados ao consumidor.

191. Como esclarece a ANP em seu site na seção "Perguntas Frequentes":

> *"Qual é o objetivo da pesquisa semanal de preços?*
> *O objetivo do Levantamento de Preços e de Margens de Comercialização de Combustíveis é divulgar os preços praticados em postos em centenas de cidade brasileiras. Os resultados são divulgados semanalmente pela ANP para orientar o consumidor. A pesquisa também é utilizada para identificar mercados com indícios de infração à ordem econômica.*
> *Quem regula os preços dos derivados de petróleo no mercado brasileiro?*
> *Vigora no Brasil, desde 2002, o regime de liberdade de preços em toda a cadeia de produção, distribuição e comercialização de combustíveis. Não há qualquer tipo de tabelamento, valores máximos e mínimos, participação do governo na formação de preços,nem necessidade de autorização prévia para reajustes de preços de combustíveis."*

192. Neste contexto, inclusive, o critério de julgamento do **maior desconto sobre o preço do levantamento da ANP é costumeiramente adotado nas licitações de aquisição de combustível.**

193. Considerando ser essa uma licitação de combustível e gás liquefeito de petróleo - GLP, de observar que a Agência Nacional de Petróleo - ANP divulga em seu site, por municípios e regiões, o preço médio da gasolina,do óleo diesel e do gás liquefeito de petróleo - GLP, tendo sido esta tabela de preço de mercado utilizada pela OM, adotando como referência esses dados oficiais, com o que se entende legitima a fonte pesquisada.

194. Sublinhe-se, a propósito, que o critério de julgamento do maior percentual de desconto sobre **o valor médio tabela da ANP** é o comumente adotado em licitações deste jaez. Sobre o tema, trago à colação excerto da Análise contida no Acórdão 90/2013 TCU - Plenário:

> *ANÁLISE*
> .....
> *"23. As alegações são improcedentes. A Administração não está transferindo a terceiros a obrigação de fiscalização dos postos de combustíveis, tarefa que cabe à Agência Nacional de Petróleo (ANP). Os itens assinalados referem-se à obrigação da contratada de oferecer à contratante rede de postos credenciados confiáveis em termos de qualidade do produto e que, nos termos da proposta de preço, garantam o fornecimento no limite do valor* ***médio*** *da ANP."*

195. Destarte, **recomenda-se** que o órgão confira o mapa comparativo, a fim de que o valor médio do combustível e do gás liquefeito de petróleo - GLP apurados pela ANP, seja o parâmetro para aplicação do desconto a ser ofertado pelo licitante.

196. O órgão deve lembrar que a pesquisa é o balizador e o limitador dos preços da licitação, e que a despesa poderá ser futuramente submetida aos órgãos de controle, com as respectivas responsabilizações (art. 113, da Lei nº 8.666/1993), o que impõe sua devida atenção.

197. Por derradeiro, convém enfatizar que a verificação material dos preços e quantitativos estimados **não** pode ser imputada como questão jurídica a ser examinada por esta Consultoria, não obstante, cabe–nos apontar os parâmetros de legalidade que devem ser observados para a validade da pesquisa de preços, sendo de responsabilidade do setor técnico, observar os termos da IN/73 e adotar uma análise crítica dos preços colhidos, excluindo, justificadamente, aqueles considerados inexequíveis ou excessivos, a teor dos §§§ 2º, 3º e 4º, do art. 6º, da IN nº 73 de 2020.

198. São esses os apontamentos que entendemos pertinentes quanto a este aspecto.

21ª Cia E CNST
FL Nº 21

XII.V. Divulgação do valor estimado ou valor máximo aceitável

199. O Decreto nº 10.024, de 2019, passou a estipular a possibilidade de se divulgar, ou não, o valor estimado ou o valor máximo aceitável:

> Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
>
> § 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
>
> § 2º Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
>
> § 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório."

200. Assim sendo, uma vez apurado e definido o valor estimado ou o valor máximo aceitável, cumpre ao órgão avaliar, cuidadosamente, se será o caso de divulgá-lo ou mantê-lo sob sigilo.

201. Não foram estabelecidos, por hora, parâmetros para a adoção de um ou outro. A decisão compete à autoridade que, evidentemente, deverá municiar-se das informações sobre o mercado do objeto licitado, coletadas por ocasião do estudo técnico preliminar.

202. Vale mencionar que no Decreto nº 10.024, de 2019, foram enunciados os princípios aos quais se condicionam o pregão eletrônico:

> ***"Princípios***
>
> *Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.*
>
> *§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.*
>
> *§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação."*

203. Assim sendo, como norte, nos parece plausível recomendar que a escolha recaia sobre a opção que amplie a competitividade e, como consequência, tenha maior aptidão para a obtenção da melhor proposta.

204. Assim, adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório, conforme o § 3º do art. 15 do Decreto nº 10.024/2019.

205. Quando o menor preço da licitação é alcançado por meio do maior desconto, torna-se inviável o sigilo do preço de referência que deve ser divulgado como forma de se permitir aos licitantes o conhecimento da proposta que estão apresentando perante a Administração.

206. No caso, verifica-se no subitem 1.1 do Termo de referência (ID 1594377741, fl. 22), que o valor total estimado da contratação é de R$ 8.311.360,73 (oito milhões trezentos e onze mil trezentos e sessenta reais e setenta e três centavos).



207. Qualquer que seja a opção do Gestor, deverá ser devidamente motivada nos autos.

XII.VI. Previsão de recursos orçamentários

208. A declaração de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal, conforme dispõe o artigo 10, IX, Lei 8.429, de 1992, e artigos 38 e 55 da Lei nº 8.666, de 1993.

209. Cabe também alertar para que seja anexada a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

210. Atente-se que compete ao órgão verificar, previamente ao envio dos autos para análise do órgão de assessoramento jurídico, a aplicabilidade da Orientação Normativa nº 52. do Advogado-Geral da União, a fim de dispensar a necessidade da declaração acerca dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

> "As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da lei complementar nº 101, de 2000".

211. Em se tratando de licitação para Registro de Preços é aplicável a Orientação Normativa AGU n. 20/2009, nos seguintes termos:

> "Na licitação para registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato".

212. Portanto, o órgão deverá zelar pelo seu cumprimento e promover a indicação em momento anterior à celebração do contrato ou retirada do respectivo termo substitutivo.

213. No mesmo sentido o Decreto nº 7.892, de 2013, em seu artigo 7º, § 2º, e o Decreto nº 10.024, de 2019, artigo 8º, inciso IV.

XII.VII. Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio

214. De acordo com o que determina o art. 3º, IV, §1º e §2º da Lei nº 10.520/02, artigo 21, inciso VI do Decreto nº 3.555, de 2000, e artigo 8º, inciso VI do Decreto nº 10.024, de 2019, exigem a comprovação da legitimidade do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio, devendo a autoridade competente designá-los, obedecendo, ainda, aos demais requisitos previstos nos citados dispositivos legais.

215. Na análise dos autos, consta o BI Nr 52, de 17/03/2022, da 21ª Cia E Cnst (ID 1594377725, fls. 05/06), com a designação do pregoeiro e da equipe de apoio.

216. **Recomenda-se** que seja juntado o certificado de conclusão do curso de pregoeiro, do servidor responsável pela condução do presente procedimento licitatório.

XII.VIII. Da cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos

217. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 08 de julho de 2020, dispôs sobre as regras e os procedimentos para operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos, desde que seja gerado instrumento contratual, realizadas entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

AGU - CNS
FL Nº 23

218. Segundo o referido normativo, "*os editais e respectivos contratos administrativos celebrados **devem prever expressamente** a possibilidade de cessão dos créditos decorrentes da contratação*" (art. 15). (negritei)

219. A pertinente previsão pode incrementar a atratividade do negócio proposto no edital de licitação, ampliando a competitividade, em favor da Administração Pública. Justamente por isso, sua previsão foi definida como obrigatória pelo normativo, devendo constar na minuta do contrato ou do edital.

220. Verifica-se que a autoridade excluiu, sem qualquer justificativa, a previsão de cessão de crédito prevista no item 21.1.1 do modelo de Edital/Compras padronizado da AGU, versão Fevereiro de 2022.

De se notar, entretanto, que o artigo 17 da citada IN SEGES/ME 53/2020, efetivamente excepciona sua aplicabilidade às Forças Armadas, com fulcro nos termos do § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.094, de 23 de março de 1994, qual estabelece que os Ministérios Militares e o Estado-Maior das Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG.

221. Sendo assim, recomenda-se a autoridade esclarecer se sua decisão pela vedação à cessão encontra-se amparada no artigo 17 da IN SEGES/ME 53/2020 c/c § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.094, ou, em caso contrário, incluir a previsão.

XII.IX. Minuta do Edital e Anexos

222. O art. 21, incisos VIII e IX do Decreto nº 3.555/2000, art. 8º, inc. VII e VIII, do Decreto nº 10.024, de 2019 (pregão eletrônico) exigem que o processo licitatório seja instruído com as minutas do edital, termo de contrato ou instrumento equivalente, e, se for o caso, minuta da ata de registro de preços.

XIII. ANÁLISE DAS MINUTAS

Considerações Gerais sobre o Edital e Anexos

223. Inicialmente, cumpre destacar que o órgão adotou os modelos elaborados nacionalmente pela AGU. Esta adoção é, inclusive, recomendada pela Instrução Normativa nº 05, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, artigos 29 e 35:

> Art. 29. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de Termos de Referência e Projetos Básicos da Advocacia-Geral União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V, bem como os Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.
>
> § 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.
>
> § 2º Cumpre ao setor requisitante a elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico, a quem caberá avaliar a pertinência de modificar ou não os Estudos Preliminares e o Gerenciamento de Risco, a depender da temporalidade da contratação, observado o disposto no art. 23.
>
> Art. 35. Devem ser utilizados os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral União, observado o disposto no Anexo VII, bem como os Cadernos

de Logística expedidos por esta Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que couber.

§ 1º Quando o órgão ou entidade não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

§ 2º No caso da contratação de prestação de serviços por meio do sistema de credenciamento, deverão ser observadas as diretrizes constantes do item 3 do Anexo VII-B.

Cia E CNST FL Nº 24

224. Embora a presente contratação não envolva serviços, pode-se identificar na adoção das minutas padronizadas pela AGU uma boa prática administrativa replicável nas licitações de aquisição.

225. De qualquer forma, dado o seu caráter genérico, e considerando-se as possíveis peculiaridades de cada objeto, o gestor responsável deverá tomar as medidas de cautela quanto a eventuais adaptações ou acréscimos que se fizerem necessários nas minutas para a sua adequação ao caso concreto.

226. Além disso, uma vez que os modelos estão sujeitos a um processo dinâmico, o que importa em frequentes aperfeiçoamentos e atualizações, é importante que o órgão acompanhe eventuais atualizações feitas pela AGU

XIII.I. Termo de Referência

227. O termo de referência é o "documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares" (art. 3º, inc. XI, do Decreto nº 10.024, de 2019) que contempla, além do detalhamento do objeto, os requisitos para participação no certame, seu processamento, até final contratação e a execução contratual.

228. Em sua elaboração, o órgão deve atentar para os requisitos descritos no art. 3º, inc. XI, alínea a e art. 14, incs. I e II, do Decreto nº 10.024, de 2019 (pregão eletrônico).

229. Por tratar-se de uma peça eminentemente técnica, cujo conteúdo escapa aos nossos conhecimentos jurídicos e ao objetivo deste parecer, parece-nos oportuno alertar a Administração para a imperiosa necessidade de conferir se todas as especificações dos produtos estão suficiente e objetivamente descritos no Termo de Referência. Esta precaução deve nortear o gestor público, responsável em última instância, pela aquisição, a fim de evitar que o licitante vencedor venha a realizar a entrega de um produto inadequado ou de qualidade inferior, sob a alegação de que o objeto realizado ou fornecido corresponde exatamente ao descrito naquela peça.

230. No caso específico dos autos, o Termo de Referência, foi anexado aos autos (ID 1594377709, fls. 21/36; ID 1594377715, fls. 01/03; ID 1594377741, fls. 21/30 e ID 1594377742, fls. 01/04), adotando o modelo de Termo de Referência - Pregão Eletrônico - Compras, disponibilizado no site da AGU, versão julho de 2021. Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele parece conter as previsões necessárias, atendendo às prescrições legais pertinentes.

231. Ressaltamos, que as alterações/complementações a serem efetuadas pelo órgão no Termo de Referência e demais documentos integrantes do procedimento, em decorrência das orientações traçadas no presente parecer, deverão se refletir também na minuta de edital, em tudo o que lhe for pertinente.

XIII.II. Edital

232. Os requisitos e elementos a serem observados na minuta do edital são aqueles previstos no art. 14, inc. III e IV, do Decreto nº 10.024, de 2019 (pregão eletrônico), art. 9º do Decreto nº 7.892, de 2013 (SRP) e art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993.

233. No que tange à nossa específica atribuição, da análise das minutas, conforme atestado no processo, o órgão assessorado utilizou as pertinentes minutas disponibilizadas pela AGU, tornando desnecessárias maiores observações jurídicas sobre seu conteúdo.

234. No tocante à minuta de Edital do Pregão Eletrônico Nº 07/2022 (ID 1594377735, fls. 29/30 e ID 1594377741, fls. 01/20), elaborada na versão atualizada para compras, de fevereiro de 2022 - AGU e ajustada pelo órgão, não sendo necessários reparos ao seu conteúdo.

235. Apenas com relação aos requisitos de Qualificação Econômico-Financeira e Qualificação Técnica, lembramos que é responsabilidade do órgão avaliar o cabimento das exigências, levando em conta que "somente poderão ser impostas exigências compatíveis com o mínimo de segurança da Administração Pública. A regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas" (JUSTEN, Marçal Filho, ob. cit. fls. 683).

236. Especialmente tendo em vista que o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988 é claro ao esclarecer que "o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

237. Portanto, as exigências de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica devem ser analisadas pelo órgão, tendo em vista as características específicas de cada licitação, em limites compatíveis e proporcionais ao objeto contratual a ser executado, especialmente quanto a seu vulto e complexidade, devendo haver justificativa para as decisões.

238. Por fim, orienta-se sempre ao órgão assessorado, que quando proceder alguma inclusão ou exclusão nas peças editalícias, modelo padrão AGU, apresente nos autos as devidas justificativas.

XIII.III. Da Ata de Registro de Preços

239. Os requisitos da minuta da ata de registro de preços estão previstos no Decreto nº 7.892, de 2013, devendo estar em conformidade também com a minuta do edital e do termo de referência.

240. O prazo de validade da ata de registro de preços é de no máximo um ano, nos termos do art.15, §3º, inc. III, da lei nº 8.666, de 1993, razão pela qual eventual prorrogação da sua vigência, com fundamento no art. 12, caput, do decreto nº 7.892, de 2013, somente será admitida até o referido limite e desde que devidamente justificada, mediante autorização da autoridade superior e que a proposta continue se mostrando mais vantajosa.

241. No caso em análise, a minuta da Ata de Registro de Preços (ID 1594377742, fls. 06/10) seguiu o modelo adotado para Ata de Registro de Preços - Pregão Compras - AGU, versão Dezembro/2019. Verifica-se que a minuta foi juntada ao processo e atende a tais pressupostos.

242. **Recomenda-se** a correção do subitem 3.3. considerando que, conforme os autos, será órgão participante somente a 2ª Bda de Inf SI.

XIII. IV. Minuta de Contrato ou Instrumento Substitutivo

243. Quanto à minuta de contrato, deve-se observar o que dispõe o art. 62 da Lei nº 8.666/93:

> Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 1o A minuta do futuro contrato integrará sempre o edital ou ato convocatório da licitação.

§ 2o Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

FL Nº 26

244. Acerca do artigo 55 da Lei 8666/93, nem todas as cláusulas são vistas como imediatamente obrigatórias. De acordo com Marçal Justen Filho (2005. p. 497-498):

245. O texto do caput do art. 55 induz à necessidade de que todo contrato administrativo contenha as cláusulas enumeradas nos diversos incisos. Porém, nem todas as hipóteses dos diversos incisos são realmente obrigatórias. Ou seja, a ausência de algumas delas descaracteriza um contrato administrativo, e acarreta a nulidade da avença. Quanto a outras cláusulas, sua presença é desejável, mas não obrigatória. São obrigatórias as cláusulas correspondentes aos incs. I, II, III, IV e VII. As demais ou são dispensáveis (porque sua ausência não impede a incidência de princípios e regras legais) ou são facultativas, devendo ser previstas de acordo com a natureza e peculiaridade de cada contrato.

246. Mais ainda, determinadas cláusulas são inerentes ao contrato administrativo em sentido estrito. Assim, a ausência de sua previsão não importa possibilidade de aplicação das competências correspondentes. Essa conclusão extrai-se dos termos do art. 58 (...).

247. Assim, são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

248. No caso vertente, a autoridade assessorada acostou aos autos a minuta de termo de Contrato de Compra a ser firmado (ID 1594377742, fls. 11/15), adotando a minuta padrão da AGU para Compras (versão julho/2020), tornando-se desnecessárias maiores observações jurídicas sobre o seu conteúdo.

XIV. RECOMENDAÇÕES FINAIS

XIV.I. Da publicidade e do prazo para abertura da sessão pública

249. Nos termos do art. 20 c/c art. 21 do Decreto nº 10.024/19, **recomenda-se** que o aviso de licitação seja publicado no Diário Oficial da União, no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade e para os órgãos ou as entidades integrantes do SISG e aqueles que aderirem ao Sistema Compras do Governo federal deverá ser disponibilizado a íntegra do edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e no sítio eletrônico do órgão ou da entidade promotora do pregão.

250. Outrossim, o aviso do edital deverá conter a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em qe poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet – cf. art. 3º do Decreto nº 10.024/19. Nesse passo, **recomenda-se** ao órgão verificar cautelosamente se a expressão posta para descrição do objeto, no aviso de edital será suficiente para abranger a totalidade dos itens licitados; a descrição deve ser capaz de garantir efetividade à divulgação do certame, regularidade procedimental e plena competitividade. A descrição deve ser suficiente para que os interessados possam alcançar amplitude do objeto, o que deve restar de forma clara no edital, seus anexos e, por consequência, na publicação/divulgação do Pregão.

251. **Recomenda-se** ao pregoeiro, em atendimento ao art. 25 do Decreto n° 10.024/19, que cuide para que o prazo entre a data de publicação do aviso de licitação e o prazo final estabelecido para a apresentação de propostas e credenciamento seja de no mínimo oito dias úteis, logo, a abertura da sessão pública deverá ocorrer, no mínimo, no nono dia útil.

21° Cia E CNST FL Nº 27

252. **Recomenda-se** ainda, caso necessário, que se observe o art. 22 do Decreto n° 10.024/19:

> Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

XIV.II. Necessidade de haver gestão e fiscalização do contrato – registro de todas as ocorrências

253. Ressalte-se o dever da Administração Pública de designar fiscal dos contratos para realizar uma fiscalização e controle eficiente dos contratos, com o devido registro de todas as ocorrências havidas durante sua execução, consoante as determinações legais contidas nos arts. 66 a 70 da Lei nº 8.666, de 1993..

254. Ressalte-se, que em razão do princípio da segregação das funções não podem ser indicados para fiscalizar os contratos, nem o pregoeiro, nem os membros da comissão de licitação. Vejam-se os seguintes Acórdãos do TCU citados no Caderno de Fiscalização de Contratos Administrativos da ENAP (2016):

> "AC-0140-06/07-P - MARCOS VINICIOS VILAÇA
> É vedado o exercício, por uma mesma pessoa, **das atribuições de pregoeiro e de fiscal do contrato celebrado**, por atentar contra o princípio da segregação das funções. (AC-0140-06/07-P, Marcos Vinicios Vilaça);" *(negritei)*

> "A execução de contrato deve ser acompanhada por servidor especialmente designado para tanto, **não cabendo a designação de membros da comissão de licitação** para o desempenho da atividade. (AC – 1375-20/15-P, Bruno Dantas)." *(negritei)*

255. **Recomenda-se,** a designação de servidor ou da equipe de acompanhamento e fiscalização de execução do contrato.

XV. CONCLUSÃO

256. Diante do exposto, considerando os estritos limites da análise jurídica, ressalvando-se os aspectos de conveniência e oportunidade, não sujeitos ao crivo desta Consultoria, e em atendimento ao que estabelece o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, conclui-se **pela viabilidade jurídica do prosseguimento do presente feito, condicionada ao atendimento das recomendações apontadas nos parágrafos 21, 28, 29, 30, 34, 75, 124, 126, 168, 188, 195, 216, 221, 242, 249, 250, 251, 252 e 255 deste parecer.**

257. As orientações emanadas dos pareceres jurídicos devem ser observadas pela Administração, que somente poderá/deverá eximir-se de cumpri-las mediante apresentação de circunstanciadas justificativas, devidamente motivadas, consoante previsão do art. 50, VII da Lei n° 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo) é que, será possível dar-se prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de nova manifestação desta e-CJU/Aquisições, empreendendo assim maior celeridade ao processo. Caso a opção seja por não acatá-las, haverá a assunção do risco decorrente do exercício da competência discricionária da autoridade assessorada, à luz do que dispõe a Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

258. Nos termos do Enunciado n.° 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU, "*Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido*

as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas".

2ª Cia E. CNST
FL Nº 27

259. Ressalta-se que a presente manifestação se limita à análise jurídica da fase interna do processo licitatório, que toma por base os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe, recomendando-se, em sua fase externa, o atendimento integral ao Edital e às Leis que regem a matéria.

260. Em consonância com o disposto no art. 21, *caput*, do Anexo da Portaria E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU nº 1, de 17/07/2020, que aprova o regimento interno da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (e-CJU/Aquisições), a presente manifestação não necessita da aprovação da autoridade superior.

261. À Coordenação Administrativa da e-CJU/Aquisições para encaminhamento ao Órgão Assessorado e adoção das demais providências de praxe.

Boa Vista, 08 de agosto de 2022.

ÉLIDA DE SOUSA TAVARES COELHO
ADVOGADA DA UNIÃO
e-CJU/Aquisições

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64411002274202206 e da chave de acesso d10cca66

Documento assinado eletronicamente por ÈLIDA DE SOUSA TAVARES COELHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 951122662 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ÈLIDA DE SOUSA TAVARES COELHO, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 08-08-2022 03:00. Número de Série: 772182694104883361993962756O6. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

21ª Cia E CNST
FL Nº 29

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

DESPACHO – CORREÇÕES DO PROCESSO

Processo nº: 64411.002274/2022-06
Pregão Eletrônico SRP Nº 7/2022 (alterado pelo Nº 23/2022, 25/2022 e 29/2022)

Em atendimento as solicitações contidas no **PARECER n. 03411/2022/NUCJUR/E-CJU/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU**, da Consultoria Jurídica da União no Amazonas – CJU/AM, recebido via sistema SAPIENS, atesto através do presente despacho que foram feitas as correções elencadas abaixo:

Item III.I. Da instrução dos autos **Parágrafo 21. Recomenda-se**, ao órgão assessorado que ao instruir o processo, os documentos sejam apresentados de uma forma legível, em formato-PDF editável ou pesquisável (OCR7).	Tendo em vista as próximas desta Licitação, fase externa, inclusive arquivo digital, em atendimento ao Acórdão TCU n.º 934/2021-Plenário, informo que os documentos publicados e do arquivo, serão divulgados em formato PDF editável ou pesquisável tipo (OCR7).
Item IV. LIMITES DE GOVERNANÇA **Parágrafos 28, 29 e 30**: no caso dos autos, o órgão assessorado não apresentou declaração expressa, se o objeto em análise se enquadra como atividade de custeio ou não, o que **recomenda-se** ser informado nos autos.	Foi juntada aos autos na folha de nº , Declaração da Autoridade Competente, certificando que esta aquisição se enquadra como atividade de custeio conforme Decreto Nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e verificado o Art. 1º da Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, que inexiste vedação para esta aquisição.
Item V. AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE LEGAL **Parágrafo 34: recomenda-se:** que o órgão assessorado junte aos autos a lista constante no Anexo I da ON SEGES/MPDG nº 02, de 2016 e oportunamente, a lista de verificação do Anexo II (após a adjudicação, quando realizada pelo pregoeiro, ou quando houver recurso, após a análise deste) da ON SEGES/MPDG nº 02, de 2016.	Foi juntada aos autos, na folha de nº a lista de verificação que consta no anexo I da ON SEGES/MPDG nº 02, de 2016, e o anexo II a fim de que ocorra o correto acompanhamento da fase externa, fazendo constar na folha de nº .
Item d). Referência a normativos que disciplinam a contratação **Parágrafo 75: recomenda-se** ao órgão assessorado, que indique e atenda as diretrizes da ANP que sejam pertinentes ao objeto pretendido nos presentes autos.	A fim de melhor apresentar os normativos da ANP, norteadores desta licitação, foi incluído no Termo de Referência, nos itens 8, e 18.1.1, e no Edital os itens 6.1.1.1, 6.1.1.2, 6.3.1, e 7.5.1.
Item VIII. ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	Foi realizada as devidas consultas no Guia de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU, e

21º Cia E CNST
FL Nº 30

Parágrafos 124 e 126. 124: Recomenda-se que o órgão assessorado, consulte o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, elaboradopela AGU, para que o Termo de Referência esteja em consonância com o disposto neste documento, na InstruçãoNormativa SLTI/MP nº 01/2010, nas diretrizes da Agência Nacional de Petróleo - ANP, no que for pertinente. **126: recomenda-se** ao setor técnico responsável verificar se ainda há ou não o enquadramentode cada item do termo de referência no **Anexo I da IN IBAMA nº 13**, de 23 de agosto de 2021 e estipular se a exigênciado Cadastro Técnico Federal é aplicável ou não, **fazendo constar a exigência, quando devida, tanto no Termo deReferência como no Edital,** na forma indicada pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, alterando areferência a IN IBAMA nº 06/2013 para a IN IBAMA nº 13/2021.	Na INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13 DE 23 DE AGOSTO DE 2021, resultando na inclusão dos itens 1.8 do Termo de Referência e 5.9. do Edital, a fim de realizar o devido atendimento da Legislação pertinente ao objeto licitado.
Item XI. III. Da utilização da ata de registro de preços por órgão ou entidades não participantes do SRP **Parágrafo 168**. Por fim, o órgão assessorado optou pela possibilidade de adesão à ata de registro de preços por órgão ou entidades não participantes do SRP, conforme o disposto no subitem 4.1 da Ata de Registro de Preços (ID 1594377742, fl.7). **Recomenda-se** ao órgão assessorado que providencie e aposte aos autos a devida justificativa e fundamentação parasua escolha.	Foi acostada aos autos, na folha de nº , justificativa para a utilização da Ata por órgão ou entidades não participantes do SRP.
Item XII. IV. Pesquisa de Preço **Parágrafo 188**. Concernente à Pesquisa de Preços, **recomenda-se** que o órgão assessorado avalie a pesquisa realizada no sentido de aferir se as cotações obtidas se referem a aquisições ou contratações firmadas no período de 01 (um) ano anterior à data de publicação do instrumento convocatório (art. 5°, inc. I, II da IN SEGES/ME n° 73/2020), no caso de cotações realizadas através do Painel de Preços e aquisições e contratações similares de outros entes públicos. Para o caso de pesquisa realizada direta com fornecedores ou através de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, deve aferir se os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório (art. 5°, inc. III e IV da IN n° 73/2020), **sendo de responsabilidade do setor técnico, promover nova pesquisa para aquelas cotações que perpassam tal período.**	Em análise realizada em torno da pesquisa realizada pela equipe técnica, observou-se nas páginas de nº 48, 57 e 65, que todas as atas possuem menos de um ano anteriores a data de publicação deste certame, estando assim em conformidade com o Art. 5º, incisos I e II da IN nº 73/2020. Em atendimento ao parágrafo 195 do referido Parecer Jurídico, informo que consta no item 3.3 do Termo de Referência o seguinte: Na aquisição/requisição o desconto ofertado será aplicado no preço da ANP, conforme o acompanhamento tempestivo no SLP, Sistema de Levantamento de Preços, no portal da ANP, no endereço https://preco.anp.gov.br/, pesquisa "POR ESTADO, Amazonas, sendo por fim selecionado o combustível e o município e média do preço de venda, conforme consta na descrição de cada item deste Termo de Referência.

Parágrafo 195. Destarte, **recomenda-se** que o órgão confira o mapa comparativo, a fim de que o valor médio do combustível e do gás liquefeito de petróleo - GLP apurados pela ANP, seja o parâmetro para aplicação do desconto a ser ofertado pelo licitante.	
Item XII. VII. Designação do Pregoeiro e da Equipe de Apoio **Parágrafo 216**. **Recomenda-se** que seja juntado o certificado de conclusão do curso de pregoeiro, do servidor responsável pela condução do presente procedimento licitatório.	Em atendimento as recomendações contidas no Parecer supramencionado, foi juntado a este despacho, o certificado de conclusão do curso de pregoeiro do responsável pela condução deste certame.
Item XII. VIII. Da cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes de contratos administrativos **Parágrafo 221**. Sendo assim, recomenda-se a autoridade esclarecer se sua decisão pela vedação à cessão encontra-se amparada no artigo 17 da IN SEGES/ME 53/2020 c/c § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.094, ou, em caso contrário, incluir a previsão.	Em atendimento ao parecer e por inexistir justificativa para a não previsão de cessão fiduciária, foi realizada a retificação do Edital, no item 21, fazendo constar esta previsão, estando assim em conformidade com o que prevê o art. 17 da IN SEGES/ME nº 53/2020.
Item XIII. III. Da Ata de Registro de Preços **Parágrafo 242**. **Recomenda-se** a correção do subitem 3.3. considerando que, conforme os autos, será órgão participante somente a 2ª Bda de Inf Sl.	Em atendimento as recomendações do Parecer, foi realizada a retificação no modelo da Ata de Registro de Preços, pois observou-se tratar de erro de digitação.
Item XIV. I. Da publicidade e do prazo para abertura da sessão pública **Parágrafo 249**. Nos termos do art. 20 c/c art. 21 do Decreto nº 10.024/19, **recomenda-se** que o aviso de licitação seja publicado no Diário Oficial da União, no sítio eletrônico oficial do órgão ou entidade e para os órgãos ou as entidades integrantes do SISG e aqueles que aderirem ao Sistema Compras do Governo federal deverá ser disponibilizado a íntegra do edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e no sítio eletrônico do órgão ou da entidade promotora do pregão. **Parágrafo 250.** Outrossim, o aviso do edital deverá conter a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet – cf. art. 3º do Decreto nº 10.024/19. Nesse passo, **recomenda-se** ao órgão verificar cautelosamente se a expressão posta para descrição do objeto, no aviso de edital será suficiente para abranger a totalidade dos itens licitados; a descrição deve ser capaz de	Em atendimento ao Parecer e aos princípios constitucionais, dentre estes o da publicidade, informo que serão publicados na integra o Edital e seus anexos, e o comprovante da publicação será devidamente juntado aos autos. Conforme os estudos realizados pela equipe técnica, consta na definição do objeto, descrição suficiente para informar sobre todos os itens constantes deste certame. Serão atendidas pelo pregoeiro todas as demais recomendações, e juntados todos os comprovantes, a fim de comprovar o atendimento.

21ª Cia E Cnst
FL Nº 32

garantir efetividade à divulgação do certame, regularidade procedimental e plena competitividade. A descrição deve ser suficiente para que os interessados possam alcançar amplitude do objeto, o que deve restar de forma clara no edital, seus anexos e, por consequência, na publicação/divulgação do Pregão. **Parágrafo 251**. **Recomenda-se** ao pregoeiro, em atendimento ao art. 25 do Decreto nº 10.024/19, que cuide para que o prazo entre a data de publicação do aviso de licitação e o prazo final estabelecido para a apresentação de propostas e credenciamento seja de no mínimo oito dias úteis, logo, a abertura da sessão pública deverá ocorrer, no mínimo, no nono dia útil. **Parágrafo 252**. **Recomenda-se** ainda, caso necessário, que se observe o art. 22 do Decreto nº 10.024/19: Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.	
255. **Recomenda-se,** a designação de servidor ou da equipe de acompanhamento e fiscalização de execução do contrato.	Em atendimento a recomendação do Parecer, informo que consta na folha de nº 10, o fiscal nomeado por meio de Boletim Interno, designado para realizar o acompanhamento e fiscalização do referido contrato.

Declaro que foram observadas e atendidas todas as recomendações contidas no **PARECER n. 03411/2022/NUCJUR/E-CJU/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU.**

São Gabriel da Cachoeira, 21 de outubro de 2022

[redacted]

Pregoeiro Designado

[redacted]

Chefe da Equipe de Contratação

[redacted]

Rsp Cmdo da 21ª Cia E Cnst

21ª Cia E CNST
FL Nº 33

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

DECLARAÇÕES/JUSTIFICATIVAS

Segue abaixo declarações do Ordenador de Despesas referente à este Processo Licitatório Nº 64411.002274/2022-06 conforme abaixo:

1) Das atividades de custeio – limites de contratação;
2) Justificativa para Autorização de Adesão à Ata

1) DAS ATIVIDADE DE CUSTEIO – LIMITES DE CONTRATAÇÃO

Quanto ao que determina a Decreto Nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços etc, certifico para os devidos fins que a natureza da atividade a ser contratada trata-se de atividade de custeio, e que autoridade competente foi nomeada por meio da Portaria de Pessoal – C Ex nº 608, de 21 de julho de 2021, e sua autorização expressa consta nos autos do processo de contratação. Declaro ainda que a despesa pretendida não se enquadra nas vedações estabelecidas no Art. 1º da Portaria nº 179, de 22 de abril de 2019, e considerando os últimos pacotes fiscais anunciados pelo poder público, não há Decretos ou outro(s) normativo(s) referentes à limites, contingenciamento orçamentário e a restrição ao empenho de verbas, com efeitos aplicáveis ao caso concreto.

2) JUSTIFICATIVA PARA AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA

Tendo em vista as limitações do mercado local ocasionado pelo isolamento geográfico do município de São Gabriel da Cachoeira-AM, a Administração ao permitir a adesão à Ata de Registro de Preços resultante deste certame, tem o intuito principal de atrair o maior número de licitantes, resultando numa maior competitividade e atendendo simultaneamente à Administração e ao interesse público. Além disso prever a possibilidade de adesão à Ata de Registros de Preço como UGNP visa atender o princípio da Economia Processual ao possibilitar que outras Unidades Gestoras localizadas em região de difícil acesso e que encontram dificuldades em adquirir o material por conta do transporte fluvial possam aderir. Considerando ainda que a metodologia utilizada neste Certame ser maior desconto aplicado no índice da ANP, e que esse índice é existente em diversas localidades, poderá ser utilizado por outros Órgãos, de outras localidades inclusive, sempre podendo-se utilizar do desconto aplicado em tabela conforme local da demanda. Alguns exemplos de Unidades em que o transporte se realiza somente via fluvial partindo de Manaus/AM: Hospital de Guarnição de Tabatinga (Tabatinga), 3° Batalhão de Infantaria de Selva (Barcelos),

Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva (Tefé), IFAM – Campus Coari (Coari) e DSEI Javari (Atalaia do Norte) entre outras.

34

São Gabriel da Cachoeira-AM, 21 de outubro de 2022

[redacted]

Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

Rsp Cmdo da 21ª Cia E Cnst

21ª Cia E CNST
FL Nº 35

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

LISTA DE VERIFICAÇÃO DO PREGOEIRO

Em conformidade com a Orientação Normativa Nº 2, de 06 de junho de 2016

Processo nº: 64411.002274/2022-06

Pregão Eletrônico SRP Nº 7/2022

ATOS ADMINISTRATIVOS E DOCUMENTOS A SEREM VERIFICADOS	SIM / NÃO	FOLHA	OBS.
1. Iniciando a fase externa do pregão, a convocação dos interessados ocorreu por meio de publicação de Aviso nos termos do art. 4º, I, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002?	SIM	285-286	-
1.1 No Aviso mencionado no item anterior, consta a definição do objeto da licitação, o número do processo, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtido, na íntegra, o edital, bem como o local de realização do certame (sítio da internet ou presencial)?	SIM	285-286	-
2. Após a fase de lances foi verificado se havia fornecedor com direito ao exercício de preferência devido a alguma margem estipulada em regulamento?	SIM	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
3. Após cada desclassificação (não aceitação) ou inabilitação o direito de margem de preferência e o exercício dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, foram reanalisados?	SIM	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
4. Houve manifestação técnica quanto à aceitação do objeto, da amostra ou quanto ao julgamento da licitação por parte das áreas demandantes (beneficiária ou especialista)?	NÃO	-	-
5. Foi feita a comprovação da regularidade fiscal do licitante como determina o art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c o inciso XIII do art. 4º da Lei nº 10.520, de 2002?	SIM	289-361	-
6. Houve consulta a todas as listas oficiais que fornecem informações referentes a restrições para contratar com a Administração Pública, e estas encontram-se em conformidade?	SIM	289-361	-

21ª Cia E. CNST
FL Nº 36
RUBRICA

6.1 SICAF;	SIM	289-361	
6.2 BNDT - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CNDT);	SIM	289-361	
6.3 CNIA - Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa (CNJ);	SIM	289-361	
6.4 CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CGU); e	SIM	289-361	
6.5 Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados (TCU).	SIM	289-361	
7. Houve tentativa de negociação com o melhor classificado, visando obter melhor preço, ainda que o valor estivesse abaixo do estimado?	NÃO	-	-
8. Caso esteja prevista no edital, a proposta final com os valores readequados ao valor total ofertado ou negociados com o melhor classificado (incluindo a correspondente planilha de custos, se for o caso) está anexada ao processo?	SIM	289-305	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
9. Houve intenção de Recurso?	NÃO	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
9.1 No juízo de admissibilidade das intenções de recurso, o pregoeiro avaliou somente os pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação) concedendo o prazo adequado para fins de apresentar as razões de recorrer posteriormente?	NÃO É O CASO	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
9.2 Foi concedido prazo de 3 dias (úteis) para recurso, 3 dias úteis para contra razões e 5 dias para decisão do pregoeiro?	NÃO É O CASO	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
9.3 Foram redigidos relatórios e deliberações do Pregoeiro referentes aos recursos com sua decisão motivada?	NÃO É O CASO	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
10. Houve item deserto ou cancelado?	NÃO	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
11. Houve adjudicação por parte do pregoeiro (quando não houver recurso) e homologação por parte da Autoridade competente?	SIM	366-378	-
12. Consta na instrução processual os seguintes documentos para fase externa:	-	-	-

21ª Cia E. Cnst
FL Nº 37

12.1 ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pela licitação;	SIM	274	-
12.2 propostas e documentos de habilitação exigidos no edital;	SIM	289-361	-
12.3 atas, relatórios e decisões do pregoeiro e equipe de apoio; e	SIM	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
12.4 atos de adjudicação do objeto.	SIM	366-378	-
13. O Pregoeiro divulgou com clareza os atos no Comprasnet, dentro do horário de expediente, e as informações relativas à data e hora das sessões públicas, sua suspensão e reinício em respeito aos princípios da publicidade, transparência e isonomia?	SIM	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
14. Houve licitante vencedor na fase de lances que não é o adjudicatário, ou que não manteve a proposta, e tenha incidido em condutas que podem ser tipificadas no art. 7º da Lei 10.520, de 2002?	SIM	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet
14.1 Houve por parte do pregoeiro o registro do fato indicando a conduta e as evidências de infração ao art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e a consequente recomendação para autoridade competente proceder a instauração do procedimento administrativo?	NÃO É O CASO	-	Conforme Atas da sessão pública no comprasnet

São Gabriel da Cachoeira, AM, 11 de agosto de 2022.

[redacted]

Agente de Contratação da 21ª Cia E Cnst

Escola Nacional de Administração Pública

CERTIFICADO

A Escola Nacional de Administração Pública - Enap certifica que **JOSE DE OLIVEIRA MELO FILHO**, concluiu o curso Formação de Pregoeiros (Turma JUL/2018), disponível no período de 16/07/2018 a 06/08/2018, com carga-horária de 20 horas.

Francisco Gaetani
Presidente - Escola Nacional de Administração Pública

Enap

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

GOVERNO FEDERAL

21ª Cia E. Cons.

Curso:
Formação de Pregoeiros

Período:
10/07/2018 a 06/08/2018

Carga Horária:
20 horas

Nota Final:
93,86

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Pregão
- 1.1 Bens e serviços comuns
- 1.2 Características e formas do Pregão
- 1.3 Princípios e benefícios
- 1.4 Equipe e fornecedores

2 Fases do Pregão Eletrônico
- 2.1 Fases Preparatória e Externa
- 2.2 Retorno à fase anterior/Ata complementar
- 2.3 Sanções e penalidades
- 2.4 Anulação e revogação
- 2.5 Documentos formais da licitação
- 2.6 Pregão Internacional

3 Operação do sistema I
- 3.1 Utilização do sistema
- 3.2 Inclusão do Aviso de Licitação
- 3.3 Fluxo de trabalho do Pregão Eletrônico
- 3.4 Menu do Pregão Eletrônico
- 3.5 Vinculação da equipe do Pregão
- 3.6 Inclusão de impugnações, esclarecimentos e avisos
- 3.6 Sessão pública do Pregão

4 Operação do sistema II
- 4.1 Ata do Pregão
- 4.2 Análise e decisão de recurso
- 4.3 Adjudicação do Pregão
- 4.4 Ata Complementar
- 4.5 Homologação do Pregão

Certificado registrado na Escola Virtual Enap sob código **J8eM164384NTGL**.

Este certificado foi gerado em 23/07/2022 às 23:07 horas.

O presente certificado pode ter a sua validade comprovada acessando o QRCode à esquerda, ou, caso desejar, informando código acima na página da EVG, opção "Validação de Documentos".

A data de emissão pode ser anterior à data final do curso nos casos em que o participante alcançou os requisitos mínimos para aprovação antecipadamente.

00.627.612/0001-09
Enap
Escola Nacional de Administração Pública

DISTRIBUIDORA GAMA

21ª Cia E CNST
FL Nº 40

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

EU **SONIA GAMA DA ENCARNAÇÃO**, PORTADORA DO RG: 1230456 E CPF: [redacted], NESTE ATO REPRESENTANTE E SOCIA MAJORITÁRIA DA EMPRESA: **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA-ME**, INSCRITA NO CNPJ: **37.352.912/0001-32**. VIMOS POR DESTE DECLARAR JUNTO A SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SITUADA EM SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA/AM, QUE NO COMPROMETEMOS E ASSUMIMOS O COMPROMISSO JUNTO A ESTA CONCEITUADA OM QUE IREMOS ENTREGAR ATE A DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 14/2022 – PROCESSO ADIMINISTRATIVO N.º 64411.002274/2022-06 O CERTIFICADO TECNICO FEDERAL DO IBAMA .**

MANAUS/AM 15 DE SETEMBRO DE 2022

gov.br Documento assinado digitalmente
SONIA GAMA DA ENCARNACAO
Data: 15/09/2022 15:12:08-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

SONIA GAMA DA ENCARNAÇÃO
SOCIA MAJORITARIA

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA
CNPJ: 37.352.912/0001-32 I.E: 05.419.911-5 I.M:46673401
End: Av. Paulo VI, Nº 30, Petrópolis, Cep:69067-390
Fone: 92 3342-7881 / 98251-2035(zap) / 98242-0529
Email: distribuidora.gamaltda@outlook.com
Manaus - Amazonas - Brasil

21ª Cia E CNST
FL Nº 41

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**37.352.912/0001-32**	DUNS®:	**927515714**
Razão Social:	**DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA**		
Nome Fantasia:	**DISTRIBUIDORA GAMA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**15/12/2022**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**30/10/2022**
FGTS	Validade:	**26/09/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**28/01/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**14/09/2022**
Receita Municipal	Validade:	**10/10/2022**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/03/2023**

CPF: 762.422.932-34 Nome: JOSE DE OLIVEIRA MELO FILHO
Ass: _____

21ª Cia E CNST
FL Nº 42

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2022 10:25:36

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA**
CNPJ: **37.352.912/0001-32**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

21ª Cia E CNST
FL Nº 43

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

21ª Cia E CNST
FL Nº 44

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 14/09/2022 10:28:24
Usuário: 04183955270

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
37352912	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

21ª Cia E CNST
FL. Nº 45
Rubr

Certificado - Verificação da Autenticidade.

Razão Social	:	**DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA**
CNPJ	:	**37.352.912/0001-32**
Número de Autorização	:	**GLPAM0361884**
Número Despacho	:	**ANP Nº 776**
Data da Publicação	:	**22/09/2020**
Endereço	:	**AVENIDA PAULO VI - 30 - MANAUS - AM**

Emitido às **17:06:11** horas do dia **14/07/2022** (data e horário de brasília).

Código de controle do certificado: **22632ED5D5A6A65D**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Certificado - Resultado da Verificação. www.anp.gov.br

DISTRIBUIDORA GAMA

21ª Cia E CNST FL Nº 46

AO **MAO/AM, 13 DE SETEMBRO DE 2022**

MINISTÉRIO DA DEFESA – COMANDO DO EXERCITO

21ª COMP. DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

A/C Sr.(a) PREGOEIRO (a)

REF.: AO PREGÃO N.º 14/2022 PROCESSO ADMINIST. N.º º 64411.002274/2022-06

PROPOSTA DE PREÇOS

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA-ME. INSCRITA NO **CPNJ: 37.352.912/0001-32, INSCRIÇÃO ESTADUAL N.º 05.419.911-5 E INSCRIÇÃO MUNICIPAL N.º 466.73401**. ATRAVES DO SEU REPRESENTANTE LEGAL O Sra. SONIA GAMA DA ENCARNAÇÃO, PORTADOR DO RG: 1230465-4SSP/AM E CPF: 580.48132-49, SEDIADA A CIDADE DE MANAUS/AM, VEM POR MEIO DESTA APRESENTAR SUA PROPOSTA DE PREÇOS PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO **N.º 14/2022**. DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E DESCRIÇÕES ABAIXO:

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL. TOTAL
06	450UND. 461652 (CATMAT)	**Idem ao item 5 – Cota reservada para ME/EPP em 25% (ver nota explicativa abaixo).** Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	**R$ 139,986 C/ PERCENTUAL DE 0,01 % DE DESCONTO**	**R$ 62.993,70**
		VALOR TOTAL DA PROPOSTA		**R$ 62.993,70**

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 62.993,7000 (SESSENTA E DOIS MIL NOVECENTOS E NOVENTGA E TRES REAIS E SETENTA CENTAVOS)

CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60(SESSENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE SUA APRESENTAÇÃO

GARANTIA: DE ACORDO COM EDITAL E TERMO DE REFERENCIA

PRAZO DE ENTREGA: DE ACORDO COM EDITAL

FORMA DE PAGAMENTO: DE ACORDO COM O EDITAL

BANCO SICOOB: AG.: 5008, C/C 98.121-4

Obs.: Os preços contidos nesta proposta incluem todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos sociais, seguros, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação do objeto desta Licitação. Há pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

ATENCIOSAMENTE;

gov.br Documento assinado digitalmente
SONIA GAMA DA ENCARNACAO
Data: 13/09/2022 15:03:41-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

SONIA GAMA DA ENCARNAÇÃO
SOCIA MAJORITÁRIA

DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS GAMA LTDA
CNPJ: 37.352.912/0001-32 I.E: 05.419.911-5 I.M:46673401
End: Av. Paulo VI, Nº 30, Petrópolis, Cep:69067-390
Fone: 92 3342-7881 / 98251-2035(zap) / 98242-0529
Email: distribuidora.gamaltda@outlook.com
Manaus - Amazonas - Brasil

21ª Cia E CNS
FLNº 47

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**22.931.873/0001-50**	DUNS®:	**943753812**
Razão Social:	**AUTOPOSTO ISRAEL LTDA**		
Nome Fantasia:	**AUTOPOSTO FG 14**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN	Validade:	**08/01/2023**
FGTS	Validade:	**21/09/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**22/01/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**29/09/2022**
Receita Municipal	Validade:	**11/12/2022**

CPF: 762.422.932-34 Nome: JOSE DE OLIVEIRA MELO FILHO
Ass: _____

21ª Cia - CNST
FL Nº 48

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**22.931.873/0001-50**	DUNS®:	**943753812**
Razão Social:	**AUTOPOSTO ISRAEL LTDA**		
Nome Fantasia:	**AUTOPOSTO FG 14**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal (Possui Pendência)

Receita Federal e PGFN		Validade:	**08/01/2023**
FGTS		Validade:	**21/09/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**22/01/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Sem Informação	(*)
Receita Municipal	Sem Informação	(*)

CPF: 762.422.932-34 Nome: JOSE DE OLIVEIRA MELO FILHO
Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

21ª Cia E CNST
FLNº 49

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 14/09/2022 11:32:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AUTOPOSTO ISRAEL LTDA**
CNPJ: **22.931.873/0001-50**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

21ª Cia E. Cnst
FL Nº 30

21ª Cia E. CNST
FL Nº 51

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 14/09/2022 10:28:58
Usuário: 04183955270

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
22931873	AUTOPOSTO ISRAEL LTDA	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CONSULTA PÚBLICA A CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

IBAMA
MMA

Registro n.º: 6968403 Data da consulta: 14/09/2022 CR emitido em: 26/07/2022 CR válido até: 26/10/2022

21ª Cia E. CNST.
FL Nº 52
RUBRICA

Dados básicos

CNPJ: 22.931.873/0001-50
Razão social: AUTO POSTO ISRAEL LTDA
Nome fantasia: AUTO POSTO ISRAEL LTDA
Data de abertura: 27/07/2015

Endereço

Logradouro: AVENIDA CRISTAL Complemento:
N.º: 57 Município: MANAUS
Bairro: NOVO ISRAEL UF: AM
CEP: 69039-530

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Categoria	Detalhe
18 - Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio	6 - Comércio de combustíveis e derivados de petróleo

Conforme dados disponíveis na presente data, a pessoa jurídica acima possui Certificado de Regularidade em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O certificado de regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades.

O Certificado de Regularidade do CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Fechar

CERTIFICADO DE POSTO REVENDEDOR

21ª Cia E ENG FL Nº 33

Razão Social	:	**AUTOPOSTO ISRAEL LTDA**
CNPJ	:	**22.931.873/0001-50**
Número de Autorização	:	**PR/AM0174845**
Número Despacho	:	**ANP Nº 577**
Data da Publicação	:	**02/06/2016**
Endereço	:	**AVENIDA CRISTA - 57 - NOVO ISRAEL - MANAUS - AM**

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 8º, inciso XV da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, certifica que, nesta data, a empresa acima mencionada encontra-se autorizada, por esta Agência, a exercer a atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos, nos termos da Resolução ANP nº 41, de 06 de novembro de 2013.

Emitido às **15:19:23** horas do dia **06/08/2021** (data e horário de Brasília).

Código de controle do certificado: **01E5.2754.5461.61C1**

Este certificado é válido por 03 meses contados a partir de sua emissão, não prevalecendo sobre certificados emitidos posteriormente.

Tanto a veracidade das informações quanto a condição de Posto Revendedor Autorizado deverão ser verificadas pela internet, no site da ANP:www.anp.gov.br

21ª Cia E CNST
FL Nº 54
Rub

AUTOPOSTO ISRAEL LTDA
CNPJ 22.931.873/001-50 IE: 05.375.233-3
RUA: AV. CRISTÃ Nº 57 CEP: 69039-530 BAIRROSANTA ETELVINA
CELULAR: (92) 99602-7363- Aline Santos
E-MAIL: postoauto540@gmail.com

PROPOSTA: 142022 UASG : 160022

TEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QUANT	PORCENTAGEM	VALOR	V.TOTAL
5	Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	EQUADOR	UND	3.153	0,07%	R$ 139,9020	R$ 441.104,7
	VALOR TOTAL:						**R$** 441.104,7

Valor total da proposta : R$ 441.104,70

azo de validade de Proposta : **CONFORME EDITAL**
azo Entrega: **CONFORME EDITAL**
azo Pagamento: **CONFORME EDITAL**

clamos cumprir todos os requisitos para habilitação, conforme dispõe o artigo 4°, inciso VII, da lei ° 10.520 17 dejulho de 2002. Declaramos conhecimento e concordância com os termos deste edital" para Declaramos mprir todosos requisitos para habilitação, conforme dispõe o artigo 24, inciso II, da lei ° 8.666 de 21 de junho 1993. Declaramosconhecimento e concordância com os termos do projeto básico.

dos bancarios:
nco: **CAIXA ECONOMICA**
ência: **34572**
nta Corrente: **660-9**

AUTOPOSTO ISRAEL LTDA:22931873000150
Assinado de forma digital por AUTOPOSTO ISRAEL LTDA:22931873000150
Dados: 2022.09.14 09:38:56 -03'00'

21ª Cia E CNST
FL Nº 33

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	054.531.728-27	Participação Societária:	80,00%
Nome:	FRANCISCO GERALDO LOPES		
Número do Documento:	14641879	Órgão Expedidor:	ssp-am
Data de Expedição:	11/08/2005	Data de Nascimento:	20/09/1963
Filiação Materna:	ROSENIR DE AGUIAR LOPES		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	69.048-010		
Endereço:	AVENIDA TORQUATO TAPAJOS, 5580 - DA PAZ		
Município / UF:	Manaus / Amazonas		
Telefone:	(92) 81121669		
E-mail:	saulolimax@hotmail.com		

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF:	007.068.002-73	Participação Societária:	10,00%
Nome:	FELIPE DA SILVA LOPES		
Número do Documento:	24829358	Órgão Expedidor:	ssp-am
Data de Expedição:	20/01/2005	Data de Nascimento:	14/06/1995
Filiação Materna:	ANA ROSA DA SILVA LOPES		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	69.048-010		
Endereço:	AVENIDA TORQUATO TAPAJOS, 5580 - ALTOS - DA PAZ		
Município / UF:	Manaus / Amazonas		
Telefone:	(92) 81121668		
E-mail:	saulolimax@hotmail.com		

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF:	343.942.902-44	Participação Societária:	10,00%
Nome:	ANA ROSA DA SILVA LOPES		
Número do Documento:	08940533	Órgão Expedidor:	ssp-am
Data de Expedição:	18/01/2005	Data de Nascimento:	18/01/1970
Filiação Materna:	ERNESTINA GOMES DA SILVA		
Estado Civil:	Solteiro(a)		
CEP:	69.048-010		
Endereço:	AVENIDA TORQUATO TAPAJOS, 5580 - DA PAZ		
Município / UF:	Manaus / Amazonas		
Telefone:	(92) 81121667		
E-mail:	saulolimax@hotmail.com		

Linhas Fornecimento

Materiais

2805 - MOTORES A GASOLINA E COMPONENTES, EXCETO OS DE AERONAVES

Relatório de Credenciamento

21ª Cia E CNST
FL Nº 56
RUBRICA

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	054.531.728-27
Nome:	FRANCISCO GERALDO LOPES
E-mail:	saulolimax@hotmail.com

21ª Cia E CNST
FL Nº 57
RUBRICA

Materiais

2810 - MOTORES A GASOLINA PARA AERONAVES E COMPONENTES

2850 - MOTORES ROTATIVOS A GASOLINA E COMPONENTES

6830 - GASES COMPRIMIDOS E LIQUEFEITOS

21ª Cia E CNST
FL Nº 58

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**22.931.873/0001-50**	DUNS®:	**943753812**
Razão Social:	**AUTOPOSTO ISRAEL LTDA**		
Nome Fantasia:	**AUTOPOSTO FG 14**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**08/08/2023**

Dados do Nível

Situação do Nível:	**Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa:	**Demais**		
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**	MEI:	**Não**
Capital Social:	**R$ 500.000,00**	Data de Abertura da Empresa:	**27/07/2015**
CNAE Primário:	**4731-8/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES**		
CNAE Secundário 1:	**4520-0/01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE**		
CNAE Secundário 2:	**4520-0/05 - SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E POLIMENTO DE**		
CNAE Secundário 3:	**4729-6/02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM LOJAS DE**		
CNAE Secundário 4:	**4732-6/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES**		
CNAE Secundário 5:	**4784-9/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE GÁS LIQÜEFEITO DE PETRÓLEO**		
CNAE Secundário 6:	**5611-2/03 - LANCHONETES, CASAS DE CHÁ, DE SUCOS E SIMILARES**		

Dados para Contato

CEP:	**69.039-530**
Endereço:	**AVENIDA CRISTA, 57 - NOVO ISRAEL**
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**
Telefone:	**(92) 81121669**
E-mail:	

Dados do Responsável Legal

CPF:	**054.531.728-27**
Nome:	**FRANCISCO GERALDO LOPES**

21ª Cia E CNST
FL Nº 59
RUBRICA

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**45.874.821/0001-95**
Razão Social:	**V LUCIA MARQUES DOS SANTOS LTDA**
Nome Fantasia:	**ABV NEGOCIOS EMPRESARIAIS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **10/04/2023**

Dados do Nível

Situação do Nível:	**Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa:	**Micro Empresa**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social:	**R$ 500.000,00** Data de Abertura da Empresa: **01/04/2022**
CNAE Primário:	**8211-3/00 - SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO**
CNAE Secundário 1:	**4211-1/02 - PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E**
CNAE Secundário 2:	**4213-8/00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS**
CNAE Secundário 3:	**4292-8/01 - MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS**
CNAE Secundário 4:	**4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO**
CNAE Secundário 5:	**4322-3/01 - INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS**
CNAE Secundário 6:	**4322-3/02 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE**
CNAE Secundário 7:	**4330-4/02 - INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E**
CNAE Secundário 8:	**4330-4/04 - SERVIÇOS DE PINTURA DE EDIFÍCIOS EM GERAL**
CNAE Secundário 9:	**4330-4/05 - APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM**
CNAE Secundário 10:	**4399-1/01 - ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS**
CNAE Secundário 11:	**4399-1/02 - MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS**
CNAE Secundário 12:	**4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA**
CNAE Secundário 13:	**4399-1/05 - PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA**
CNAE Secundário 14:	**4619-2/00 - REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMÉRCIO**
CNAE Secundário 15:	**4651-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE**
CNAE Secundário 16:	**4664-8/00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E**
CNAE Secundário 17:	**4679-6/04 - COMÉRCIO ATACADISTA ESPECIALIZADO DE MATERIAIS**
CNAE Secundário 18:	**4712-1/00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM**
CNAE Secundário 19:	**6311-9/00 - TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE**
CNAE Secundário 20:	**6319-4/00 - PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEÚDO E OUTROS**
CNAE Secundário 21:	**7731-4/00 - ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS**

21ª Cia E CNST
FL Nº 60

Relatório de Credenciamento

CNAE Secundário 22: **8111-7/00 - SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFÍCIOS,**

Dados para Contato

CEP:	**69.099-031**
Endereço:	**AVENIDA CAMAPUA, 1229 - CIDADE DE DEUS**
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**
Telefone:	**(92) 84140345**
E-mail:	**abvnegociosempresariais@gmail.com**

Dados do Responsável Legal

CPF:	**215.484.122-87**
Nome:	**VERA LUCIA MARQUES DOS SANTOS**

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**215.484.122-87**
Nome:	**VERA LUCIA MARQUES DOS SANTOS**
E-mail:	**veraluciabf34@gmail.com**

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF:	**215.484.122-87**	Participação Societária:	**100,00%**
Nome:	**VERA LUCIA MARQUES DOS SANTOS**		
Número do Documento:	**4094905**	Órgão Expedidor:	**SSP-AM**
Data de Expedição:	**21/11/2001**	Data de Nascimento:	**16/10/1959**
Filiação Materna:	**MARIA DE LOURDES RAMOS**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**69.037-000**		
Endereço:	**RUA G, 14 - QD 10 NUCLEO IV - PONTA NEGRA**		
Município / UF:	**Manaus / Amazonas**		
Telefone:	**(92) 36586265**		
E-mail:	**veraluciabf34@gmail.com**		

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Informar Evento de Revogação

22/09/2022 15:49:59

FLN° 61

O Evento de Revogação foi salvo.

Órgão
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00014/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP
00033/2022

Objeto
Aquisição de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel s10 e gás GLP de uso doméstico recarga de 13 kg, por maior desconto na tabela ANP.

* Motivo do Evento de Revogação
Ocorrência de não inclusão de participante na IRP, o que acarreta a perda de mais de 60% de aquisição no certame pela [illegible] Bda.

2 Caracteres Disponíveis

Publicação/Divulgação do Aviso de Evento

* Data da Publicação/Divulgação
26/09/2022

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
180.783.228-79	RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO	Ordenador de Despesas

Salvar Evento | Excluir Evento | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

SIASG net — Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

22/09/2022 15:50:26

21ª COMP E CONSTR FLS 62

Este Evento de Revogação será Publicado no D.O.U. na data de 26/09/2022 e Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Evento de Revogação

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00014/2022	Registro de Preço (SRP	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP: 00033/2022

Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Não	Sim

Objeto

Aquisição de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel s10 e gás GLP de uso doméstico recarga de 13 kg, por maior desconto na tabela ANP.

Motivo do Evento de Revogação

Ocorrência de não inclusão de participante na IRP, o que acarreta a perda de mais de 60% de aquisição no certame pela 2ª Bda.

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Revogação	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
26/09/2022	A partir de 30/08/2022 às 08:30	Em 13/09/2022 às 09:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160022	21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Gestão	Empenho		
00001	2022	NE	000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Revogação

Soluções SERPRO

21ª Cia E CNST
FLNº 63
Rº

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Aviso de Licitação

14/09/2022 13:57:08

O Aviso de Licitação foi incluído.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00023/2022	Eletrônico	Registro de Preço (SRP)	Aberto

Nº da IRP: 00036/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
644110022742022(	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP: 12 mes(es)

Equalização de ICMS

Internacional

Valor Total da Compra (R$): 4.639.071,8430

Quantidade de Itens: 1

Objeto: Aquisição de combustíveis, óleo diesel S10. Processo Licitatório Nº 64411.002274/2022-06.

Publicação/Divulgação do Aviso de Licitação

* Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
15/09/2022		

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
[redacted]	RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO	Ordenador de Despesas

Disponibilidade do Edital

* Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 15/09/2022

Período da Disponibilidade do Edital: * Das 08:30 * às 11:30 e das 13:00 às 16:30

Endereço

* Logradouro	Bairro
Area Cap. Nobuo Oba, S/n - Bairro Cachoeirinha, (e-mail: 21cia.salc@gmail.cc	Cachoeirinha

* Código do Município	* Município/UF	DDD	Telefone	Ramal	Fax
2836	São Gabriel da Cachoeira/AM	97	34711366		

Entrega da Proposta

A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Abertura da Licitação

* Em 27/09/2022 às 10:00 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Salvar Aviso | Excluir Aviso | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

21ª Cia E CNST
FL Nº 64

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

14/09/2022 13:57:51

Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 15/09/2022 e Divulgado no Portal de Compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Forma de Realização	Característica	Modo de Disputa
Pregão	00023/2022	Eletrônico	Registro de Preço (SRP)	Aberto

Nº da IRP: 00036/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
644110022742022(	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP: 12 mes(es)

Equalização de ICMS

Internacional

Quantidade de Itens: 1

Objeto:

Aquisição de combustíveis, óleo diesel S10. Processo Licitatório Nº 64411.002274/2022-06.

Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
15/09/2022		

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 15/09/2022 às 08:30

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 27/09/2022 às 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160022	21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Gestão	Empenho		
00001	2022	NE	000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Informar Evento de Revogação

22/09/2022 15:47:46

21ª Cia E. Cnst FL Nº 65

O Evento de Revogação foi salvo.

Órgão
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00023/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP
00036/2022

Objeto
Aquisição de combustíveis, óleo diesel S10. Processo Licitatório Nº 64411.002274/2022-06.

* Motivo do Evento de Revogação
ocorrência de falha na transferência da IRP, ficando a 2ª Bda de Infantaria de Selva (participante) que representa 60% em adquiri
0 Caracteres Disponíveis

Publicação/Divulgação do Aviso de Evento

* Data da Publicação/Divulgação
26/09/2022

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
[redacted]	RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO	Ordenador de Despesas

Salvar Evento | Excluir Evento | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica
Eventos

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Evento de Licitação para Publicação-Divulgação

22/09/2022 15:48:15

FLN 66

Este Evento de Revogação será Publicado no D.O.U. na data de 26/09/2022 e Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Evento de Revogação

Órgão	UASG Responsável
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00023/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP: 00036/2022

Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Não	Sim

Objeto

Aquisição de combustíveis, óleo diesel S10. Processo Licitatório Nº 64411.002274/2022-06.

Motivo do Evento de Revogação

ocorrência de falha na transferência da IRP, ficando a 2ª Bda de Infantaria de Selva (participante) que representa 60% sem adquiri

Data da Publicação/Divulgação do Evento de Revogação	Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
26/09/2022	A partir de 15/09/2022 às 08:30	Em 27/09/2022 às 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160022	21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Gestão	Empenho		
00001	2022	NE	000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação | Visualizar Prévia da Matéria

Evento de Revogação

Seleção SERPRO

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Licitação

22/09/2022 16:17:10

FL Nº 67

A Licitação foi alterada.

Órgão
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

* Modalidade de Licitação: Pregão
* Nº da Licitação: 00025
* Ano da Licitação: 2022
* Forma de Realização: Eletrônico
* Modo de Disputa: Aberto

Nº da IRP: 00037/202
Característica: Registro de Preço (S
* Nº do Processo: 64411002274202206
Compra Nacional: Não

Validade da Ata SRP
12 mes(es)

* Valor Total da Compra (R$): 8.311.360,7280
* Quantidade de Itens: 6
Total de Itens Incluídos: 6

* Essa contratação será gerenciada pelo Ministério da Economia - ME ou por órgão autorizado pelo ME, com aprovação prévia da Secretaria de Governo Digital - SGD ? (•) Sim ( ) Não

* Objeto
Aquisição de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico em botija de 13kg. por maior desconto na Tabela ANP

357 Caracteres Disponíveis

Informações Gerais
Tipo maior desconto, aplicado na tabela da ANP conforme Termo de Referência.

420 Caracteres Disponíveis

Recurso
* Tipo de Recurso: Nacional
Origem do Recurso: Selecione
Outras Origens:
Valor da Contrapartida (R$):
Nº do Contrato:

Responsável pela Autorização da Compra
* CPF do Responsável: 180.783.228-79
* Nome: RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO
* Função: Ordenador de Despesas

Salvar | Excluir Licitação | Gerar Relação de Itens

Grupos | Itens

(*) Campo de preenchimento obrigatório

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUCAO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

22/09/2022 16:24:41

Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 26/09/2022 e Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

21º Cia E CNST FL Nº 68 Rubrica

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão	UASG Responsável
52121 - COMANDO DO EXERCITO	160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00025/2022	Registro de Preço (SRP	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP: 00037/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
6441100227420220	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP	Equalização de ICMS	Internacional	Quantidade de Itens
12 mes(es)			6

Objeto

Aquisição de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico em botija de 13kg. por maior desconto na Tabela ANP

Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
26/09/2022		

Data da Disponibilidade do Edital	Data/Hora da Abertura da Licitação
A partir de 26/09/2022 as 09:30	Em 06/10/2022 as 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160022	21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Gestão	Empenho		
00001	2022	NE	000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

21ª Cia E CNST
FL Nº 69
RUBRICA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2022-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Gasolina

Descrição Detalhada: Gasolina Classificação: Comum , Uso: Para Automotivos , Índice De Octanagem: Iad 87 Min

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 260085

Critério de Valor: Valor de Referência

Quantidade Máxima para Adesões: 520170

Unidade de Fornecimento: Litro

Valor Unitário (R$): 7,28

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (260085)

2 - Gasolina

Descrição Detalhada: Gasolina Classificação: Comum , Uso: Para Automotivos , Índice De Octanagem: Iad 87 Min

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 40000

Critério de Valor: Valor de Referência

Quantidade Máxima para Adesões: 80000

Unidade de Fornecimento: Litro

Valor Unitário (R$): 7,28

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (40000)

3 - Óleo diesel

Descrição Detalhada: Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/K

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 707931

Critério de Valor: Valor de Referência

Quantidade Máxima para Adesões: 1415862

Unidade de Fornecimento: Litro

Valor Unitário (R$): 6,55

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (707931)

4 - Óleo diesel

Descrição Detalhada: Óleo Diesel Uso: Automotivo , Apresentação: Com Biodiesel , Composição: Concentração De Enxofre 10 MG/K

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 150000

Critério de Valor: Valor de Referência

Quantidade Máxima para Adesões: 300000

Unidade de Fornecimento: Litro

Valor Unitário (R$): 6,55

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (150000)

5 - Gás refino de petróleo

Descrição Detalhada: Gas Refino De Petroleo Tipo: Gas Liquefeito De Petroleo - Glp , Uso: Doméstico

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Quantidade Total: 3153

Critério de Valor: Valor de Referência

Quantidade Máxima para Adesões: 6306

Unidade de Fornecimento: Quilograma

Valor Unitário (R$): 140,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (3153)

6 - Gás refino de petróleo

Descrição Detalhada: Uso: Doméstico, Tipo: Gás Liquefeito De Petróleo - Glp.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 450

Quantidade Máxima para Adesões: 900

Valor Unitário (R$): 140,00

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,01

Local de Entrega (Quantidade): São Gabriel da Cachoeira/AM (450)

Critério de Julgamento: Maior Desconto

Critério de Valor: Valor de Referência

Unidade de Fornecimento: Quilograma

CPL CNST FLN° 70

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Aviso de Licitação

22/09/2022 16:20:40

21ª Cia E CNST FL Nº 71

O Aviso de Licitação foi incluído.

Órgão
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00025/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP
00037/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
6441100227420220	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP			Valor Total da Compra (R$)	Quantidade de Itens
12 mes(es)	Equalização de ICMS	Internacional	8.311.360,7280	6

Objeto
Aquisição de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico em botija de 13kg. por maior desconto na Tabela ANP

Publicação/Divulgação do Aviso de Licitação

* Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
23/09/2022		

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
[redacted]	RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO	Ordenador de Despesas

Disponibilidade do Edital

* Data da Disponibilidade do Edital
A partir de 23/09/2022

Período da Disponibilidade do Edital
* Das 09:30 * às 11:30 e das 13:00 às 16:30

Endereço

* Logradouro	Bairro
Area Cap. Nobuo Oba, S/n - Bairro Cachoeirinha	Cachoeirinha

* Código do Município	* Município/UF	DDD	Telefone	Ramal	Fax
2836	São Gabriel da Cachoeira/AM	92	34711366		

Entrega da Proposta
A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Abertura da Licitação
* Em 05/10/2022 às 10:00 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Salvar Aviso | Excluir Aviso | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

SIASG Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Aviso de Licitação

22/09/2022 16:24:08

21ª C CONST FL Nº 12 RUBRICA

O Aviso de Licitação foi alterado.

Órgão
52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável
160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00025/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP
00037/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
6441100227420220	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP			Valor Total da Compra (R$)	Quantidade de Itens
12 mes(es)	Equalização de ICMS	Internacional	8.311.360,7280	6

Objeto
Aquisição de combustíveis, gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico em botija de 13kg. por maion desconto na Tabela ANP

Publicação/Divulgação do Aviso de Licitação

* Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
26/09/2022		

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
180.783.228-79	RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO	Ordenador de Despesas

Disponibilidade do Edital

* Data da Disponibilidade do Edital	Período da Disponibilidade do Edital
A partir de 26/09/2022	* Das 09:30 * às 11:30 e das 13:00 às 16:30

Endereço

* Logradouro	Bairro
Area Cap. Nobuo Oba, S/n - Bairro Cachoeirinha	Cachoeirinha

* Código do Município	* Município/UF	DDD	Telefone	Ramal	Fax
2836	São Gabriel da Cachoeira/AM	92	34711366		

Entrega da Proposta
A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Abertura da Licitação
* Em 06/10/2022 às 10:00 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Salvar Aviso | Excluir Aviso | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Gmail Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

21ª CIA E CNST FL Nº 73 ROSA

IMPUGNAÇÃO PE nº 25|2022- 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br> 3 de outubro de 2022 08:58
Para: Licitcoes Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Cc: ALEXANDRE FERREIRA <alexandre.ferreira@atem.com.br>, Licitação <licitacao@atem.com.br>, Vitoriano Araújo Santos <vitoriano.santos@atem.com.br>

Bom dia, Sr. Pregoeiro e equipe de apoio.

A empresa ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 03.987.364/0001-03, estabelecida em Manaus-AM, na Rua Pajurá, nº103, Vila Buriti, Cep. 69.072-065, e-mail rosanna.nunes@atem.com.br, vem respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria dentro do prazo legal, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitada com o fim de adequação à Legislação Federal em vigor, em conformidade com o § 2º art.41 da Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº 10.520.

Assim, considerando que a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL - SRP: **25/2022** (Processo Administrativo nº 64411.002274/2022-06) foi designada para dia 06 de outubro de 2022, tem-se que a presente impugnação está sendo proposta no dia 03 de outubro, de forma tempestiva.

Gentileza acusar o recebimento do e-mail.

Atenciosamente



2 anexos

IMPUGNAÇÃO EDITAL 25.2022_03.10.2022.pdf
321K

PROCURAÇÃO - ROSANNA NUNES-combinado (2).pdf
890K

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com> 3 de outubro de 2022 17:29
Para: ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br>

Prezados(a) Senhores(a),

Informo o recebimento do pedido, e que já está sendo encaminhado para a equipe de planejamento visando a analise da demanda.

Atenciosamente,

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO FILHO - 3º SGT
Pregoeiro da 21ª Cia E Cnst

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com> 4 de outubro de 2022 09:15
Para: ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br>

21ª CIA E CNST FL Nº 74

Prezados(a) Senhores(a),

Conforme solicitado anteriormente, segue em anexo resposta da equipe técnica em anexo em relação as demandas encaminhadas.

Informo ainda que a solução foi divulgada em 03/10/2022 no portal de compras https://www.gov.br/compras/pt-br/.

Desde já agradecemos sua participação e colocamo-nos a disposição.

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO FILHO - 3º SGT
Pregoeiro da 21ª Cia E Cnst

2 anexos

Oficio Nº 11 - resposta pedido de impugnação.pdf
344K

ANEXO_I_-_Pesquisa de preços e Mapa comparativo..pdf
3682K

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com> 5 de outubro de 2022 09:12
Para: ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br>

Prezados(a) Senhores(a),

Conforme respondido anteriormente, sobre a resposta da equipe técnica, retifico da tempestividade da solicitação estar em plena concordância com o Instrumento Convocatório, Edital.

Desde já agradecemos sua participação e colocamo-nos à disposição.

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO FILHO - 3º SGT
Pregoeiro da 21ª Cia E Cnst

ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br> 5 de outubro de 2022 17:38
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Cc: ALEXANDRE FERREIRA <alexandre.ferreira@atem.com.br>, Licitação <licitacao@atem.com.br>, Vitoriano Araújo Santos <vitoriano.santos@atem.com.br>

Prezados(a) Senhor, boa tarde!

A Recorrente, tempestivamente, apresenta recurso administrativo para com o fim de sanar as omissões e contrariedade da decisão da IMPUGNAÇÃO apresentada outrora no documento em anexo.

Atenciosamente,





2 anexos

RECURSO IMPUGNAÇÃO EDITAL 25.2022.pdf
553K

PROCURAÇÃO - ROSANNA NUNES.pdf
762K

atem

21ª Cia E. CNST
FL Nº 76
RUBRICA

Ilmo.: Sr. Pregoeiro e equipe de apoio.

MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO BRASILEIRO - CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

REFERENCIA: PREGÃO ELETRONICO EDITAL - SRP: 25/2022
(Processo Administrativo nº 64411.002274/2022-06)

ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 03.987.364/0001-03, estabelecida em Manaus-AM, na Rua Pajurá, nº103, Vila Buriti, Cep. 69.072-065, e-mail rosanna.nunes@atem.com.br, vem respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, em conformidade com o art.41 § 2º da Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº 10.520, pelos motivos de fato e direito a seguir expostos:

- DO CABIMENTO E ADMISSIBILIDADE

Qualquer interessado tem a faculdade de impugnar o edital, respeitado o prazo previsto §2º do Art. 41 da Lei nº 8.666/93, apresentando suas reservas e discordâncias e, simultaneamente, formular proposta.

> Art. 41. (...)
> §2º: "Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas e irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso."
> §3º:"A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o transito em julgado da decisão a ela pertinente".

21ª Cia E CNST
FL Nº 11

Assim, o interessado pode discordar e participar. Porém, deverá exteriorizar tempestivamente sua reserva e formular sua impugnação. Nem poderia ser de modo diverso. A interpretação diversa acarretaria absurdos. Imagine-se a hipótese de edital claramente viciado, adredemente preparado para beneficiar uma certa empresa. Se os interessados não dispusessem da faculdade de apresentar a proposta e, simultaneamente, impugnar o edital, o abuso sairia vencedor.

Nesse sentido, à regra acima citada aplica-se subsidiariamente à Lei nº 10.520. Oportuno novamente as palavras de Marçal Justen Filho em obra específica. Na obra Pregão – Comentários à Legislação do Pregão – 2ª ed., Edt. Dialética, 2003, pág. 166: "Qualquer pessoa pode dirigir-se à Administração, suscitando questões sobre o ato convocatório do pregão. O sujeito tem o direito de obter esclarecimentos satisfatórios. A resposta obscura não pode ser admitida. Insista-se em que a formulação de pedido de esclarecimento ou a impugnação ao ato convocatório não caracteriza ato reprovável ou abusivo. Num regime democrático, a Administração tem o dever de esclarecer toda e qualquer dúvida e de manifestar-se acerca de todas as discordâncias dos particulares". Na mesma obra, pág 165: "Diga-se desde logo que a opção consagrada no regulamento federal não é ilegal. Seu fundamento legislativo é o já referido art. 41 da Lei de Licitações. O regulamento federal estendeu a solução menos severa (prevista para os interessados em licitar) para qualquer pessoa. Na Lei de Licitações, se o sujeito não estiver interessado em participar da licitação, o prazo será de cinco dias úteis. O prazo de dois dias úteis é aplicado para os interessados em licitar. O regulamento federal poderia ser reputado inválido se estivesse optado pelo prazo geral de cinco dias úteis, o que configuraria restrição indireta à faculdade de manifestação dos interessados (especialmente porque os prazos de divulgação do pregão são muito mais reduzidos)". (grifo nosso). Vista a admissibilidade, passamos a arrazoar a presente impugnação.

I – DOS FATOS

Está marcado para o dia 10 de Outubro de 2022 a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL - SRP: 25 2022, (Processo Administrativo nº 64411.002274/2022-06), que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de combustiveis, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP, destinados à 21ª Cia E Cnst, conforme condições,

21ª Cia E CNST
FL Nº 78
RUBRICA

quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Ocorre que a 21ª Companhia de Engenharia de Construção lançou Edital de Pregão Eletrônico nº 25/2022, o qual contempla produto gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg para **entrega em São Gabriel da Cachoeira/AM** ou retirada em posto de distribuidora **com o preço de referência do municipio de Manaus/AM**, tornando o preço impraticável, visto que os custos de frete e preço entre os municipios são totalmente diferentes, de acordo com o que explicita a Agência Nacional do Petróleo.

Além disso, o edital ainda menciona, conforme descrito no subitem 17.4.2, que **o desconto da empresa vencedora será aplicado na emissão do empenho e não a cada ordem de pedido solicitado para entrega**, o que também iniviabiliza o negócio, haja vista que sendo o combustível uma commodities, é comum a variação de preço.

Por fim, ainda aponta-se que no TR o volume mínimo e máximo informado impossibilita empresa do porte de distribuidora de combustíveis de participar, pelo fato de não ser multiplos de 5.000 litros, fato que por si só gera a desvantagem financeira para a Administração Pública.

Considerando os fatos narrados, impugna-se o presente edital, solicitando o deferimento das adequações a seguir expostas:

I) DO TEMERÁRIO E INEXEQUÍVEL PREÇO DE REFERÊNCIA

A 21ª Companhia de Engenharia de Construção lançou Edital de Pregão Eletrônico nº 25/2022, qual contempla produto, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP, destinados à 21ª Cia E Cnst e orgão participante ***2ª Brigada de Infantaria de Selva***, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumentopara entrega em São Gabriel da Cachoeira AM ou retirada em posto.

A impugnante pretende participar, porém, detectamos cláusula que dificulta a execução do contrato para ambas as partes, o que passamos a arrazoar a seguir, o Edital estabelece que as propostas deverão ser elaboradas

21ª Cia E CNST
FL Nº 79
Rubr

indicando os valores em R$ (reais) no julgamento de maior desconto (%). No entanto no TR subitem 17.4.2 Vale ressaltar que o desconto no momento da emissão da nota de empenho será aplicado com base na tabela ANP atualizada, o que geraria um desequilíbrio contratual dentro de pouco tempo. Temos que o ideal seria aplicação de desconto em percentual (%),sobre a tabela ANP, divulgada semanalmente, tendo como base o preço médio consumidor, da localidade ou de cidade de preço praticado em paramentro ao municipio onde serão efetuadas as entregas a cada pedido que for solicita e não o desconto apenas na emissão do empenho. Pois com sabemos existe essa volatividade no preço do combustivel. Pois vale lembrar sempre que houver necessidade do contratado solicitar a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro do contrato, por conta da variação dos preços, existirá um desgaste de ambas as partes, se mantiver a aplicação do desconto tão somente np empenho; de um lado a justificativa do pedido, de outro, julgar com minúcias o procedimento ou não da petição. Tendo-se como base um desconto fixo sobre a tabela ANP, estaria eliminado o desgaste acima citado, isto é, sempre seria aplicado este desconto fixo, estabelecido no contrato. Tal procedimento somente facilitaria o processo para ambas as partes, evitando a possibilidade de uma ou outra das partes sofrerem prejuízos e, também estaria em perfeita consonância com os ditames legais.

Reforçamos também que o preço de referencia aplicado para este certame o municipio de Manaus não reflete a realidade do preço praticado em São Gabriel da Cachoeira exposta pela Agência Nacional do Petróleo para a região. A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufira algum lucro. Tal estimativa de preços é impraticável no mercado, pois sequer cobre os custos para a manutenção do serviço/frete. Assim, o valor estimado para a aquisição do combustível licitado supracitado, apresenta indícios de inexequibilidade, pois não é suficiente sequer para cobrir os custos, como fretes, os insumos, taxa administrativa, e tributos.

Logo, a ilegalidade da estimada pesquisa de preços constitui-se em vício insanável de origem, ficando o edital nulo de pleno direito e seus frutos sem efeito, tornando-o não abjudicável ainda que seja mantido o certame nas atuais condições. O valor não representa a realidade do mercado e corresponde a um valor abaixo do praticado pelas empresas que atuam nesse setor.

21ª Cia E CNST
FL Nº 80

atem

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho.

> "Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

Temos como sugestão utilizar a média da tabela de preços da ANP semanal, referente à cidade Tefé/AM, que é mais proximo a cidade de São Gabriel da Cachoeira que reflete ao preço praticado do local de entrega. Tornando assim uma referencia justa e saudavel para as empresas licitantes.

Desta forma de garantir a transparência da relação, o Fiscal de Contrato, responsável pelo pedido formal, deverá contudo, sempre realizar uma nova pesquisa na agência nacional de petróleo do municipio de Tefé/AM – ANP (sítio https://preco.anp.gov.br/) no dia em que a contratante for realizar a solicitação dos insumos em sua ordem de serviço independente do valor unitario no empenho, APLICANDO O DESCONTO OFERECIDO PELA CONTRATADA VENCEDORA DURANTE O CERTAME LICITATÓRIO

- DA QUANTIDADE DE ENTREGA.

No edital também determina requisição minima e requisição maxima, mas não informa se será múltiplo de 5.000, e por estamos tratando do objeto licitado se reporte ao fornecimento de combustível, de atividade regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Sabemos que as empresas Distribuidoras não podem fazer fornecimentos de volume baixos no porte de revendedores. Dessa forma peço por reformular

21ª Cia E CNST
FL Nº 81
RUBRICA

atem

TR o subitem 1.1, que será contratado em quantidade mínima de 5.000 e múltipla de 5.000 L (cinco mil litros). Cabendo, em comum acordo entre as partes, a entrega de quantidades não múltiplas de 5.000 L (cinco mil litros).

– DOS PEDIDOS:

Ante o exposto requer:

a) que a presente impugnação seja conhecida por ser tempestiva, bem como provida vez que fundamentada nos preceitos legais vigentes;
b) seja provida a impugnação relativa aos fundamentos dos topicos a fim de que sejam revisados os seguintes pontos:

b.1 - O valor de referência deve ser relativo ao Município de entrega (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA).Assim, requer a revisão do edital para alterar para a cidade-consulta (Manaus) apontada pelo edital para outro município da mesma região (mais próximo), sugerindo Tefé/AM;

b.2 – Em nome do equilíbrio contratual, requer a revisão da forma de aplicação do desconto, o qual deverá ser aplicado a cada ordem de forma atualizada com o preço semanal da pesquisa ANP;

b.3 – Como forma de buscar o melhor valor para a Administração Pública, requer a alteração da quantidade mínima dos pedidos de fornecimento para valores multplicos de 5.000 litros, com o fim de vianbilizar a participação de empresas de grande porte, como distribuidoras de combustíveis.

Diante do exposto, requer-se a avaliação dos quesitos formludos para adequação do edital à realidade da atividade a ser contratada, com o fim de evitar futuros danos a própria administração pública, requer que seja a presente impugnação RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE, para que, ao final, esta Comissão de Licitação altere o edital de Pregão Eletrônico nº 25.2022.

Termos em que pede e espera deferimento.

Manaus, 03 de Outubro de 2022.

[redacted]

Rosarina Menezes Barbosa Nunes
Representante Legal
CPF 040.492.043-80
Atem's Distribuidora de Petróleo S.A.

Rosarina M. B. Nunes
Analista Comercial PL
CPF 040.492.043-80

21ª Cia E CNST
FL Nº 82

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.292.914/0001-27**	DUNS®:	**899584107**
Razão Social:	**AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA**		
Nome Fantasia:	**AUTOPOSTO FG 9**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**27/12/2022**
FGTS	Validade:	**08/10/2022**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**09/11/2022**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**26/10/2022**
Receita Municipal	Validade:	**30/10/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **30/04/2022** (*)

21ª Cia E CNST
FL Nº 83

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/10/2022 15:22:56

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA**
CNPJ: **10.292.914/0001-27**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

21ª Cia E CNST
FL Nº 84

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

AUTO POSTO
FG9
CNPJ: 10.292.914/0001-27

autopostofg9@gmail.com

FLN° 55

AUTO POSTO SANTOS DUMONT LTDA com número de CNPJ: 10.292.914/0001-27 IE: 05.336.978-5 **AVENIDA TORQUATO TAPAJOS**, 558- Bairro : DA PAZ- MANAUS - AM – 69.049-070 FONE: [redacted] CONTATO: BÁRBARA LIMA E-MAIL: autopostosantosdumond@gmail.com , venho por meio desta propor valores para os itens abaixo :

PREGÃO : 252022 UASG : 160022

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Marca	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PORCENTAGEM DE DESCONTO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	TOTAL ESTIMADO
1	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus.**	EQUADOR	Litro	260.085	0,05%	R$ 7,2774	**R$ 1.892.742,579**
2	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min Para abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	EQUADOR	Litro	40.000	0,05%	R$ 7,2774	**R$ 291.096,00**
3	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	EQUADOR	Litro	707.931	1%	R$ 6,484203	**R$ 4.590.368,3139**
4	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado ANP em São Gabriel	EQUADOR	Litro	150.000	1%	R$ 6,484203	**R$ 972.630,45**

21ª Cia E CNST
FL Nº 86
Rubrica

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Marca	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	PORCENTAGEM DE DESCONTO	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	TOTAL ESTIMADO
	da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**						
	R$ 7.746.837,3429						

VALIDADE DA PROPOSTA : 90 DIAS

PRAZO PARA PAGAMENTO : 30 DIAS

PRAZO PARA ENTREGA : 7 DIAS

Declaramos cumprir todos os requisitos para habilitação, conforme dispõe o artigo 4°, inciso VII, da lei ° 10.520 de 17 de julho de 2002. Declaramos conhecimento e concordância com os termos deste edital" para Declaramos cumprir todos os requisitos para habilitação, conforme dispõe o artigo 24, inciso II, da lei ° 8.666 de 21 de junho de 1993. Declaramos conhecimento e concordância com os termos do projeto básico.
Dados

Dados bancários:

Banco: CAIXA ECONOMICA
Agência: 4572
Conta Corrente: 1704

06 DE OUTUBRO DE 2022

AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127

Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Dados: 2022.10.06 10:28:17 -03'00'

21ª Cia E CNST
FL Nº 87

DIEx Nº 99-SALC/21ª Cia E Cnst
EB: 64411.005022/2022-21

URGENTÍSSIMO

São Gabriel da Cachoeira, 13 de outubro de 2022.

Do Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos
Ao Sr Subcomandante da 21ª Companhia de Engenharia de Construção
Assunto: Ata para assinatura digital - Pregão Eletrônico Nº 25/2022 para aquisição de combustíveis.
Anexo:
ANEXO_II_-__Ata_01_-_Pregão_25_2022

Atendendo os preceitos legais contidos no Art. 5º do Decreto Nº 7.892/2013, encaminho para assinatura digital no Portal gov.br, a Ata de Registro de Preços Nº 01, referente ao Pregão Eletrônico Nº 25/2022, cujo o objeto é a aquisição de combustíveis.

[redacted]
Chefe da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos

"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL SOBERANIA E LIBERDADE"

21ª Cia E CNST
FL Nº 88

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**03.987.364/0001-03**	DUNS®:	**914583059**
Razão Social:	**ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A.**		
Nome Fantasia:	**ATEM'S DISTRIBUIDORA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/04/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**10/12/2022**
FGTS		Validade:	**01/11/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**03/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**03/11/2022**
Receita Municipal	Validade:	**22/10/2022**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 762.422.932-34 Nome: JOSE DE OLIVEIRA MELO FILHO
Ass: _____

21ª Cia E. CNS
FL Nº 89

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 17/10/2022 12:14:49

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A.**
CNPJ: **03.987.364/0001-03**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

21ª Cia E CNST
FL Nº 90

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

21ª Cia E CNST
FL Nº 91

Data e hora da consulta: 17/10/2022 12:16:43
Usuário: 04183955270

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
10292914	AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

21ª Cia E CNST
FL Nº 92
Rubr

O parque de tancagem compreende os tanques (vasos de pressão), listados na tabela abaixo, perfazendo o total de 453,083 m³.

TANQUE Nº	DIÂMETRO (m)	COMPRIMENTO (m)	VOLUME (m³)	OBSERVAÇÃO
TQ - DECAN	0,91	2,98	2	Em Operação
1	2,809	19,228	113,068	Em Operação
2	2,809	19,193	112,897	Em Operação
3	2,802	19,230	112,597	A Operar
4	2,802	19,225	112,521	A Operar

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

AUTORIZAÇÃO Nº 141, DE 12 DE JUNHO DE 2002

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o constante do Processo ANP nº 48610.007267/2002-46, e consoante a Resolução de Diretoria nº 399, de 11 de junho de 2002, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Hiper Petro Terminal Marítimo Ltda. autorizada a operar um terminal marítimo, localizado no Município de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, para armazenamento e transferência de óleo diesel marítimo, com as seguintes instalações:

I - 1 (um) cais acostável para navios, com 260 metros de comprimento, calado de até 9,75 metros e capacidade de até 40.000 TPB, com 4 pontos para abastecimento de embarcações e 1 ponto para descarregamento de navios-tanque;

II - 2 (dois) tanques para armazenamento de óleo diesel marítimo, totalizando uma capacidade nominal de 3.200 m³;

III - 1 (uma) plataforma para carregamento e descarregamento de caminhões, com vazão nominal de 120 m³/h;

IV - 1 (uma) tubulação para carregamento e recebimento de óleo diesel marítimo em embarcações, com 210 metros de comprimento e 8 polegadas de diâmetro nominal, interligando o parque de tancagem até as 2 derivações para entrega de produtos, de 45 e 98 metros de comprimento e 4 polegadas de diâmetro nominal cada;

V - 2 (duas) tubulações para carregamento de embarcações com óleo diesel marítimo, com 4 polegadas de diâmetro nominal e 145 metros de comprimento cada.

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

AUTORIZAÇÃO Nº 142, DE 12 DE JUNHO DE 2002

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Portaria ANP nº 170, de 26 de novembro de 1998, tendo em vista o que consta dos processos ANP nº 48610.006380/2002-12 e consoante a Resolução de Diretoria nº 400, de 11 de junho de 2002, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda. autorizada a operar os seguintes dutos adicionais, que interligam o berço de atracação de navios e o parque de tancagem da empresa, localizada no Município de Paranaguá, Estado do Paraná, para a transferência e armazenagem de produtos Classe 1:

Identificação dos Dutos	Material	Diâmetro (pol.)	Extensão (m)
DI 10" - AI 104	Aço Inox 304 L	10	1.278
DI 8" - AI 105	Aço Inox 304 L	8	1.278
DI 6" - AI 106	Aço Inox 316 L	6	1.278

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

AUTORIZAÇÃO Nº 143, DE 12 DE JUNHO DE 2002

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria nº 401, de 11 de junho de 2002, tendo em vista o que consta do processo ANP n.º 48610.011646/2001-51, e considerando o atendimento a todas as exigências da Portaria ANP nº 170/98, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS autorizada, nos termos do art. 56, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a operar o Gasoduto de transferência Miranga-Santiago, com início na Estação de Compressores do Campo de Miranga (BA) até a Unidade de Processamento de Gás Natural UPGN Catu, no Núcleo Santiago (BA), com 20 km de extensão, 12 polegadas de diâmetro e capacidade de movimentação de 1.900.000 m³/dia de gás natural.

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

(Of. El nº 238)

AUTORIZAÇÃO Nº 144, DE 12 DE JUNHO DE 2002

O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições, considerando a Portaria ANP nº 202, de 30 de dezembro de 1999, e Resolução de Diretoria nº 402, de 11 de junho de 2002, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica concedida à ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 03.987.364/0001-03 e REGISTRO nº 3148, sediada na Rua Pajura nº 103, Vila Buriti, no Município de Manaus - AM, autorização para o exercício da atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, conforme Processo nº 48610.006433/2000-25.

Art. 2º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL (*)
Em 10 de junho de 2002

Nº 384 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base nas disposições da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e da Resolução de Diretoria nº 380, 5 de junho de 2002, torna público o seguinte ato:

a) Fica a empresa Texaco do Brasil S/A autorizada a vender 133.000 litros de gasolina especial para a Tritec Motors do Brasil S/A, no período de maio de 2002 a abril de 2003;

b) Fica a Refinaria de Petróleos de Manguinhos S/A autorizada a adquirir, da Companhia Petroquímica do Sul - COPESUL, 20.000 litros de metil-tércio-butil-éter (MTBE) e a formular gasolina especial a ser fornecida à Texaco do Brasil S/A, no período de maio de 2002 a abril de 2003;

c) Fica expressamente determinado que a gasolina formulada com MTBE, pela empresa Texaco, deve ser utilizada somente nos testes de validação dos motores destinados aos mercados dos Estados Unidos e Europa.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

(*) Republicada por ter saído com incorreção, do original, no D.O. nº 110, de 11-6-2002, Seção 1, pág. 285.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 12 de junho de 2002

Nº 391 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução de Diretoria nº 387, de 11 de junho de 2002, comunica que se encontra disponível na Internet, no endereço http://www.anp.gov.br, para recebimento de comentários e sugestões até dia 27 de junho de 2002, minuta de Portaria que regulamenta a atividade de transporte a granel de petróleo e seus derivados por meio aquaviário.

Nº 392 - O DIRETOR-GERAL da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO - ANP, no uso de suas atribuições legais, consoante com a Resolução de Diretoria nº 389, de 11 de junho de 2002, torna público o seguinte ato: fica prorrogado até 31 de dezembro de 2002, o prazo da Autorização nº 4 de 23 de janeiro de 2001, outorgada a empresa Expetro Consultoria Internacional em Petróleo e Gás Ltda.

Nº 393 - Com base nas disposições da Portaria ANP nº 202, de 30 de dezembro de 1999, e tendo em vista a Resolução de Diretoria nº 402, de 11 de junho de 2002, fica a empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 03.987.364/0001-03, sediada na Rua Pajura nº 103, Vila Buriti, no Município de Manaus - AM, registrada como distribuidora de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos sob o número nº 3148, conforme Processo ANP nº 48610.006433/2000-25.

Nº 394 - Com fundamento nas Portarias ANP nº 29, de 9 de fevereiro de 1999 e nº 202, de 30 de dezembro de 1999, e na Resolução de Diretoria nº 402, de 11 de junho de 2002, fica concedida à empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 03.987.364/0002-86 e registro na ANP sob nº 3148, autorização para operação de base para armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, localizada na Rua Benjamin Constant, s/nº, CEP 69.080-000, Município de Cruzeiro do Sul - AC, consoante Processo nº 48610.006433/2000-25.

O parque de tancagem é composto dos seguintes tanques, verticais e horizontais, com seus respectivos produtos, perfazendo o total de 1.071 m³:

Tanque nº	Volume (m³)	Produto	OBS.
01	292	DIESEL	Vertical
02	309	DIESEL	Vertical
03	290	DIESEL	Vertical
04	60	AEAC	Horizontal
05	60	AEAC	Horizontal
06	60	AEAC	Horizontal

Fica revogado o Despacho ANP nº 289, de 8 de julho de 1999.

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

(Of. El nº 238)

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 12 de junho de 2002

Homologo, para que surta seus efeitos legais, o Resultado de Julgamento da CPL/ELETROACRE, referente a TOMADA DE PREÇOS N.º 2-2002.

Adjudico seu objeto, nos termos do art. 43, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93, com nova redação dada pela Lei n.º 9.648 de 27.05.98, em favor da firma: Emp. Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL, ao valor global estimado de R$ 96.000,00, conforme processo n.º 006/PDAS/2002.

MARIA JANE R. DAMASCENO
Em exercício

(Of. El nº 136)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ S/A

CNPJ / MF N.º 06.840.748/0001-89

DESPACHOS DA PRESIDENTE
Em 22 de maio de 2002

Estando em conformidade com a legislação vigente(Art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21.06.93), com base no Memorando nº 136/2002-C'RS, datado de 04/04/2002, ratifico a Dispensa de Licitação para a locação de imóvel para abrigar a Unidade Administrativa da Companhia, na cidade de Água Branca - PI, no valor total de R$ 12.000,00(doze mil reais), tendo como contratado, Jesus Nazareno de Carvalho.

Estando em conformidade com a legislação vigente(Art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21.06.93), com base no Memorando nº 027/2002-UAC/SJP, datado de 22/03/2002, ratifico a Dispensa de Licitação para a locação de imóvel para abrigar a Unidade Administrativa da Companhia, na cidade de Conceição do Canindé - PI, no valor total de R$ 1.062,84(hum mil, sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), tendo como contratada a Srª Hildete Passos Mendes da Fonseca.

Estando em conformidade com a legislação vigente(Art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21.06.93), com base no Memorando nº 036/2002-CAC/Interior, datado de 15/04/2002, ratifico a Dispensa de Licitação para a locação de imóvel para abrigar a Unidade Administrativa da Companhia, na cidade de Monsenhor Gil - PI, no valor total de R$ 3.600,00(três mil e seiscentos reais), tendo como contratada a Srª Márcia Fernanda Martins do Vale Batista.

Estando em conformidade com a legislação vigente(Art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21.06.93), com base no Memorando nº 033/2002-CAC/Interior, datado de 15/04/2002, ratifico a Dispensa de Licitação para a locação de imóvel para abrigar a Unidade Administrativa da Companhia, na cidade de Demerval Lobão - PI, no valor total de R$ 2.376,00(dois mil, trezentos e setenta e seis reais), tendo como contratado, Francisco Luiz da Costa Morais Filho.

Estando em conformidade com a legislação vigente(Art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21.06.93), com base no Memorando nº 158/2002-C'RS, datado de 19/04/2002, ratifico a Dispensa de Licitação para a locação de imóvel para abrigar a Unidade Administrativa da Companhia, na cidade de Monte Alegre - PI, no valor total de R$ 1.200,00(hum mil e duzentos reais), tendo como contratada, Francisca Selma Ferreira Dantas.

MERIAM ABRAHAM OHANA
(Of. El nº PGP-C-139-02)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 198/2002

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o art. 15, do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), resolve outorgar os seguintes Alvarás de Pesquisa que entram em vigor na data de sua publicação:

ALVARÁ Nº 3541 de 21/05/2002 - DNPM nº 880056/2002-0011 - Autorizar pelo prazo de 03 (três) anos, DORILENE SOARES THORPE, a pesquisar CALCÁRIO, no Município de São Sebastião do Uatumã-AM, numa área de 1.000,00ha.(Cód. 3.23)

ALVARÁ Nº 3542 de 21/05/2002 - DNPM nº 880057/2002-0015 - Autorizar pelo prazo de 03 (três) anos, ADRIANO NOGUEIRA DA SILVA, a pesquisar CALCÁRIO, no Município de São Sebastião do Uatumã-AM, numa área de 1.000,00ha.(Cód. 3.23)

ALVARÁ Nº 3543 de 04/06/2002 - DNPM nº 890451/2001-0012 - Autorizar pelo prazo de 02 (dois) anos, AREAL VASSOURENSE LTDA, a pesquisar AREIA, no Município de Vassouras-RJ, numa área de 15,00ha.(Cód. 3.22)

ALVARÁ Nº 3544 de 21/05/2002 - DNPM nº 826038/1994-0016 - Autorizar pelo prazo de 02 (dois) anos, MINERAÇÃO FLUVIAL LTDA, a pesquisar AREIA, no Município de Altônia-PR, numa área de 42,35ha.(Cód. 3.22)

ALVARÁ Nº 3545 de 21/05/2002 - DNPM nº 826389/2000-0017 - Autorizar pelo prazo de 03 (três) anos, LEVI CEZAR PACHECO SANTOS LIMA, a pesquisar CALCÁRIO, no Município de Campo Largo-PR, numa área de 854,68ha.(Cód. 3.23)

21ª Cia E CNST
FL Nº 93
Rub

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Propostas

UASG: 160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO
Pregão nº: 252022 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

Modo de Disputa: Aberto

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Item: 1 - Gasolina | **Qtde Solicitada:** 260.085 | **Qtde Aceita:** 0 | **Valor Referência:** R$ 7,2810 | **Recurso:** Sem

Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Intervalo mínimo entre lances: 0,01 %

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (%)	Melhor Lance (%)	Data Melhor Lance	Perc. (%) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
10.292.914/0001-27 - AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA	260.085	0,0100	0,0500	06/10/2022 10:06:44:997	-	Recusado	Consultar	SIM
Marca: EQUADOR **Fabricante:** EQUADOR **Modelo / Versão:** EQUADOR **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. Maior desconto ap... **Porte da Empresa:** ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM		**Valor c/ Desc** R$ 7,2803	**Melhor Lance c/ Desc** R$ 7,2774	-	-			
Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM **Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado:** SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM **Motivo da Recusa/Inabilitação: Por motivo de não apresentação de Autorização da ANP válida para revenda do Produto.**								
03.987.364/0001-03 - ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A.	260.085	0,0100	0,0100	06/10/2022 10:00:04:520	-	Adjudicado	Consultar	SIM
Marca: ATEM **Fabricante:** PETROLEO BRASILEIRO **Modelo / Versão:** GASOLINA COMUM **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. Maior desconto ap... **Porte da Empresa:** Demais		**Valor c/ Desc** R$ 7,2803	**Melhor Lance c/ Desc** R$ 7,2803	-	-			

21ª Cia E CNST
FL Nº 94

(Diferente de ME/EPP)
Declaração ME/EPP: NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Menu **Voltar**

Imprimir o **Relatório**

atem

21ª Cia E CNST
FL Nº 95
Rub

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Manaus/ AM 07.10.2022

Referência: Edital do Pregão Nº 25/2022.

(Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06).

SR. PREGOEIRO,

A empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.987.364/0001-03, com sede à Rua Pajurá, nº 103, Vila Buriti, Manaus/AM, neste ato representada por ROSANNA MENEZES BARBOSA NUNES, CPF: [redacted] abaixo assinada, propõe a 21ª Companhia de Engenharia de Construção, a entrega do(s) material(is) abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições do Pregão Eletrônico nº 25/2022.

1 Preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTD	Preço Inicial	Desconto %	Preço unitário (L) Final	PREÇO TOTAL
01	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus. **MARCA: ATEM Fabricante: Petroleo Brasileiro.**	Litro	260.085	R$ 7,281	0,01%	R$ 7,2803	R$ 1.893.489,52
03	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM. **MARCA: ATEM Fabricante: Petroleo Brasileiro.**	Litro	707.931	R$ 6,553	0,01%	R$ 6,5523	R$ 4.638.607,94

Valor total da proposta R$ 6.532.097,45 (seis milhões e quinhentos e trinta e dois mil e noventa e sete reais e quarenta e cinco centavos)

atem

21ª Cia E CNST
FL Nº 96

2 Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que o compõem, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, carga e descarga e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais desta Licitação;

3 O prazo de entrega: O prazo de entrega/disponibilidade dos bens é de até 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa *parcelada*; (ITEM 6.1 TR).

4 A entrega do produto será feita no endereço do Termo de Referência e Os volumes referentes a requisição mínima, serão sempre múltiplos de cinco mil litros, atendendo aos requisitos de segurança estabelecidos.

5 Aplicação do desconto: Com base nas diretrizes dos itens 18.1.1 – TR.

6 Prazo de validade da proposta: 60 dias;

7 Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos receber a nota de empenho no prazo determinado no Edital, indicado para esse fim o Sra. Rosanna Menezes Barbosa Nunes, Carteira de identidade nº 2006005156815, CPF nº [redacted], assessor (a) Comercial, como responsável legal desta empresa, no e-mail rosanna.nunes@atem.com.br / licitacao@atem.com.br ;

8 .Dados bancários: Banco do Brasil / Agência: 1856-2 / Conta-Corrente: 6228-6



BB Cash - Conta corrente - Consulta autorizaveis - Extrato de conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência 1856-2
Conta corrente 6228-6 ATEM S DISTRIBUIDORA SA

9 .Autorização **Distribuidora:** conforme LEI Nº 9.478, de 6 de AGOSTO DE 1997 E RESOLUÇÃO ANP Nº 58/2014.

10 . DADOS PARA PREENCHIMENTO DA ATA SRP/CONTRATO.

Informamos abaixo os dados dos representantes legais autorizados a firmar a respectiva Ata SRP/Contrato junto a esse órgão, conforme estabelecido no documento de outorga.

NOME:	ROSANNA MENEZES BARBOSA NUNES		
NACIONALIDADE:	Brasileira	CARGO:	Assessor (a) Comercial Jr – Representante Legal
ENDEREÇO:	Edifício Britannia Park Offices Av. Coronel Teixeira, 6225, Torre Soho, 1º andar, Bairro Ponta Negra - Manaus/AM - CEP: 69.073-000		
TELEFONE:	[redacted]	E-MAIL:	[redacted]

11 Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

[redacted]
Rosanna Menezes Barbosa Nunes
Representante Legal

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cartório 5º Ofício de Notas de Manaus
Jeibson dos Santos Justiniano – Tabelião
CNPJ: 39.612.405/0001-16
Av. Carvalho Leal, 1323 - Cachoeirinha
CEP: 69065-000 - Manaus/AM
E-mail: cartoriojustiniano@gmail.com
Tel: (92) 3663 6265 / 3663 2407

CARTÓRIO JUSTINIANO
5º Ofício de Notas

21ª Cia E. CNSI
FL Nº 97

Protocolo: 32460 Livro: 737 Folha: 199

Traslado
PROCURAÇÃO que faz **ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A**, em favor de **ROSANNA MENEZES BARBOSA NUNES**, na forma abaixo: -

SAIBAM quantos este instrumento, Procuração Pública virem que, aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um (09/03/2021), da era cristã, nesta cidade e Comarca de Manaus Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, em Tabelionato situado a avenida Carvalho Leal, 1.323, bairro de Cachoeirinha, perante mim, Rosseane Brandão da Silva, Escrevente Autorizada, compareceu como Outorgante: **ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A**, empresa com sede na rua Pajurá, nº 103, bairro Vila Buriti, Cep: 69.075-905, nesta cidade, inscrita na Junta Comercial do Estado do Amazonas - JUCEA, sob NIRE Nº **13200385438**, conforme Registro da JUCEA em 30/12/2010, sob nº 13300007133, Protocolo nº 10/058553-1, cadastrada na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o Nº **03.987.364/0001-03**, cuja cópia da alteração contratual para S.A, está arquivada neste Cartório no classificador nº (**04**), representada neste ato por seus sócios: **NAIDSON DE OLIVEIRA ATEM**, brasileiro, maior, solteiro, empresário, nascido em Manaus/AM aos 13/10/1978, filho de José Aiub Atem e Margarida de Oliveira Atem, portador da CI RG Nº 1328419-3 SSP/AM, expedida em 08/02/1995, e do CPF Nº 613.643.122-04, domiciliado em Manaus e residente na rua Mário Ipiranga, 1435, Condomínio Edifício Carlos Drummond de Andrade, apto 401, bairro Aleixo; **DIBO DE OLIVEIRA ATEM**, brasileiro, casado, empresário, nascido no Careiro/AM, aos 22/01/1966, filho de Jose Aiub Atem e Margarida de Oliveira Atem, portador da CI RG Nº 0790444-4 SSP/AM, expedida em 20/05/1994 e do CPF Nº 275.086.252-34, domiciliada em Manaus e residente à Avenida Professor Nilton Lins, nº 1.100, casa 173, Alpha Garden, bairro do Parque 10 de Novembro, Cep: 69.058-400; **MIQUEIAS DE OLIVEIRA ATEM**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 20/11/1976, filho de José Aiub Atem e de Margarida de Oliveira Atem, portador da CI RG 1212133-9 SSP/AM, e do CPF nº 560.851.682-68, domiciliado em Manaus e residente na Avenida Coronel Teixeira, 1759, Residencial Barra do Rio Negro, Apartamento 1802, Ponta Negra, CEP: 69.037-000. A presente reconhecida como a própria de que trato à vista dos documentos supracitados, os quais me foram apresentados no original e examinados atentamente, constatei que nenhum deles apresentava rasuras, borrões ou emendas e, em estando perfeitos, despidos aparentemente de vícios que os comprometam na sua autenticidade, pelo que porto minha fé pública. E pela Empresa **Outorgante,** na pessoa de seus representantes, me foi dito que, por este público instrumento de procuração, nomeia e constitui sua bastante procuradora, onde com esta se apresentar: **ROSANNA MENEZES BARBOSA NUNES**, brasileira, casada, analista comercial pleno, nascida em Pacajus/CE, aos 31/10/1990, filha de Antonio Eudo Paulino Barbosa e Francisca Eliene de Menezes Barbosa, portadora da CI RG Nº 2006005156815 SSP/CE, expedida em 06/03/2017, e do CPF Nº 040.492.043-80, domiciliada e residente na rua Dr. Guilherme Bannitz, 00060, apto. 806, Condomínio Helbor Nun Itaim Bibi – 04532-

DOCUMENTO ORIGINAL - Válido somente com sinete deste cartório

060, São Paulo/SP. A quem confere amplos, gerais e ilimitados poderes para representá-la no que se refere a **CONCORRÊNCIAS PÚBLICAS** junto a autarquias e todos os órgãos em geral, público, estatais ou particulares, federais, estaduais ou municipais e sociedade de economia mista, em qualquer unidade da Federação, podendo assinar requerimentos, declarações em geral, termos de compromisso, termos de responsabilidades, propostas de preço, formular e ofertar lances verbais de preços, negociar diretamente com o pregoeiro, assinar contratos de condições, fazer impugnações, receber intimações, interpor recursos ou deles renunciar, requerer, declarar, recorrer, transigir, juntar documentos, substabelecer procuradores, em fim, praticar todos os demais atos necessários ao bom, fiel, cabal e integral cumprimento do presente mandato. **o presente mandato terá validade de dois (02) anos a contar desta data.** A expedição do presente documento importa: R$ 48,07, referentes a emolumentos, R$ 2,41, referentes a 5% para ISS, R$ 1,44, referentes a 3% para FUNDPGE, R$ 2,41, referentes a 5% para FUNDPAM, R$ 2,41, referentes a 5% para FARPAM, R$ 4,81, referentes a 10% para FUNETJ e SELO R$ 1,90, totalizando R$ 63,40, nos termos da Lei Estadual 3.929/2013 e Provimento nº 315/2017 – CGJ/AM. De como assim o disse, dou fé, lavrei este instrumento em seus expressos termos, o qual lhe sendo lido, achou-o em tudo conforme, ratifica e assina. Eu, (a), Rosseane Brandão da Silva, Escrevente Autorizada, a fiz digitar. Eu, (a), Adílio de Queiroz Lima, Escrevente Notarial, a conferi, subscrevo e assino. Dou fé. **SELO ELETRÔNICO TJAM - PROCURAÇÃOSelo: PRCGER00447314BJ9ABKFI2JL210 - Livro: 737 - Folha: 199 - Data/Hora de utilização: 09/03/2021 08:55:59 - Nome da Parte: ATEMS DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A - Emitido por ROSSEANE BRANDAO DA SILVA - Protocolo Nº 32460 - VALOR ATO: R$ 63,40 - Consulte o selo em https://cidadao.portalseloam.com.br/ ou através do QR Code.** Em Testº (sinal público) da Verdade. O Escrevente Notarial. (aa) **ADÍLIO DE QUEIROZ LIMA - ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A, representada por NAIDSON DE OLIVEIRA ATEM – DIBO DE OLIVEIRA ATEM – MIQUEIAS DE OLIVEIRA ATEM**. C. e C. por mim. Era o que se continha. Dou fé. Trasladada do original pela primeira vez na data retro.

[redacted]

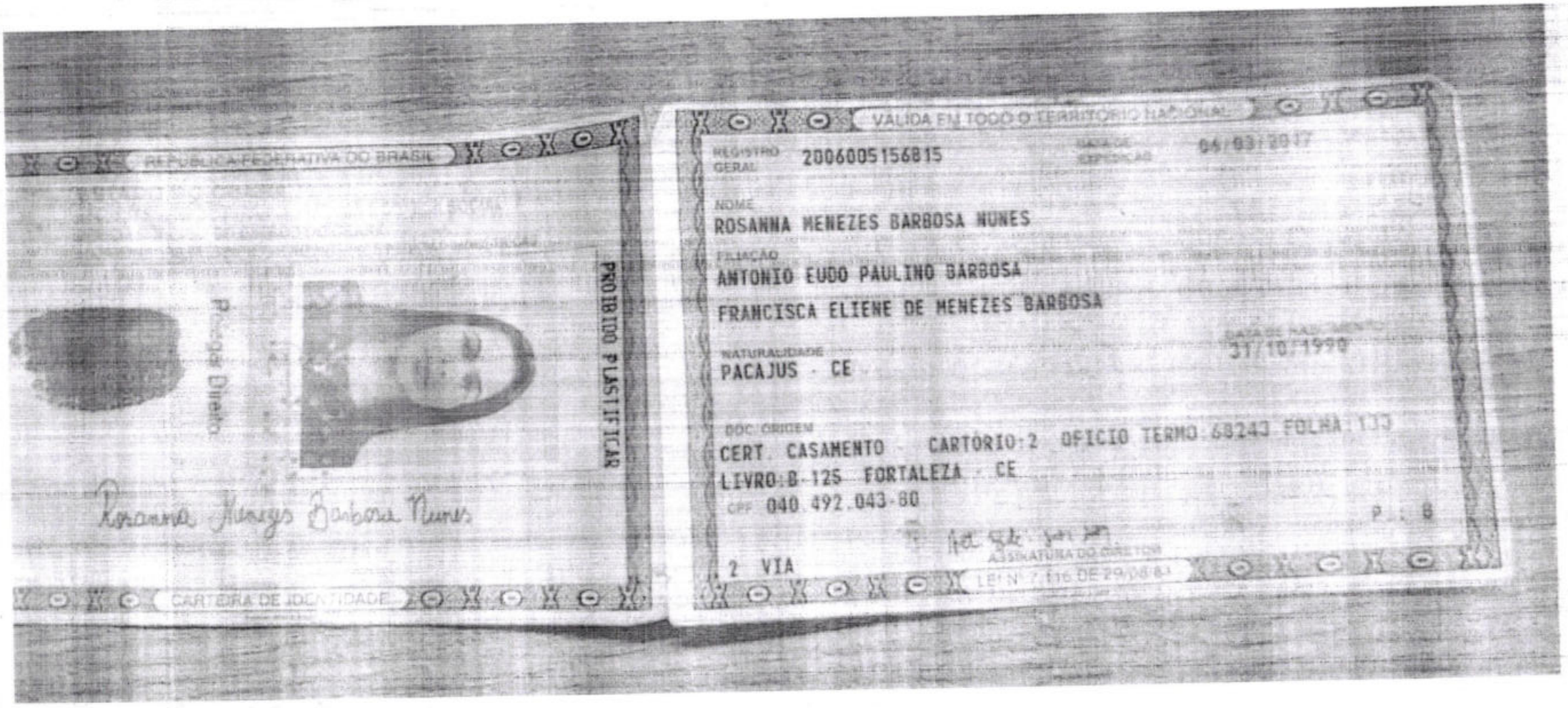
O Escrevente Notarial.

[redacted]

C. e C. por mim

DOCUMENTO ORIGINAL - Válido somente com sinete deste cartório

2ª Cia. E. CNST
FL Nº 99
Rub



21ª Cia E CONST
FL Nº 100
Rubrica

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE
ÁREA CAP NOBUO OBA S/NR – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) – CEP 69750000
FONE: [redacted] – EMAIL: [redacted]

Ofício nº 11-SALC/21ªCIAECNST
NUP: 64411.004804/2022-42

São Gabriel da Cachoeira, 3 de outubro de 2022.

À Senhora
Representante Legal Rosanna Menezes Nunes
ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A.

Assunto: Resposta em atenção ao pedido de impugnação.

Anexos: **ANEXO - Pesquisa de preços e Mapa comparativo.**

Senhora Representante,

Cumprimentando-a respeitosamente, informo que em atendimento ao pedido de impugnação recebido em 3 de outubro de 2022 da empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, estamos encaminhando as respostas conforme os seguintes pontos:

a) **que a presente impugnação seja conhecida por ser tempestiva, bem como provida vez que fundamentada nos preceitos legais vigentes;**
O pedido de impugnação não possui tempestividade tendo em vista haver superado o limite de até 3 (três) dias uteis, conforme estabelecido no item 22.1 do Edital, porém mesmo não sendo tempestivo, por julgar como razoável, serão respondidos os pontos levantados.

b) **seja provida a impugnação relativa aos fundamentos dos tópicos a fim de que sejam revisados os seguintes pontos:**

b.1 - O valor de referência deve ser relativo ao Município de entrega (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA). Assim, requer a revisão do edital para alterar para a cidade-consulta (Manaus) apontada pelo edital para outro município da mesma região (mais próximo), sugerindo Tefé/AM;

Informo para fins de esclarecimento que a escolha do valor de referência/tabela ANP localidade Manaus, que é valor de referência deste certame, foi realizado por meio de levantamento de mercado sendo utilizado o Painel de Preços, por este instrumento possuir consulta ampla e transparente, com fundamento no inciso I, Art. 5º da Instrução Normativa Nº 73 5 de agosto de 2020, onde contatou-se que o preço da tabela ANP escolhida, é compatível, nos itens combustíveis, com o preço praticado no naquele município conforme consta esta parte do Processo em anexo.

b.2 – Em nome do equilíbrio contratual, requer a revisão da forma de aplicação do desconto, o qual deverá ser aplicado a cada ordem de forma atualizada com o preço semanal da pesquisa ANP;

Informo constam as referências sobre a aplicabilidade dos descontos na descrição dos itens que conta no item 1, na descrição da solução no item 3, no reajuste no item 13, nos critérios de seleção do fornecedor no item 17.4, na estimativa de preços e preços referenciais no item 18, considerando desta forma, que está descrito com clareza a forma de aplicação do desconto, a origem da tabela a ser utilizada, devendo a tabela estar atualizada no dia da emissão da solicitação.

b.3 – Como forma de buscar o melhor valor para a Administração Pública, requer a alteração da quantidade mínima dos pedidos de fornecimento para valores múltiplos de 5.000 litros, com o fim de viabilizar a participação de empresas de grande porte, como distribuidoras de combustíveis.

Com vistas a oportunizar a participação de grandes empresas distribuidoras de combustíveis sem restringir a ampla concorrência, considerando também possível previsão de reformas das instalações da 21ª Cia E Cnst, o que acarretará a necessidade de abastecimento em postos, será informado o seguinte aviso no portal https://www.gov.br/compras/pt-br/ e por oficio encaminhado para todas as distribuidoras registradas no Portal da ANP nesta Região:

"Os quantitativos mínimos quando requisitados para empresas distribuidoras de combustíveis, poderão ser solicitados no mínimo 5.000 (cinco) mil litros, e caso havendo a necessidade de pedidos com maiores quantidades, estes deverão ter como padrão nas solicitações/entregas quantitativo múltiplo de 5.000, tendo em vista a adequação ao transporte".

Desde já agradecemos sua ilustre participação.

[redacted]

Chefe da Equipe de Planejamento

[redacted]

Membro da Equipe de Planejamento

[redacted]

Fiscal de Abastecimento

21ª Cia E Cnst FL Nº 102

Gmail Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

Ata para assinatura - Pregão Eletrônico Nº 25/2022 da UASG 160022 21ª Cia E Cnst

3 mensagens

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com> 18 de outubro de 2022 15:27
Para: ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br>

Prezado(a) Senhor(a), boa tarde!

Considerando o resultado do Pregão Eletrônico Nº 25/2022 da 21ª Companhia de Engenharia de Construção (21ª Cia E Cnst), UASG 160022, em que a empresa **ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A,** inscrita no CNPJ nº 03.987.364/0001-03, sagrou-se vencedora dos itens 1 e 3, e atendimento o que prevê o Decreto Nº 7.892/2013, segue a Ata de registro de preços para assinatura de seu Representante Legal.

Informo ainda, que a Ata deve retornar assinada para esta Organização Militar, a fim de que sejam atendidas as devidas medidas formais, e para compor nosso acervo digital.

Caso tenha interesse, informo que está aberta a licitação nº 29/2022 para aquisição dos itens complementares à licitação nº 25/2022, tendo em vista que naquela oportunidade não houve a apresentação de propostas válidas.

Agradecemos desde já sua participação,

Atenciosamente.

JOSÉ DE OLIVEIRA MELO FILHO - 3º SGT
Pregoeiro da 21ª Cia E Cnst

ANEXO_II_-__Ata_01_-_Pregao_25_2022_assinado.pdf
144K

ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br> 20 de outubro de 2022 10:31
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Cc: Licitação <licitacao@atem.com.br>

Bom dia!

Prezado JOSÉ DE OLIVEIRA MELO FILHO - 3º SGT
Pregoeiro da 21ª Cia E Cnst

Acuso o recebimento da ARP Nº 001. Estaremos analisando e na sequência será enviado com a devida assinatura.

Atenciosamente,



[Texto das mensagens anteriores oculto]

ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br> 21 de outubro de 2022 10:16
Para: Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Cc: Licitação <licitacao@atem.com.br>, CHRISTIANO SILVA <christiano.silva@atem.com.br>

Bom dia!

21ª Cia E Cnst
FL Nº 103

Prezado JOSÉ DE OLIVEIRA MELO FILHO - 3º SGTPregoeiro da 21ª Cia E Cnst

Segue a ARP Nº 001, devidamente assinada.

Atenciosamente,

atem
Edifício Britannia Park Offices
Av. Coronel Teixeira, 6225, Torre Soho
Ponta Negra CEP: 69.073-000
Manaus/Am
www.atem.com.br

Rosanna Nunes
(92) 98415-3719
rosanna.nunes@atem.com.br

Ata_01_-_Pregao_25_2022_assinado cliente e atem.pdf
174K

21ª Cia E Cnst
FL Nº 104
Rubr

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Companhia Guilherme Carlos Lassance)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º 01

A UNIÃO, por intermédio da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, com sede na Área Cap Nobuo Oba S/Nr, Bairro Cachoeirinha, cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP: 69750-000, inscrita no CNPJ sob o Nr 07.546.219/0001-30, neste ato representada pelo Tenente Coronel RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO, nomeado pela Portaria nº 608, publicada no DOU de 22 de julho de 2021, portador do CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2022, publicada no DOU de 26/09/2022, processo administrativo n.º 64411.002274/2022-06, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de combustíveis, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão 25/2022 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S.A
CNPJ: 03.987.364/0001-03
Endereço: Rua Pajurá, nº 103, Vila Buriti, Manaus/AM
Representante Legal: ROSANNA MENEZES BARBOSA NUNES, CPF: 040.492.043-80.
Contato: Telefone (92) 98415-3719, e-mail: rosanna.nunes@atem.com.br

Nº	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. (conf. Item 2.2.)	Perc. (%) desconto ofertado	Prazo garantia ou validade da ATA
1	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: Iad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em	ATEM	Litro	260.085	R$ 7,281	0,01%	12 Meses

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

21ª Cia E Cnst
FL Nº 105

	posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus.**						
2	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	ATEM	Litro	707.931	R$ 6,553	0,01%	12 Meses

2.2. Da aplicação do desconto: no ato da emissão de nota de empenho/solicitação deve ser realizada a consulta no Portal ANP, resumo semanal atualizado (mais recente). Deve o desconto ser aplicado no valor atualizado conforme condições do Edital e Termo de Referência.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

Item nº	Órgão Gerenciador	Unidade	Quantidade
1	21ª Cia E Cnst	Litro	**20.000**
3		Litro	**250.000**

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgão Participante	Unidade	Quantidade
1	2ª Bda de Inf Sl	Litro	**240.805**
3		Litro	**457.931**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

21ª Cia E Cmb
FL Nº 106

federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.1.2. A adesão por Órgãos não participantes fora da localidade de São Gabriel da Cachoeira, AM, ficará condicionada a apresentação de estudos (pesquisa de preço) na localidade ao qual será realizada a aquisição, o desconto deve ser aplicado em Média da ANP conforme a localidade, caso a Região não possua Média ANP, o órgão deverá utilizar tabela compatível com o preço praticado, de forma que evidencie a vantajosidade para a aquisição, para fins de análise do órgão Gerenciador.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, as quantidades estabelecidas no "Apêndice" do Termo de Referência, ANEXO A – Relação de Itens.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.7. Recomenda-se aos órgãos e entidades não participantes, que tiverem interesse em participar desta ata, que utilizem de pesquisa de preços conforme a IN nº 73/2020, como parâmetro para verificação de vantagem da aquisição, sendo esta anterior à escolha da tabela no endereço https://preco.anp.gov.br/, conforme localidade existente ou aproximada.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de homologação do Pregão, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados caso de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, à Administração utilizará o desconto ofertado da

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

21ª Cia E Cmb
FL Nº 107

proposta (maior desconto) sobre a Média de Preço da Agência Nacional do Petróleo-ANP do dia da aquisição/empenho, a fim de sempre manter o valor ofertado conforme o mercado.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002

2ª Cia E Cnst
FLN 108

dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

~~8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.~~

~~8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou~~

~~8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances~~

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em via digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes

São Gabriel da Cachoeira, AM, 13 de outubro de 2022

Representante legal do órgão gerenciador

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLOS JOSE NUNES ATAIDE
Data: 18/10/2022 15:43:51-0300
Verifique em https://verificador.iti.br

[redacted]

Rsp Cmdo da 21ª Cia E Cnst

e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

[redacted]

Assessor (a) Comercial Jr – Representante Legal

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

Este documento foi assinado digitalmente por Rosanna Menezes Barbosa Nunes.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 02DA-6379-DA4F-A002.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

21ª Cia E. C.
FL Nº 109

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/02DA-6379-DA4F-A002 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 02DA-6379-DA4F-A002

Hash do Documento

51EFBBE869E836B3035499C2AB890E59DB118498A4D520F6E3146682CDF07FC1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/10/2022 é(são) :

☑ Rosanna Menezes Barbosa Nunes (Signatário) - 040.492.043-80
em 20/10/2022 19:23 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

21ª Cia E CNST
FL Nº 110

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE
ÁREA CAP NOBUO OBA S/NR – SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA (AM) – CEP 69750000
FONE: [redacted] – EMAIL: [redacted]

Ofício nº 14-SALC/21ªCIAECNST
NUP: 64411.004902/2022-13

São Gabriel da Cachoeira, 26 de outubro de 2022.

À Senhora
Representante Legal Rosanna Menezes Nunes
ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A.

Assunto: Resposta em atenção ao pedido de impugnação.

Anexos: ANEXO - Pesquisa de preços e Mapa comparativo.

Senhora Representante,

Cumprimentando-a respeitosamente, informo que em atendimento ao pedido de impugnação recebido em 3 de outubro de 2022 da empresa ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, estamos encaminhando as respostas conforme os seguintes pontos:

a) **que a presente impugnação seja conhecida por ser tempestiva, bem como provida vez que fundamentada nos preceitos legais vigentes;**
Recebemos o pedido de impugnação por ser tempestivo e serão respondidos todos os pontos levantados.

b) **seja provida a impugnação relativa aos fundamentos dos tópicos a fim de que sejam revisados os seguintes pontos:**

b.1 - O valor de referência deve ser relativo ao Município de entrega (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA). Assim, requer a revisão do edital para alterar para a cidade-consulta (Manaus) apontada pelo edital para outro município da mesma região (mais próximo), sugerindo Tefé/AM;

Informo para fins de esclarecimento que a escolha do valor de referência com base a síntese de preços semanal (tabela ANP) localidade Manaus, valor de referência deste certame, foi realizado por meio de levantamento de mercado sendo utilizado o Painel de Preços, por este instrumento possuir consulta ampla e transparente, com fundamento no inciso I, Art. 5º da Instrução Normativa Nº 73 5 de agosto de 2020, onde é possível consultar que existem licitações vigentes na Região, do tipo menor preço, cujo os preços são compatíveis com a localidade escolhida (Manaus/AM) dos itens combustíveis, conforme consta esta parte do Processo em anexo.

b.2 – Em nome do equilíbrio contratual, requer a revisão da forma de aplicação do desconto, o qual deverá ser aplicado a cada ordem de forma atualizada com o preço semanal da pesquisa ANP;

Informo constam as referências sobre a aplicabilidade dos descontos na descrição dos itens que conta no item 1, na descrição da solução no item 3, no reajuste no item 13, nos critérios de seleção do fornecedor no item 17.4, na estimativa de preços e preços referenciais no item 18, considerando desta forma, que está descrito com clareza a forma de aplicação do desconto, a origem da tabela a ser utilizada, devendo a tabela estar atualizada no dia da emissão da solicitação.
Considerando as dúvidas levantadas pela representante legal da empresa e com vistas a melhorar a transparência da escolha da solução, realizaremos a inclusão de aviso no Portal de compras https://www.gov.br/compras/pt-br/, conforme descrito abaixo:

"O preço atualizado para aplicação do desconto é o consultado no Portal da ANP no endereço https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrencia /precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas, no link Preços médios semanais: Brasil, regiões, estados e municípios, devendo selecionar a semana mais atual.
Poderá ser pesquisado também pelo Sistema de Levantamento de Preços da ANP, síntese semanal por município (que está fora do ar temporariamente)".

b.3 – Como forma de buscar o melhor valor para a Administração Pública, requer a alteração da quantidade mínima dos pedidos de fornecimento para valores múltiplos de 5.000 litros, com o fim de viabilizar a participação de empresas de grande porte, como distribuidoras de combustíveis.

Com vistas a oportunizar a participação de grandes empresas distribuidoras de combustíveis sem restringir a ampla concorrência, considerando também possível previsão de reformas das instalações da 21ª Cia E Cnst, o que acarretará a necessidade de abastecimento em postos, será informado o seguinte aviso no portal https://www.gov.br/compras/pt-br/.

"Caso o vencedor do certame possua autorização de distribuição, o quantitativo mínimo a ser solicitados é de 5.000 (cinco) mil litros, e havendo a necessidade de pedidos com maiores quantidades, deverão ser solicitados/entregas em quantitativos múltiplos de 5.000, tendo em vista a adequação ao transporte".

"Caso o vencedor do certame possua autorização de revenda, o abastecimento será realizado por requisição no tanque dos veículos por requisição. Caso de entregas fora das instalações, estas deverão obedecer aos quantitativos mínimos estabelecidos na Resolução da ANP.

Desde já agradecemos sua ilustre participação.

[redacted]
Membro Técnico da Equipe de Planejamento

FL Nº 112

Gmail

Licitações e Contratos <21cia.salc@gmail.com>

IMPUGNAÇÃO PE nº 29|2022- 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

ROSANNA NUNES <rosanna.nunes@atem.com.br> 25 de outubro de 2022 17:09
Para: Licitcoes Contratos <21cia.salc@gmail.com>
Cc: ALEXANDRE FERREIRA <alexandre.ferreira@atem.com.br>, Licitação <licitacao@atem.com.br>, Vitoriano Araújo Santos <vitoriano.santos@atem.com.br>

Boa tarde, Sr. Pregoeiro e equipe de apoio.

A empresa ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 03.987.364/0001-03, estabelecida em Manaus-AM, na Rua Pajurá, nº103, Vila Buriti, Cep. 69.072-065, e-mail rosanna.nunes@atem.com.br, vem respeitosamente, perante a ilustre presença de Vossa Senhoria dentro do prazo legal, **IMPUGNAR** o edital da licitação supracitada com o fim de adequação à Legislação Federal em vigor, em conformidade com o § 2º art.41 da Lei nº 8.666/93, bem como a Lei nº 10.520.

Assim, considerando que a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL - SRP: **29/2022** (Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06) foi designada para dia 31 de outubro de 2022, tem-se que a presente impugnação está sendo proposta no dia 25 de outubro, de forma tempestiva.

Gentileza acusar o recebimento do e-mail.

Atenciosamente,



2 anexos

PROCURAÇÃO - ROSANNA NUNES-combinado (2) (1).pdf
890K

IMPUGNAÇÃO EDITAL PE_29.2022_25.10.2022.pdf
308K

atem

21ª Cia E CNSTR
FL Nº 113

Ilmo.: Sr. Pregoeiro e equipe de apoio.

MINISTÉRIO DA DEFESA - EXÉRCITO BRASILEIRO - CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

REFERENCIA: PREGÃO ELETRONICO EDITAL - SRP: **29/2022**
(Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06)

ATEM´S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº 03.987.364/0001-03, estabelecida em Manaus-AM, na Rua Pajurá, nº103, Vila Buriti, Cep. 69.072-065, que neste ato regularmente representada Rosanna Meenzes Babrosa Nunes , e-mail rosanna.nunes@atem.com.br, VEM, com o habitual respeito apresentar. Conforme razões que seguem, as quais requer, sejam recebidas e remetidas à autoridade competente para julgamento a IMPUGNAÇÃO.

- DO CABIMENTO E ADMISSIBILIDADE

Qualquer interessado tem a faculdade de impugnar o edital, respeitado o prazo previsto §2º do Art. 41 da Lei n° 8.666/93, apresentando suas reservas e discordâncias e, simultaneamente, formular proposta.

> Art. 41. (...)
> §2º: "Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas e irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso."
> §3º:"A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o transito em julgado da decisão a ela pertinente".

Assim, o interessado pode discordar e participar. Porém, deverá exteriorizar

21ª Cia E Cmb
FL Nº 114
Rub

tempestivamente sua reserva e formular sua impugnação. Nem poderia ser de modo diverso. A interpretação diversa acarretaria absurdos. Imagine-se a hipótese de edital claramente viciado, adredemente preparado para beneficiar uma certa empresa. Se os interessados não dispusessem da faculdade de apresentar a proposta e, simultaneamente, impugnar o edital, o abuso sairia vencedor.

Nesse sentido, à regra acima citada aplica-se subsidiariamente à Lei nº 10.520. Oportuno novamente as palavras de Marçal Justen Filho em obra específica. Na obra Pregão – Comentários à Legislação do Pregão – 2ª ed., Edt. Dialética, 2003, pág. 166: "Qualquer pessoa pode dirigir-se à Administração, suscitando questões sobre o ato convocatório do pregão. O sujeito tem o direito de obter esclarecimentos satisfatórios. A resposta obscura não pode ser admitida. Insista-se em que a formulação de pedido de esclarecimento ou a impugnação ao ato convocatório não caracteriza ato reprovável ou abusivo. Num regime democrático, a Administração tem o dever de esclarecer toda e qualquer dúvida e de manifestar-se acerca de todas as discordâncias dos particulares". Na mesma obra, pág 165: "Diga-se desde logo que a opção consagrada no regulamento federal não é ilegal. Seu fundamento legislativo é o já referido art. 41 da Lei de Licitações. O regulamento federal estendeu a solução menos severa (prevista para os interessados em licitar) para qualquer pessoa. Na Lei de Licitações, se o sujeito não estiver interessado em participar da licitação, o prazo será de cinco dias úteis. O prazo de dois dias úteis é aplicado para os interessados em licitar. O regulamento federal poderia ser reputado inválido se estivesse optado pelo prazo geral de cinco dias úteis, o que configuraria restrição indireta à faculdade de manifestação dos interessados (especialmente porque os prazos de divulgação do pregão são muito mais reduzidos)". (grifo nosso). Vista a admissibilidade, passamos a arrazoar a presente impugnação.

I – DOS FATOS

Está marcado para o dia dia 31 de Outubro de 2022 a abertura do PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL - 29/2022 (Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06)), que tem por O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Com efeito, afirma que o preço de referencia do edital 21ª Companhia de Engenharia de

atem

21º Cia E Cmb FLNº 115

Construção lançou Edital de Pregão Eletrônico nº 29/2022, o qual contempla produto gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg para **entrega em São Gabriel da Cachoeira/AM** ou retirada em posto de distribuidora **com o preço de referência do municipio de Manaus/AM**, tornando o preço impraticável, visto que os custos de frete e preço entre os municípios são totalmente diferentes, de acordo com o que explicita a Agência Nacional do Petróleo.

A impugnante pretende participar, porém, recorremos na dificulta a execução do contrato para ambas as partes, o que passamos a arrazoar a seguir, o Edital estabelece que as propostas deverão ser elaboradas indicando os valores em R$ (reais) no julgamento de maior desconto (%) sobre a tabela ANP, divulgada semanalmente, tendo como base o preço médio consumidor, da localidade ou de cidade de preço praticado em paramentro ao municipio onde serão efetuadas as entregas a cada emissão do empenho com a tabela ANP atualizada (síntese semanal mais recente) conforme ITEM 18 do TR. Com podemos informar o preço escolhido para esse certeme não cobre as despesas da entega , pois estamos tratando de modal fluvual com despesa de frete de R$ 0,34 (trinta e quatro centavo). São Gabriel da Cachoeira **localiza-se a aproximadamente 852 km (em linha reta) e 1.001 km (em via fluvial) distância de Manaus (Capital).**

Nota-se que o levantamento de mercado que foi utilizado o painel de preços com base na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, no entanto o municipio escolhido para referencia no caso a cidade Manaus/AM, torna o preço inexequível tanto para entrega em São Gabriel da cachoeira quanto para os posto de combustivel em sua região.

Consoante já afirmado, a Lei n. 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de preços exequíveis durante o processo licitatório. A administração deve se assegurar de que as propostas apresentadas sejam viáveis os preços de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato. Logo, sendo um valor insuficiente para cobrir os custos do serviço e em clara desconformidade com os preços usualmente praticados no mercado, esse valor inviabilizará a contratação por preço justo e razoável. Nesse sentido, a lição de Marçal Justen Filho.

"Ressalte-se que o preço máximo fixado pode ser objeto de questionamento por parte

21ª Cia E CNST
FL Nº 116
Rubr

dos licitantes, na medida em que se caracterize como inexequível. Fixar preço máximo não é a via para a Administração inviabilizar contratação por preço justo. Quando a Administração apurar certo valor como sendo o máximo admissível e produzir redução que tornar inviável a execução do contrato, caracterizar-se-á desvio de poder." (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Edição, 2005, Ed. Dialética, pág. 393).

Temos como sugestão permanecer com a média da tabela de preços da ANP semanal, referente à cidade Manaus/AM, vez que ANP não disponibiliza mais outras cidades para o estado do Amazonas como pesquisa , aplica o percentual de desconto e soma-se-á valor do frete de transporte de R$ 0,34 de combustível de Manaus -AM para São Gabriel da Cachoeira – AM.

- DA QUANTIDADE DE ENTREGA.

No edital também determina requisição mínima e requisição maxima, mas não informa se será múltiplo de 5.000, e por estamos tratando do objeto licitado se reporte ao fornecimento de combustível, de atividade regulada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. Sabemos que as empresas Distribuidoras não podem fazer fornecimentos de volume baixos no porte de revendedores. Dessa forma peço por reformular TR o subitem 1.1, que será contratado em quantidade mínima de 5.000 e múltipla de 5.000 L (cinco mil litros). Cabendo, em comum acordo entre as partes, a entrega de quantidades não múltiplas de 5.000 L (cinco mil litros).

– DOS PEDIDOS:

Ante o exposto requer:

a) que a presente impugnação seja conhecida por ser tempestiva, bem como provida vez que fundamentada nos preceitos legais vigentes;
b) seja provida a impugnação relativa aos fundamentos dos topicos a fim de que sejam revisados os seguintes pontos:

b.1 - O valor de referência deve ser relativo ao Município de entrega (SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA).Assim, requer a revisão do edital para alterar para a cidade-consulta (Manaus) apontada pelo edital para outro município da mesma região (mais próximo), ou acrescimo de R$ 0,34 para o frete e assim compror o preço do Litro.

atem

21ª Cia E. CIA
FL Nº 117
Rubrica

b.2 – Em nome do equilíbrio contratual, requer a revisão da forma de aplicação do desconto, o qual deverá ser aplicado a cada ordem de enrtrega de forma atualizada com o preço semanal da pesquisa ANP.
b.3 – Como forma de buscar o melhor valor para a Administração Pública, requer a alteração da quantidade mínima dos pedidos de fornecimento para valores multplicos de 5.000 litros, com o fim de vianbilizar a participação de empresas de grande porte, como distribuidoras de combustíveis

Diante do exposto, requer-se a avaliação dos quesitos formludos para adequação do edital à realidade da atividade a ser contratada, com o fim de evitar futuros danos a própria administração pública, requer que seja a presente impugnação RECEBIDA, CONHECIDA e PROVIDA INTEGRALMENTE, para que, ao final, esta Comissão de Licitação altere o edital de Pregão Eletrônico nº 29.2022.

Termos em que pede e espera deferimento.

Manaus, 25 de Outubro de 2022.

[redacted]

Rosanna Menezes Barbosa Nunes
Representante Legal
CPF: 040.492.043-80
Atem's Distribuidora de Petróleo S.A.

Atem's Distribuidora de Petróleo S.A
Rosanna M. B. Nunes
Analista Comercial PL
CPF: 040.492.043-80

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

21ª Cia E Cmb FL Nº 118

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**10.292.914/0001-27**	DUNS®:	**899584107**
Razão Social:	**AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA**		
Nome Fantasia:	**AUTOPOSTO FG 9**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/08/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**29/04/2023**
FGTS		Validade:	**04/12/2022**
Trabalhista	(http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**29/04/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**30/11/2022**
Receita Municipal	Validade:	**05/02/2023**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira (Possui Pendência)

Validade: **30/04/2022** (*)

CPF: 762.422.932-34 Nome: JOSE DE OLIVEIRA MELO FILHO
Ass: _____

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

FL Nº 119

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/11/2022 12:36:03

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA**
CNPJ: **10.292.914/0001-27**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

21ª Cia E Cmdo
FL Nº 120
Rubr

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

21ª Cia E Cnst
FL Nº 122

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 18/11/2022 12:38:12
Usuário: 04183955270

Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN

CPF/CNPJ:	Título:	Situação	Total de Registros	0
10292914	AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA	Adimplente	Há até 30 dias:	
			Há mais de 30 dias:	

Código	Credor	Data/Hora de Inclusão

** Registros incluídos há até 30 dias.*

AUTO POSTO FG9

CNPJ: 10.292.914/0001-27

autopostofg9@gmail

1235149

21ª Cia E Cmb FL Nº 122

AUTO POSTO SANTOS DUMONT LTDA com número de CNPJ: 10.292.914/0001-27 IE: 05.336.978-5 **AVENIDA TORQUATO TAPAJOS**, 558- Bairro : DA PAZ- MANAUS - AM – **69.049-070** FONE: [redacted] CONTATO: BÁRBARA LIMA E-MAIL: **autopostosantosdumond@gmail.com** , **venho** por meio desta propor valores para os itens abaixo :

PREGÃO : 292022 UASG : 160022

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	Desconto	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	TOTAL ESTIMADO
2	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	EQUADOR	Litro	40.000	10,30%	R$ 6,5311	**R$ 261.244,00**
4	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	EQUADOR	Litro	150.000	0,92%	R$ 6,4927	**R$ 973.905,00**

VALIDADE DA PROPOSTA : 90 DIAS

PRAZO PARA PAGAMENTO : 30 DIAS

PRAZO PARA ENTREGA : 7 DIAS
VALOR TOTAL : 1.235.149,00

21ª Cia E Cmb
FL Nº 123

Declaramos cumprir todos os requisitos para habilitação, conforme dispõe o artigo 4°, inciso VII, da lei ° 10.520 de 17 de julho de 2002. Declaramos conhecimento e concordância com os termos deste edital" para Declaramos cumprir todos os requisitos para habilitação, conforme dispõe o artigo 24, inciso II, da lei ° 8.666 de 21 de junho de 1993. Declaramos conhecimento e concordância com os termos do projeto básico.
Dados

Dados bancários:

Banco: CAIXA ECONOMICA
Agência: 4572
Conta Corrente: 1704

18 DE NOVEMBRO DE 2022

AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127

Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Dados: 2022.11.18 10:36:23 -03'00'

AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Dados: 2022.11.28 09:28:25 -03'00'

21ª Cia E Cnst
FL Nº 124
Rubr

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Companhia Guilherme Carlos Lassance)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06)
N.º 02

A UNIÃO, por intermédio da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, com sede na Área Cap Nobuo Oba S/Nr, Bairro Cachoeirinha, cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP: 69750-000, inscrita no CNPJ sob o Nr 07.546.219/0001-30, neste ato representada pelo Coronel RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO, nomeado pela Portaria nº 608, publicada no DOU de 22 de julho de 2021, portador do CPF nº [redacted] considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 25/2022, publicada no DOU de 26/09/2022, processo administrativo n.º 64411.002274/2022-06, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de combustíveis, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão 29/2022 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa: AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA
CNPJ: 10.292.914/0001-27
Endereço: Avenida Torquato Tapajós, nº 558 – Bairro: Bairro da Paz, Manaus, AM – 69049-070
Contato: Telefone (92) 99229-1099, e-mail:autopostosantosdumond@gmail.com

Nº	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. (conf. Item 2.2.)	Perc. (%) desconto ofertado	Prazo de validade da ATA
2	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: Iad 87 min Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustivel na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	EQUADOR	Litro	40.000	R$ 7,281	10,30%	12 Meses

UTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127 Dados: 2022.11.28 09:28:52 -03'00'

21ª Cia E Cnst FLN° 125 Rubr

2	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	EQUADOR	Litro	150.000	R$ 6,553	0,92%	12 Meses

2.2. Da aplicação do desconto: no ato da emissão de nota de empenho/solicitação deve ser realizada a consulta no Portal ANP, resumo semanal atualizado (mais recente). Deve o desconto ser aplicado no valor atualizado conforme condições do Edital e Termo de Referência.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

Item nº	Órgão Gerenciador	Unidade	Quantidade
1	21ª Cia E Cnst	Litro	**10.000**
3		Litro	**100.000**

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgão Participante	Unidade	Quantidade
1	2ª Bda de Inf Sl	Litro	**30.000**
3		Litro	**50.000**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.1.2. A adesão por Órgãos não participantes fora da localidade de São Gabriel da Cachoeira, AM, ficará condicionada a apresentação de estudos (pesquisa de preço) na localidade ao qual será realizada a aquisição, o desconto deve ser aplicado em Média da ANP conforme a localidade, caso a Região não possua Média ANP, o órgão deverá utilizar tabela compatível com o preço praticado, de forma que evidencie a vantajosidade para a aquisição, para fins de análise do órgão Gerenciador.

AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Dados: 2022.11.28 09:29:09 -03'00'

21ª Cia E Cia
FLNº 126

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, as quantidades estabelecidas no "Apêndice" do Termo de Referência, ANEXO A – Relação de Itens.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei n° 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.7. Recomenda-se aos órgãos e entidades não participantes, que tiverem interesse em participar desta ata, que utilizem de pesquisa de preços conforme a IN nº 73/2020, como parâmetro para verificação de vantagem da aquisição, sendo esta anterior à escolha da tabela no endereço https://preco.anp.gov.br/, conforme localidade existente ou aproximada.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de homologação do Pregão, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados caso de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, à Administração utilizará o desconto ofertado da proposta (maior desconto) sobre a Média de Preço da Agência Nacional do Petróleo-ANP do dia da aquisição/empenho, a fim de sempre manter o valor ofertado conforme o mercado.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1.A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA: 10292914000127 Dados: 2022.11.28 09:29:45 -03'00'

21ª Cia E Cnst FLS Nº 127

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

21ª Cia E Cnst
FL Nº 128

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

~~8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.~~

~~8.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou~~

~~8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances~~

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em via digital, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes

São Gabriel da Cachoeira, AM, 21 de novembro de 2022

Representante legal do órgão gerenciador

Ricardo Peterson Cordoba Roberto
Assinado de forma digital por Ricardo Peterson Cordoba Roberto
Dados: 2022.11.25 10:15:10 -04'00'

[redacted]

Cmt da 21ª Cia E Cnst

e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Assinado de forma digital por AUTOPOSTO SANTOS DUMONT LTDA:10292914000127
Dados: 2022.11.28 09:30:19 -03'00'

NOME:
Representante Legal
(Caso seja procurador legal, deve este retornar juntamente com documento de procuração)

SIASG net — Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Alterar/Excluir Aviso de Licitação

17/10/2022 10:58:08

2ª Cia E CNSU FL Nº 129 Rubrica

O Aviso de Licitação foi incluído.

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00029/2022	Registro de Preço (SRf	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP: 00041/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
6441100227420220	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP: 12 mes(es)

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Valor Total da Compra (R$): 1.778.610,1000

Quantidade de Itens: 6

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico

Publicação/Divulgação do Aviso de Licitação

* Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
18/10/2022		

* CPF do Responsável	* Nome	* Função
[redacted]	RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO	Ordenador de Despesas

Disponibilidade do Edital

* Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 18/10/2022

Período da Disponibilidade do Edital: * Das 08:30 * às 11:30 e das 13:00 às 16:30

Endereço

* Logradouro	Bairro
Area Cap. Nobuo Oba, S/n - Bairro Cachoeirinha	Cachoeirinha

* Código do Município	* Município/UF	DDD	Telefone	Ramal	Fax
2836	São Gabriel da Cachoeira/AM	[redacted]			

Entrega da Proposta

A partir da disponibilidade do Edital, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Abertura da Licitação

* Em 31/10/2022 às 10:00 no endereço eletrônico: www.gov.br/compras

Salvar Aviso | Excluir Aviso | Disponibilizar para Publicação/Divulgação

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Solução SERPRO

21ª Cia E CNST
FL Nº 130
Rubr

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 00029/2022 - UASG 160022

Nº Processo: 64411002274202206. Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 18/10/2022 das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 16h30. Endereço: Area Cap. Nobuo Oba, S/n - Bairro Cachoeirinha, Cachoeirinha - São Gabriel da Cachoeira/AM ou https://www.gov.br/compras/edital/160022-5-00029-2022. Entrega das Propostas: a partir de 18/10/2022 às 08h30 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 31/10/2022 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: Oportunizar nova apresentação de Propostas, considerando que o Pregão Eletrônico Nº 25/2022, não houve a apresentação de propostas válidas para estes itens. .

RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 17/10/2022) 160022-00001-2022NE000001

SIASG net Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — Divulgação de Compras — Ministério da Economia

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

17/10/2022 10:59:44

Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 18/10/2022 e Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável: 160022 - 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	00029/2022	Registro de Preço (SRI	Eletrônico	Aberto

Nº da IRP: 00041/2022

Nº do Processo	Tipo de Licitação	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
6441100227420220	Menor Preço	Não	Sim

Validade da Ata SRP: 12 mes(es) — Equalização de ICMS — Internacional

Quantidade de Itens: 6

Objeto:

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico

Primeira Data da Publicação/Divulgação	Segunda Data da Publicação	Terceira Data da Publicação
18/10/2022		

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 18/10/2022 às 08:30

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 31/10/2022 às 10:00

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade Gestora	Unidade Gestora
160022	21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Gestão	Empenho		
00001	2022	NE	000001

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

21ª Cia E CNST
FL Nº 132

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022
(Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06)

Torna-se público que a União, 21ª Companhia de Engenharia de Construção, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos (SALC), sediada na Área Cap Nobuo Oba, S/N, bairro Cachoeirinha, em São Gabriel da Cachoeira, AM, CEP 69.750-000, realizará licitação, **para registro de preços**, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 31/10/2022
Horário: 10:00 h (horário de Brasília-DF)
Local: Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br
Critério de Julgamento: maior desconto por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina comum, óleo diesel S10 e gás GLP de uso doméstico)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **maior desconto** do item, aplicado sobre a tabela ANP, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

21ª Cia E CNST
FL Nº 133
Rubr

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/ por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Não há reserva para ME/EPP nos itens 2 e 4, tendo em vista abastecimento deve manter padrões de qualidade e condições de inspeção, não podendo haver fornecimento por diferentes fornecedores, o que inviabiliza responsabilidade por qualquer problema relativo a qualidade.

4.1.2.1. O item 6, por ser divisível, podendo trata-se de cota reservada, atendendo o estabelecido no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Art 8º do Decreto nº 8.538/2015.

4.1.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

21ª Cia E CNST
FL Nº 134

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário;

4.2.8 *sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.*

~~4.3 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:~~

~~4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;~~

~~4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;~~

~~4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.~~

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

21ª Cia - CINST
FL Nº 135

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.9. Aos fornecedores, pessoas jurídicas, ficam obrigadas a apresentar inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, em razão da atividade que consta na Categoria Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio, código 18-6, do ANEXO I da Resolução IBAMA nº 13/2021.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário (conforme tabela de referência) + % (percentual) de desconto ofertado e valor total do item;

6.1.1.1. Apresentar o desconto aplicado sobre a MÉDIA da Síntese de Preços da ANP;

6.1.1.2. Informar a origem do combustível/fabricante;

6.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos **valores propostos, devem estar inclusos todos os custos operacionais**, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

21ª Cia E CNST
FL Nº 136

6.3.1. **Cabe ressaltar que a cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, localiza-se a aproximadamente 852 km (em linha reta) e 1.001 km (em via fluvial) distância de Manaus (Capital), e seu acesso se dá somente por via fluvial ou aérea.**

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado por maior desconto por item, o valor base da proposta é conforme a MÉDIA da Síntese de Preços da ANP conforme consta no Termo de Referência.

21ª Cia E. CNST
FL Nº 137

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. *O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (zero, zero um).*

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinicio da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o *maior desconto sobre a tabela atual da ANP*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

Cia E
FL Nº 138

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. no pais;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

1ª Cia E. CNSG
FL Nº 139

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 horas (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

~~8.7. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de XX (XXXX) dias úteis contados da solicitação~~.

~~8.6.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.~~

~~8.6.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~8.6.3. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~8.6.3.1. Itens (....): .....;~~

~~8.6.3.2. Itens (....): .....;~~

~~8.7.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.~~

~~8.7.5.. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.~~

27ª Cia E. CNST
FL Nº 140

~~Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.~~

~~8.7.6.. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~8.7.7.. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de .... (....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~8.7.8.. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

8.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto a aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU(https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

21ª Cia E CNST
FL Nº 141

9.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF** para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **2 horas (duas horas**) sob pena de inabilitação.

9.7. **Somente** haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação a integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.11. Habilitação jurídica:

9.11.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

21ª Cia E CNST
FL Nº 147

9.11.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.11.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.11.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.11.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

~~9.11.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;~~

~~*9.11.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).*~~

~~9.11.8. *no caso de exercício de atividade de XXXX: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do artigo XX da (Lei/Decreto) n° XXXX.*~~

~~*9.11.9. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*~~

9.11.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.12. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.12.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

21ª Cia E CNST
FL Nº 143

9.12.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.12.8. *Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.*

9.13. Qualificação Econômico-Financeira.

9.13.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.13.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.13.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.13.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.13.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.13.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.13.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

21ª Cia E CNSI
FL Nº 144

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.14. Qualificação Técnica

9.14.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, para todos os itens, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica.

9.14.1.1. Atestados que comprovem que a empresa licitante fornece ou forneceu item similar ao do Termo de Referência, de pessoa física/jurídica de direito público ou privado;

9.14.1.1.1 Não havendo a possibilidade de consulta de veracidade, poderá ser solicitada/enviada Nota Fiscal;

9.14.1.2. Apresentar Autorização para revenda ou distribuição, junto a Agencia Nacional do Petróleo ANP.

9.14.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

~~*9.15. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:*~~

~~*9.15.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*~~

~~*9.15.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*~~

~~*9.15.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*~~

~~*9.15.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*~~

~~*9.15.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e*~~

~~*9.15.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*~~

~~*9.15.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador*~~

~~*9.16. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:*~~

21ª Cia E CNST
FL Nº 145

~~9.16.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;~~

~~9.16.2. apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;~~

~~9.16.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;~~

~~9.16.4. demonstração, por parte do consórcio, pelo~~ somatório dos valores de cada consorciado, na ~~proporção~~ de sua respectiva participação~~, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital [, com o acréscimo de .....%], para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;~~

~~9.16.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;~~

~~9.16.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;~~

~~9.16.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;~~

~~9.16.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e~~

~~9.16.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.~~

9.17. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.18. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.18.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.19. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.20. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.22. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

21ª Cia E CNST
FL Nº 146

9.23. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.24. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.24.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.25. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

21ª Cia E CNST
FL Nº 147

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21ª Cia E CNST
FL Nº 148

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

***15.1** Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.*

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **5 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. *Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;*

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da data de seu recebimento.

21ª Cia E Cmb
FLN° 149

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1.referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2.a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3.a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.3. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21ª Cia E CNST
FL Nº 130

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

21.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. apresentar documentação falsa;

20.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.5. não mantiver a proposta;

20.1.6. cometer fraude fiscal;

20.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

20.4.1.Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

20.4.2.Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21ª Cia E CNST
FL Nº 451

20.4.3.Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.4.4.Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

20.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.946, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21ª Cia E CNSTR
FL Nº 452

21.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 03 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **21cia.salc@gmail.com,** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço, **Área Cap Nobuo Oba, S/Nº, no Bairro Cachoeirinha em São Gabriel da Cachoeira - AM, CEP 69.750-000, na 21ª Companhia de Engenharia de Construção, Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC**.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 dias (dois dias) úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

22.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21ª Cia E CNS
FL Nº 153

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.11 .O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **https://www.gov.br/compras/pt-br/** e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Area Cap Nobuo Oba, s/nº, Bairro Cachoeirinha, em São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP 69.750-000, nos dias úteis, no horário das 07:30 – 17:30 (Horário de Brasília-DF), mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

23.12.3. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços

23.12.4. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

21ª Cia E Cnst
FL Nº 154

TERMO DE REFERÊNCIA – PRÉVIO
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Companhia Guilherme Carlos Lassance)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2022
(Processo Administrativo n° 64411.002274/2022-06)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de **combustíveis, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP,** destinados à 21ª Cia E Cnst, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ID CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	TOTAL ESTIMADO
~~1~~	~~Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora.~~ **~~Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus.~~**	~~461506~~	~~Litro~~	~~260.085~~	~~R$ 7,281~~	**~~R$ 1.893.678,89~~**
2	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	461506	Litro	40.000	R$ 7,281	**R$ 291.240,00**
3	~~Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora.~~ **~~Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.~~**	~~461548~~	~~Litro~~	~~707.931~~	~~R$ 6,553~~	**~~R$ 4.639.071,84~~**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	ID CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	TOTAL ESTIMADO
4	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	461548	Litro	150.000	R$ 6,553	**R$ 982.950,00**
5	Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	461652	Unidade Carga em botija de 13kg	3.153	R$ 140,00	**R$ 441.420,00**
6	**Idem ao item 5 – Cota reservada para ME/EPP em 25% (ver nota explicativa abaixo).** Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	461652	Unidade Carga em botija de 13kg	450	R$ 140,00	**R$ 63.000,00**
TOTAL ESTIMADO						**R$ 1.778,610**

Nota explicativa para item 6 – Cota reservada: atendendo o estabelecido no inciso III do Art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e Art 8º do Decreto nº 8.538/2015.

1) Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Órgão Gerenciador: 21ª Companhia de Engenharia de Construção

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	PERIODICIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA
~~1~~	~~Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus.**~~	~~Litro~~	~~5.000~~	~~10.000~~	~~Bimestral~~	~~**20.000**~~
2	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em	Litro	5.000	10.000	Bimestral	**10.000**

21ª Cia E CNST
FL Nº 156

Órgão Gerenciador: 21ª Companhia de Engenharia de Construção						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**REQUISIÇÃO MÍNIMA**	**REQUISIÇÃO MÁXIMA**	**PERIODICIDADE ESTIMADA**	**QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA**
	posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**					
3	~~Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K.~~ ~~Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora.~~ ~~**Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**~~	~~Litro~~	~~5.000~~	~~20.000~~	~~Bimestral~~	**250.000**
4	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	Litro	5.000	20.000	Bimestral	**100.000**
5	Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	Unidade Carga em botija de 13kg	50	100	Mensal	**900**
6	**Idem ao item 5 – Cota reservada para ME/EPP em 25% (ver nota explicativa abaixo).** Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	Unidade Carga em botija de 13kg	50	100	Mensal	**300**

21ª Cia E CNST
FL Nº 157

Órgão Participante: 2ª Brigada de Infantaria de Selva

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	PERIODICIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA
~~1~~	~~Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus.**~~	~~Litro~~	~~120403~~	~~240805~~	~~Bimestral~~	**~~240.805~~**
2	Gasolina Uso: para uso automotivo, classificação: comum, índice de octanagem: lad 87 min Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	Litro	15000	30.000	Bimestral	**30.000**
3	~~Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto, por distribuidora. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**~~	~~Litro~~	~~228966~~	~~457931~~	~~Bimestral~~	**~~457.931~~**
4	Óleo Diesel Uso: Automotivo, Apresentação: com Biodiesel, Composição: Concentração de Enxofre 10MG/K. Para entrega em São Gabriel da Cachoeira, AM ou abastecimento em posto de combustível na bomba em posto credenciado/autorizado pela ANP em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Manaus/AM.**	Litro	25000	50.000	Bimestral	**50.000**
5	Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	Unidade Carga em botija de 13kg	1127	2253	Mensal	**2.253**

21ª Cia E CNSL
FL Nº 158

Órgão Participante: 2ª Brigada de Infantaria de Selva						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	PERIODICIDADE ESTIMADA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA
6	**Idem ao item 5 – Cota reservada para ME/EPP em 25% (ver nota explicativa abaixo).** Gás Refino de Petróleo Tipo: Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, material carga de 13kg Uso: Doméstico, Tipo: recarga de 13 Kg. Revenda por fornecedor devidamente credenciado junto a ANP. **Maior desconto aplicado sobre a média de preços ANP, local Amazonas; Município Parintins/AM.**	Unidade Carga em botija de 13kg	75	150	Mensal	**150**

1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da ata, prorrogável na forma do art. 57, § 1°, da Lei n° 8.666/93.

1.6. Para participação os postos de combustíveis deverão possuir no máximo 15km de distância da Sede da 21ª Companhia de Engenharia de Construção. Vale ressaltar que essa distância permite a ampla participação de todos os postos de combustíveis existentes nas localidades acessíveis na Cidade de São Gabriel da Cachoeira, além de proporcionar economicidade, tendo em vista a distância percorrida pelas viaturas para a realização do abastecimento.

1.7. Aos fornecedores, pessoas jurídicas, ficam obrigadas a apresentar inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais, em razão da atividade que consta na Categoria Transporte, Terminais, Depósitos e Comércio, código 18-6, do ANEXO I da Resolução IBAMA nº 13/2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O preço de fornecimento será o maior desconto aplicado à média do preço de venda ANP.

3.3. Na aquisição/requisição o desconto ofertado será aplicado no preço da ANP, conforme o acompanhamento tempestivo no SLP, Sistema de Levantamento de Preços, no portal da ANP, no endereço https://preco.anp.gov.br/, pesquisa "POR ESTADO, Amazonas, sendo por fim selecionado o combustível e o município e média do preço de venda, conforme consta na descrição de cada item deste Termo de Referência.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

6.1. O prazo de entrega/disponibilidade dos bens é de até 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa *parcelada*, nos seguintes endereços:

1) Para a 21ª Cia E Cnst - Área Cap Nobuo Oba, s/nº, Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP 69.750-000.

   a) Para itens cujo abastecimento seja em posto de combustível credenciado/licenciado/autorizado, deve possuir local acessível, dentro dos limites de 15 km dentro da sede da cidade de São Gabriel da Cachoeira. (Obs: tendo em vista que o ponto mais distante da cidade possui 6 km da sede, e esta distância cobrir todos os postos existentes).

2) Para a 2ª Bda Inf Sl - Área Cap Nobuo Oba, s/nº, Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP 69.750-000.

6.2. ~~No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a ..... (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços, etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

6.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

1) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do **contrato inclusive caso ocorra a constatação de vícios ocultos**.

FL Nº 160

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da Contratante:

1) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

2) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

3) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a qualquer tempo quando se tratar de vicio oculto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

4) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

1) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: ~~*marca, fabricante, modelo,*~~ *procedência e prazo de garantia ou validade;*

8.1.1.1. ~~*O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*~~

2) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3) substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7) promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....

8) **Não serão aceitos materiais em desacordo com as especificações, normas ou leis vigentes (INMETRO, ANP, NBR, ABNT, ANVISA e outras).**

8.1.8.1. Os fornecedores deverão apresentar Autorização de revenda ou distribuição, junto a ANP atendendo as resoluções da ANP vigentes até a data de publicação deste certame. O fornecedor que não possuir autorização será desclassificado por não atender condições mínimas legais para figurar como revendedor/distribuidor.

8.1.8.2. Conforme resolução ANP nº 858/2021, 852/2021 e demais aplicáveis ao certame.

8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

1) Durante a fase de habilitação, o prazo para apresentação de regularidade, caso ocorra, será conforme prevê legislação vigente, sendo devidamente informados no chat do pregão pelo agente de contratação, visando a transparência dos atos.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

1) O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários

eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21º Ofício E CNST
FL Nº 162

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

12.1.1 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

Cia E CNST
FL Nº 163

12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.12.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços serão reajustados conforme o acompanhamento tempestivo no SLP, Sistema de Levantamento de Preços, no portal da ANP, no endereço https://preco.anp.gov.br/, pesquisa "POR ESTADO, Amazonas, sendo por fim selecionado o combustível e o município e média do preço de venda, conforme consta na descrição de cada item deste Termo de Referência.

1) O preço de fornecimento será o maior desconto aplicado à média do preço de venda ANP.

13.2. ~~Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.~~

13.3. ~~Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):~~

~~R = V (I – Iº) / Iº, onde:~~

~~R = Valor do reajuste procurado;~~

~~V = Valor contratual a ser reajustado;~~

~~Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;~~

13.4. ~~Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.~~

13.5. ~~No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.~~

13.6. ~~Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.~~

13.7. ~~Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.~~

13.8. ~~Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.~~

13.9. ~~O reajuste será realizado por apostilamento.~~

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Dado a natureza comum do objeto, não há tal necessidade, considerando que após o recebimento, realizada a conferência de qualidade e demais procedimentos necessários, podendo assim realizar o recebimento ou não do objeto.

15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, **complementar à garantia legal**, será de, no mínimo, 30 (trinta) dias, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Conforme estabelece o inciso I do Art. 26 do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990.

15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

1) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
2) ensejar o retardamento da execução do objeto;
3) fraudar na execução do contrato;
4) comportar-se de modo inidôneo; ou
5) cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado, com devido registro junto ao SICAF;

ii) Multa:

1) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2) multa compensatória de **até** 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União,** com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

v) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem "iv" também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

16.4. As sanções previstas nos subitens "i", "iii", "iv" e "v" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

17.3.1.1.1. Comprovar que possui instalações e estrutura compatível para o fornecimento dos itens;

17.3.1.1.2. Comprovar que possui capacidade financeira para atendimento do objeto.

17.3.1.1.3. Caso a licitante não possua atestados de capacidade técnica que comprove fornecimentos anteriores, o fornecedor deve reunir condições conforme consta nos itens anteriores, com os devidos atos legais que o permitam figurar como revendedor/distribuidor.

17.3.2. Prova de atendimento aos requisitos de autorização para distribuição/revenda junto a ANP, previstos na Resolução ANP nº 858, de 5 de novembro de 2021 e demais legislações vigentes.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Maior desconto aplicado nos valores unitários: conforme planilha do item 1. (Do Objeto).

17.4.2. Vale ressaltar que o desconto no momento da emissão da nota de empenho será aplicado com base na tabela ANP atualizada.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O custo estimado da contratação é de **R$ 1.778.610,00** (um milhão setecentos e setenta e oito mil e seiscentos e dez reais).

18.1.1. O desconto será aplicado no valor de referência, porém os licitantes devem considerar que para o fornecimento, o valor do desconto **sempre será aplicado na tabela ANP atualizada (síntese semanal mais recente)**.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

21ª Cia E CNSTR
FL Nº 167

ANEXO II - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(Companhia Guilherme Carlos Lassance)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

A UNIÃO, por intermédio da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, com sede na Área Cap Nobuo Oba S/Nr, Bairro Cachoeirinha, cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, CEP: 69750-000, inscrita no CNPJ sob o Nr 07.546.219/0001-30, neste ato representada pelo Tenente Coronel RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO, nomeado pela Portaria nº 608, publicada no DOU de 22 de julho de 2021, portador do CPF nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 29/2022, publicada no ..... de ...../...../200....., processo administrativo n.º 64411.002274/2022-06, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual **Aquisição de combustíveis, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do Edital do Pregão 29/2022 que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*						
X	Especificação	*Marca (se exigida no edital)*	*Modelo (se exigido no edital)*	Unidade	Quantidade	Valor Un	*Prazo garantia ou validade*

21ª Cia E Cmb
168

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será a 21ª Companhia de Engenharia de Construção.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	*Órgãos Participantes*	*Unidade*	*Quantidade*
~~*1*~~	2ª Bda de Inf Sl	~~*Litro*~~	**~~240.805~~**
2		*Litro*	**30.000**
~~*3*~~		~~*Litro*~~	**~~457.931~~**
4		*Litro*	**50.000**
5		*Unidade*	**2.253**
6		*Unidade*	**150**

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

4.1.1. A manifestação do órgão gerenciador de que trata o subitem anterior, salvo para adesões feitas por órgãos ou entidades de outras esferas federativas, fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que não participaram do registro de preços, que demonstre o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4.1.2. A adesão por Órgãos não participantes fora da localidade de São Gabriel da Cachoeira, AM, ficará condicionada a apresentação de estudos (pesquisa de preço) na localidade ao qual será realizada a aquisição, o desconto deve ser aplicado em Média da ANP conforme a localidade, caso a Região não possua Média ANP, o órgão deverá utilizar tabela compatível com o preço praticado, de forma que evidencie a vantajosidade para a aquisição, para fins de análise do órgão Gerenciador.

4.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, as quantidades estabelecidas no "Apêndice" do Termo de Referência, ANEXO A – Relação de Itens.

As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

4.4.1Tratando-se de item exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo aderente, somado aos valores das contratações já previstas para o órgão gerenciador e participantes ou já destinadas à aderentes

anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (Acórdão TCU nº 2957/2011 – P).

4.5 Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.6.1 Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.7. Recomenda-se aos órgãos e entidades não participantes, que tiverem interesse em participar desta ata, que utilizem de pesquisa de preços conforme a IN nº 73/2020, como parâmetro para verificação de vantagem da aquisição, sendo esta anterior à escolha da tabela no endereço https://preco.anp.gov.br/, conforme localidade existente ou aproximada.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da data de homologação do Pregão, não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados caso de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, à Administração utilizará o desconto ofertado da proposta (maior desconto) sobre a Média de Preço da Agência Nacional do Petróleo-ANP do dia da aquisição/empenho, a fim de sempre manter o valor ofertado conforme o mercado.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21ª Cia E CNSI
FL Nº 170
Rubrica

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

~~*8.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.*~~

~~*8.3.1. contratação da totalidade dos itens do grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou*~~

21ª Cia E CNST FL Nº 171

~~*8.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances*~~

8.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

21ª Cia E CNST
FL Nº 172
Rubrica

MODELO - ANEXO III - TERMO DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(1ª/1º BEC / 1955)
COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE

TERMO DE CONTRATO

COMPRA

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº ...../..... QUE FAZEM ENTRE SI A 21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO (21ª CIA E CNST) E A EMPRESA .....

A União, Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, por intermédio da 21ª Companhia de Engenharia de Construção – 21ª Cia E Cnst, com sede na Área Cap Nobuo Oba, s/nº, Cachoeirinha, na cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 07.546.219/0001-30, neste ato representado(a) pelo(a) TEN CEL RICARDO PETERSON CORDOBA ROBERTO, nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de....., portador da matrícula funcional nº .....,., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 64411.002274/2022-06 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, *do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013,* resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 2 9 /2022, por Sistema de Registro de Preços nº 37/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Aquisição de combustíveis, (gasolina comum, óleo diesel S10, e GLP de uso doméstico em botija de 13kg), por maior desconto sobre a média ANP, destinados à 21ª Cia E Cnst e UGs Participantes, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

21ª Cia E. CNSTR
FL Nº 173

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
1				
2				
3				
...				

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/_____ e encerramento em ____/____/_____, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ ..... (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022/2023, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

21ª Cia E CNST
FL Nº 174

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.1.1. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

13.1.2. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

21ª Cia E. CNST
FL Nº 173

13.1.3. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato

14.4. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

17.1. É eleito o Foro da ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., ... de..... de 20.....

_____

Responsável legal da CONTRATANTE

_____

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
21ª COMPANHIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(COMPANHIA GUILHERME CARLOS LASSANCE)

TERMO DE ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM, no quartel da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, encerro os trabalhos de instrução atinentes ao presente Processo Licitatório Nº 07/2022 (alterado pelos 25 e 29/2022), NUP: 64411.002274/2022-06, procedido em cumprimento ao determinado no Plano Anual de Contratações do Comandante da 21ª Cia E Cnst, nesta página de número 176, em razão da conclusão dos trabalhos, do que para constar, lavrei o presente Termo.

São Gabriel da Cachoeira, 23 de novembro de 2022.

[redacted]
Agente de Contratação da 21ª Cia E Cnst